

Anna Carolina Horstmann Amorim

**“NÓS JÁ SOMOS UMA FAMÍLIA, SÓ FALTAM OS FILHOS”:
MATERNIDADE LÉSBICA E NOVAS TECNOLOGIAS
REPRODUTIVAS NO BRASIL**

Florianópolis

2013

Anna Carolina Horstmann Amorim

**“NÓS JÁ SOMOS UMA FAMÍLIA, SÓ FALTAM OS FILHOS”:
MATERNIDADE LÉSBICA E NOVAS TECNOLOGIAS
REPRODUTIVAS NO BRASIL**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós Graduação em
Antropologia social da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau
de mestra em Antropologia

Orientador: Profa. Dra. Miriam
Pillar Grossi

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Amorim, Anna Carolina Horstmann
"Nós já somos uma família, só faltam os filhos" :
maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas
Brasil / Anna Carolina Horstmann Amorim ; orientadora,
Miriam Pillar Grossi - Florianópolis, SC, 2013.
150 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Homoparentalidade. 3.
Lesbianidade. 4. Novas tecnologias reprodutivas. I.
Grossi, Miriam Pillar . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
III. Título.

Dedico este trabalho aquelas que estão vivendo, sendo e amando sem medo. No caminho diário de transformar o mundo em um lugar menos lesbofóbico, misógino e machista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte deste longo caminho. Talvez não longo pela distância, mas certamente pelo tempo, esse companheiro difícil, subjetivo. Por vezes amigo, outras tantas algoz, este companheiro escorregadio que corre e se demora.

Agradeço particularmente a minha família. Ingrid Horstmann, Juliana Horstmann Amorim, Clésio Amorim e Miriam Amorim pela compreensão deste meu caminhar. Pela mão estendida nos momentos felizes e de realização e pela presença marcante nos desencontros que puderam, assim, e só assim, ter cor e sabor de caminhos vencidos.

Agradeço a minha orientadora incansável, a professora Miriam Pillar Grossi pelo seu incentivo, por seus direcionamentos e pela dedicação intensa aos seus alunos e orientandas. Agradeço, sobremaneira pela acolhida e pelo aprendizado único e contagiante das relações cotidianas de trocas. Entendi, com ela, que aprender exige não somente entrega, esforço e comprometimento, exige mais que isso. O ritual da aprendizagem se funda, primordialmente em troca e compartilhamento e isto, é certo, compreendi na convivência com @s colegas do NIGS, Bruno Cordeiro, Julia Godinho, Rariuilquer Oliveira, Bruna Klöppel, Camila Laurindo, Nattany Rodrigues, Giovanna Triñanes Aveiro, Caterina Rea, Arianna Sala, Mareli Graupe, Tania Welter, Felipe Fernandes, Claudio Leite Leandro, Anahi Guedes de Mello, Claudia Nichnig, Isadora Vier Machado, Fátima Weiss de Jesus e Leticia Barreto.

Estou certa que a aura que perpassa as amigas que se estendem neste núcleo é devedora do entusiasmo brilhante da professora Miriam Grossi e de suas jornadas, grupos de estudos, oficinas, cafés e comidinhas.

Agradeço a tod@s professores do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social pelo aprendizado, pelo aperfeiçoamento e pelas inúmeras dívidas intelectuais que vamos deixando pelo caminho. Em especial agradeço aos professores, Ilka Boaventura Leite, Alberto Groisman, Rafael Devos, Carmen Rial, Oscar Calavia Saez, Maria Regina Lisboa, Gabriel Coutinho.

E por falar em professores, agradeço a professora Marlene Tamanini por ter me aberto as portas e me ensinado tanto, através de bolsas de iniciação científica e da orientação do meu trabalho de conclusão de curso na UFPR. Agradeço também as professoras Miriam Adelman (Departamento de Ciências Sociais UFPR) e Ana Paula Vosne

Martins (Departamento de História UFPR) pelas disciplinas ministradas que me fizeram ter certeza de seguir realizando pesquisas no campo de estudos de gênero.

Agradeço a Adriana Fiori e Karla Knierim pelo trabalho alegre, sempre nos ajudando com problemas e entraves, trazendo sorrisos à burocracia. Contagiante, pra não dizer inspirador.

Agradeço a CNPq pela bolsa de estudos fornecida. Agradeço ao programa PROCAD- CAPES que me concedeu a oportunidade de realizar pesquisa em Natal, ao CNPq através dos financiamentos dos Editais Humanas 2010 e Gênero 2010 que me permitiram fazer pesquisa de campo em Salvador, São Paulo e Goiânia e também agradeço ao Curso Gênero e Diversidade na Escola, do qual participo como tutora a distância, na edição 2012 e que com certeza somou a minha formação acadêmica de modo singular pelo diálogo constante com a equipe maravilhosa e com @s cursistas.

Agradeço ao programa de Pós Graduação em antropologia da UFRN que me recebeu de braços abertos no mês de abril/maio de 2012. Em especial agradeço as professoras Elisete Schwade e Rozeli Porto pelo incentivo a minha pesquisa e pelas portas abertas para que eu pudesse efetivamente chegar aqui com este trabalho. Agradeço a Claudio Leite Leandro pela companhia e pela divisão de anseios e experiências que certamente deixaram laços de nossa estadia em Natal.

Agradeço, de modo sintético, porem não pouco afetuoso, tod@s colegas da turma de mestrado e doutorado 2011 do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFSC e aos colegas do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Adriana Strappazon, Ana Paula Casagrande, Anahi Guedes de Mello, Caroline Soares de Almeida, Charles Raimundo da Silva, Dalila Floriani Petry, Diogo Virgílio Teixeira, Gabriel Luis Rosa, Jaqueline de Mendonça Oliveira, Júlia Machado Souza, Letícia Grala Dias, Marcel Schmitz Gutιά, Mariane da Silva Pisani, Marina Monteiro, Nádia Philippsen Fürbringer, Nádia dos Santos Aguiar, Rafael Knabben, Rocio Pacuar, Sabrina Testa, Tania Solar, Augusto Marcos Fagundes Oliveira, Dalva Maria Soares, Gabriela Sanchez. Alguns com mais ênfase, outros com mais distância, porem todos amigos, dividindo anseios e dúvidas neste mergulho na Antropologia.

Agradeço aqueles amigos que estiveram junto, que construíram a tantas mãos este trabalho. Um abraço de carinho sincero e de agradecimento pelos ouvidos e atenção emprestados ao longo destes anos. Juliana Horstmann Amorim, David Pinheiro Lima Couto, Ana Carolina Rocha, Leones Goslar, Leticia Barreto, Nádia Philippsen

Fürbringer, Taryanna Constantino, Aline Rezende e seu pequeno Vicente, vocês foram pilares nestes dias em que o tempo teimou em não ir em frente. Agradeço ao chamego peludo da sempre amada Amora.

Agradeço aos amigos que fazem de mim o que sou hoje, aos amigos de tempos e de ontem. Aos que trazem sorriso, aprendizado, divisão e soma de vidas, experiências e cotidiano. Aqueles que acrescentam em meu vocabulário e me ensinam a cada momento que as cores do mundo são sempre, e a todo o momento, mais variadas do que podemos perceber. Karina Coelho, Eduardo Bischof, Gabriela Prado, Arthur Macdonald, Gabriela Becker, Carlos Eduardo Silveira, Diógenes Parzianello. Meus sinceros agradecimentos pela ousadia e por me mostrarem os fundamentos do *Vai e vença*. Por serem companhias presentes quando tudo que se precisa é de um badalo e uma conversa sincera. Agradeço as queridas amigas Michelli Bertolazzo, Miriam Cardoso e Silmara Nunes pelos anos que nos unem e pela intimidade serena que permite apenas ser.

Agradeço a Gisa Carvalho, Rafael Soares e Deivid de Oliveira pela recepção, pela amizade, pelos passeios. À Gisa agradeço com o coração pela confiança de abrir sua casa e sua vida para uma estranha. Agradeço a todos que conheci nas passagens por Natal, Salvador, Goiânia e São Paulo. Foram amizades, conexões rápidas e intensas feitas de momentos de transformação, de realizações, de crescimento, aprendizado pessoal e antropológico.

Agradeço por fim aquelas que são a parte fundante deste trabalho. Às minhas interlocutoras, que abriram suas vidas e intimidades e que construíram junto comigo as reflexões das páginas a seguir. Agradeço pela amizade estabelecida, pela atenção recebida e pelos momentos compartilhados.

Vou mostrando como sou e vou sendo como posso.
Jogando meu corpo no mundo,
andando por todos os cantos
e pela lei natural dos encontros,
eu deixo e recebo um tanto.
E passo aos olhos nus ou vestidos de lunetas.

Passado, presente,
participo sendo o mistério do planeta.

O tríplice mistério do stop,
que eu passo por e sendo ele no que
fica em cada um.

No que sigo o meu caminho
e no ar que fez e assistiu.
Abra um parênteses,
não esqueça que independente disso
eu não passo de um malandro.
De um moleque do Brasil,
que peço e dou esmolas.
Mas ando e penso sempre com mais de um,
por isso ninguém vê minha sacola.

Mistério do Planeta- Novos Baianos

RESUMO

Esta etnografia busca apresentar reflexões preocupadas com a parentalidade homossexual e com as relações de parentesco forjadas e remodeladas através da reprodução assistida. Neste sentido, problematizo o modo como a conjugalidade homossexual, a homoparentalidade e as novas configurações familiares complexificam o debate que tange a reprodução assistida e o corrente entendimento do que seja natural na reprodução humana, nos obrigando, assim, a repensar as categorias básicas do nosso parentesco. Em sintonia, o interesse central desta pesquisa é a maneira como lésbicas que procuram por novas tecnologias reprodutivas estão construindo, remodelando, classificando e pensando o modelo estabelecido de parentesco, parentalidade e família. O esforço deste trabalho foi o de atar diferentes lados e ambigüidades a respeito da temática presente nas trajetórias de vida, discursos, notícias, blogs e comunidades de redes sociais. A possibilidade de não ver as relações sociais como uma via de mão única animaram este caminho. Destaco que a família homoparental não é apenas uma tentativa de assemelhar-se a um modelo vigente. É antes outra coisa, um processo complexo que necessita investigação já que as práticas parentais são mais que simples conseqüências dos valores do casal, estando sujeitas às pressões da rede familiar mais ampla, de colegas de trabalho e amigos. Tais desejos por filiação também são exemplares de uma estratégia coerente que visa dar à conjugalidade homossexual legitimidade perante a sociedade que continua materializando este arranjo familiar em um recorte stigmatizado. As interlocutoras deste trabalho são casais formados por mulheres lésbicas que procuram ou que já realizaram o procedimento de reprodução assistida.

Palavras chave: lesbianidades, maternidade, reprodução assistida.

ABSTRACT

This ethnography presents reflections concerned with homosexual parenthood and kinship relations forged and remodeled through assisted reproduction. In this sense, I problematize the way that marital homosexual, homoparenthood and the new family configurations complexify the debate with respect to assisted reproduction and the current understanding of what is natural in human reproduction, requiring us, thus, to rethink the basic categories of our kinship. In line, the central concern of this research is how lesbians that are looking for new reproductive technologies are building, remodeling, grading and thinking the established pattern of kinship, parenthood and family. The effort of this study was to tie the different sides and ambiguities regarding this theme presents in the life course, speeches, news, blogs and social networking communities. The possibility of not seeing social relations as a one-way street cheered this way. I emphasize that the family homoparental is not just an attempt to look like a current model. It is something else, a complex process that requires investigation as parenting practices are more than mere consequences of the values of the couple, facing up to the pressures of the wider family network, of colleagues and friends. Such desires for membership are also copies of a coherent strategy that aims to give homosexual conjugal legitimacy before society that keeps materializing this family arrangement in a clippingstigmatized. The interlocutors of this work are formed by lesbian couples who seek or have already undergone the procedure of assisted reproduction.

Keywords: lesbians, motherhood, assisted reproduction

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1- Descobrindo o campo.....	22
<i>Desencontros, encontros e relações.....</i>	<i>22</i>
<i>Feminismos e ciência: uma antropóloga em campo.....</i>	<i>30</i>
<i>Das manchetes à dissertação: por onde andam as lésbicas e meu campo?.....</i>	<i>33</i>
<i>Um café em Balneário Camboriu/SC</i>	
<i>Descobrindo Salvador/BA.....</i>	<i>24</i>
<i>Uma rede de relações em Natal/RN.....</i>	<i>36</i>
<i>No centro de tudo, São Paulo/SP.....</i>	<i>38</i>
<i>Um bom convite, Goiânia/GO.....</i>	<i>40</i>
<i>O fim pelo início, belo Horizonte/MG.....</i>	<i>41</i>
Capítulo 2- Lesbianidades: identidades e trajetórias afetivas.....	43
<i>Por uma breve introdução: Antropologia e sexualidade.....</i>	<i>43</i>
<i>“Tá, me descobri gay, mas isso é só uma expressão da minha sexualidade”.....</i>	<i>44</i>
<i>Lesbianidades e feminismos: um encontro plural.....</i>	<i>61</i>
<i>Conjugalidades homoeróticas/afetivas.....</i>	<i>68</i>
Capítulo 3- Maternidade lésbica: família, filiação e novas tecnologias reprodutivas.....	78
<i>Entrecruzando relações: lesbianidade, família e filiação.....</i>	<i>78</i>
<i>Fazendo conversar lesbianidades e maternidade.....</i>	<i>90</i>
<i>Novas tecnologias reprodutivas e maternidade lésbica: enredando tecnologias, filiação e parentesco.....</i>	<i>96</i>
Capítulo 4- Entre a mídia e a lei: a maternidade como fonte de mudanças.....	119

<i>O reconhecimento da dupla maternidade no Brasil: caminhos para reinvenções.....</i>	<i>119</i>
<i>Blogs e redes sociais: a internet como ferramenta de empoderamento.....</i>	<i>125</i>
<i>Lesbianidade e maternidade na pauta do dia.....</i>	<i>128</i>
Considerações Finais.....	132
Referências Bibliográficas.....	137
Anexo I Convite de casamento civil.....	148
Anexo II Roteiro de entrevista.....	149

INTRODUÇÃO

Em 1984 o Brasil conhecia Anna Paula Caldeira, primeiro bebê de proveta a nascer em solo brasileiro. A paranaense concebida através de técnicas de reprodução humana em laboratório foi notícia no país inteiro e introduzia o Brasil em uma nova fase dos estudos científicos referidos a reprodução humana. Nascia neste ano também o início de um acelerado desenvolvimento tecnológico no campo da reprodução que acompanhou e se intensificou rapidamente ao redor do mundo após o nascimento de Louise Brown em 1978¹ na Inglaterra. Em especial a partir dos anos 1990 as técnicas reprodutivas ganham força e adeptos em nosso país, quando muitos médicos e cientistas brasileiros trazem de suas viagens ao exterior novos métodos e informações.

Em 2013, quase três décadas depois da inicial expansão das novas tecnologias reprodutivas conceptivas, nos deparamos com questões ainda por serem discutidas e pesquisadas por médicos especialistas na área e teóricas e teóricos das Ciências Humanas, particularmente aqueles que se nutrem do campo dos estudos de gênero e das teorias feministas, gays- lésbicas ou queer. Atualmente as notícias que povoam os jornais e mídia não são mais aquelas de nascimentos de crianças fruto de reprodução assistida. A mídia, acompanhando as mudanças no campo das práticas tecnológicas/médicas, traz ao debate a possibilidade de casais de mulheres lésbicas terem filhas/os por meio destas tecnologias, bem como a tomada de atitude do Direito brasileiro que é, constantemente, chamado a se posicionar sobre estes casos, criando jurisprudências que vem garantindo as conquistas de acesso à maternidade destas mulheres.

Prontamente, este trabalho procura se inserir em um campo de estudos que visa compreender as mudanças acarretadas pelo acesso a reprodução assistida por mulheres lésbicas. Este campo é entendido por alguns como campo de desorganização das antigas representações sociais e simbólicas sobre família e filiação na sociedade brasileira.

Neste sentido, este trabalho visa fazer uma reflexão sobre as tramas que envolvem a *maternidade lésbica* propiciada pelas novas tecnologias reprodutivas. Por algum tempo foi tomado como evidente a ideia de que à pessoas homossexuais e à casais formados por pessoas do mesmo sexo estaria excluída a reprodução. Tal ideário tomava estes

¹Louise Brown foi primeira pessoa a nascer por meio de uma fertilização in vitro

indivíduos como cercados por uma infertilidade voluntária que tornava antagônica a relação entre lésbica e mãe (UZIEL, 2007). No entanto, e principalmente através do uso de tecnologias reprodutivas, o que acompanhamos é um acelerado crescimento de famílias que se formam sob o julgo da conjugação de lesbianidade e maternidade formando um campo de estudos que nos últimos anos tem vivenciado um florescimento das pesquisas acadêmicas e debates: as conjugalidades homoeróticas e as homoparentalidades². O objetivo desta pesquisa foi investigar a maneira como lésbicas que procuram por novas tecnologias reprodutivas estão construindo, remodelando, classificando e pensando os modelos tradicionais brasileiros de parentesco, parentalidade e família. O entrelace entre homoparentalidade de casais de mulheres e o acesso à tecnologias reprodutivas é o eixo central desta pesquisa.

A ideia de que novas técnicas reprodutivas viabilizam novas possibilidades familiares, permitindo uma expansão dos modos tradicionais de reprodução é o ponto de partida desta investigação. É exemplo desta premissa o artigo de Alejandra Sardá (2006), no qual a autora nos mostra o potencial de transformação das tecnologias de reprodução humana assistida. Estas surgem como “ajuda à natureza” reprodutiva de casais heterossexuais, mas abrem brechas a outras práticas reprodutivas que podem levar a implodir o modelo dominante heterossexual e reconfigurar os tradicionais modelos de família e parentesco, como é o caso da utilização das tecnologias reprodutivas por casais de lésbicas. Esta prática, objeto desta investigação, exige que se pense em novas leis e regulamentações que possam abarcar toda a complexidade de situações de parentalidade e parentesco.

Nesta dissertação, realizo, portanto uma reflexão sobre as tramas que envolvem a maternidade lésbica propiciada pelas novas tecnologias reprodutivas no Brasil. Foco meu olhar nas experiências de família, conjugalidade e parentalidade vividas por casais de mulheres auto identificadas como lésbicas em cinco cidades do Brasil: Blumenau (SC), Natal (RN), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Goiânia (GO).

Porém, antes de adentrar este universo das maternidades lésbicas convém realizar uma breve explicação dos caminhos que me conduziram a escolha deste tema de pesquisa.

²Termo cunhado pelo APGL (Association des Parents et Futurs Parents Gays e Lesbiens, situada em Paris) no ano de 1997 referente a uma configuração familiar na qual o pai ou mãe define-se como homossexual.

Desde a graduação do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Paraná a relação entre gênero e ciência chama minha atenção. Através de uma bolsa de Iniciação Científica (Pibic/CNPq-2008-2009)³, orientada pela professora Dra. Marlene Tamanini, conheci o campo das relações entre gênero e as novas tecnologias reprodutivas conceptivas. Essa pesquisa despertou meu interesse para um campo do saber que era, para mim, totalmente novo. A reprodução humana assistida pensada através das Ciências Sociais tornou-se, então, central nos meus questionamentos, pesquisas e trabalho de conclusão de curso realizados na graduação⁴.

Esta dissertação nasce como tentativa de responder algumas questões pouco trabalhadas em minha pesquisa de graduação, na qual estudei os imperativos da maternidade compulsória em publicidades das clínicas de reprodução assistida. Viso avançar nas discussões sobre as tecnologias reprodutivas, principalmente no que se refere a utilização destas técnicas por casais formados por mulheres. Antes de simples continuação do debate sobre o proceder científico, este trabalho marca uma mudança de foco nas minhas interrogações sobre o tema. As técnicas médico/científicas perdem centralidade na discussão e o caminho se abre para reflexões preocupadas com trajetórias afetivas e familiares, homossexualidades, parentalidades e com as relações de parentesco forjadas e remodeladas através da reprodução assistida. Neste sentido, trago à baila de minhas inquietações o modo como as conjugalidades homossexuais, a homoparentalidade e as novas configurações familiares complexificam o debate que tange a reprodução assistida e o corrente entendimento do que seja “natural” na reprodução humana, nos obrigando assim a repensar as categorias básicas do parentesco brasileiro.

Desta forma, busquei escutar as mulheres que recorreram a estas técnicas e deixei um pouco de lado o interesse anterior sobre o proceder de clínicas e profissionais especialistas em reprodução humana. Outrossim, a eleição de recortar o campo da homoparentalidade

³Relatório de Iniciação Científica intitulado *A novas tecnologias reprodutivas conceptivas, o proceder científico e as redes de especialidades na América Latina*.

⁴Iniciação Científica (Pibic- CNPq 2009-2010). Relatório intitulado *Tecnologias reprodutivas conceptivas em interface com os corpos, as imagens e os conceitos* e Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná

destacando a maternidade lésbica se deve à tentativa de compreensão antropológica feminista sobre o lugar da maternidade como compulsória às mulheres. É sabido que este imperativo rege a vida e expectativas de boa parte das mulheres e intenciono compreender o peso desta premissa quando se conjuga maternidade com lesbianidade.

Destaco também como motivações a este trabalho a crescente mobilização de casais homossexuais pelo direito a filiação através da adoção ou do recurso a tecnologias reprodutivas e da aprovação da união estável para os casais homossexuais no Brasil⁵. Averigua-se ainda que mesmo com o avanço do Judiciário no que diz respeito ao reconhecimento da conjugalidade homoerótica⁶, a temática da homoparentalidade, presente nas práticas e realidade destes casais, permanece na invisibilidade jurídica. Não há leis que garantam de antemão a parentalidade lésbica. O que há é uma jurisprudência:

Pode ser complicado ater-se a elas: uma jurisprudência é uma fonte de direito secundária, tendo a lei como fonte primária. É a lei que obriga, interdita, disciplina: a jurisprudência, desde que conhecida, apenas orienta uma decisão que deve ser tomada com base na lei (UZIEL et al., 2006, p.217)

Ainda na esteira dos eventos ocorridos nos anos 2000 e que dão sustento a esta pesquisa, evidencio a resolução do Conselho Federal de Medicina (2010)⁷ que atualiza as regras para a reprodução assistida no país. Dentre as novidades realço a abertura definitiva do caminho para que casais homossexuais possam ter filhos por meio da reprodução em laboratório. Pela nova regra, todas as pessoas, independentemente do estado civil e orientação sexual, podem fazer uso da técnica, desde que sejam civilmente capazes.

⁵Aprovação pelo Supremo Tribunal Federal da união estável entre homossexuais em 05 de maio de 2011.

⁶ Me aproprio da categoria *homoerotismo*, tal como proposta por JurandirFreireCosta(1992),paradescrever asdiversas possibilidades de práticas, atrações, sentimentos, fantasias e desejos entre pessoas de mesmo sexo biológico. Este, portanto, nos permite uma amplitude maior de compreensão, seja do desejo de mulheres assumidamente lésbicas, seja da própria sexualidade feminina.

⁷http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1957_2010.htm

A maneira como lésbicas que procuram por novas tecnologias reprodutivas estão construindo, remodelando, classificando e pensando o modelo estabelecido de conjugalidade, parentalidade e família anima esta dissertação. Destaco que a *família homoparental*⁸ não é apenas uma tentativa de assemelhar-se a um modelo vigente. É antes outra coisa, um processo complexo que necessita investigação já que as práticas parentais são mais que simples consequências dos valores do casal, estando sujeitas às pressões da rede familiar mais ampla, de colegas de trabalho e amigos. Lembro ainda que tais desejos por filiação, também são exemplares de uma estratégia coerente que visa dar à conjugalidade homossexual legitimidade perante a sociedade que continua materializando este arranjo familiar em um recorte estigmatizado (ALMEIDA, 2007,2010; GROSSI, 2003; TARNOVSKI, 2002; UZIEL, 2006, 2007).

Olhando para estas complexas relações atento para a questão da unidade e continuidade dos sistemas sociais, referentes centrais da prática da disciplina antropológica e que aqui estão em voga através da possibilidade de manipulação do modelo estabelecido de parentesco e família performatados pelos imperativos da biologia/genética, da heterossexualidade e da família nuclear com filhos.

Este tema, é certo, passa na tangente de boa parte da literatura feminista e dos estudos de gênero unindo diferentes debates sobre corporalidade, sexo, desejo, gênero, normas de gênero, sexualidade, conjugalidade e saúde. Mesmo atentando para o fato das indispensáveis contribuições desta vasta literatura dou maior ênfase nesta pesquisa às questões relacionadas a homossexualidades, família e parentalidade. Parto das falas de algumas mulheres entrevistadas por mim e da observação participante de seus cotidianos familiares para analisar o modo como elas estão expressando e vivendo os processos de filiação, família, parentesco e conjugalidade.

Assim, este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos que buscam dar conta das interconectadas relações envoltas nesse processo enredado entre a concepção da vida em laboratório, a orientação sexual dos casais de mulheres e a construção de inúmeras maternidades.

O primeiro capítulo está voltado à elucidação dos caminhos desta pesquisa, atentando para os percursos metodológicos utilizados. Proponho nele uma reflexão sobre minha experiência enquanto

⁸Famílias formadas por dois pais ou duas mães. Ver Anna Paula Uziel, 2006, 2007

pesquisadora e dos meandros da etnografia realizada como âncora para as elucubrações antropológicas realizadas aqui. Destaco a íntima relação entre os fatos ocorridos durante a pesquisa de campo e os campos teóricos que ganharam destaque ao longo da estruturação desta dissertação. Ainda neste capítulo segue-se uma apresentação das interlocutoras da pesquisa.

O segundo capítulo dá luz a uma discussão sobre as trajetórias das minhas interlocutoras de pesquisa passando pela adolescência, “descobertas” sobre sexualidade, orientação sexual e relações de afeto e desejos desembocando na construção de suas relações conjugais atuais. Desvela-se um longo processo de invisibilidade das lesbianidades e as interconexões entre o feminismo, a história e os estudos lésbicos, gays e queer. A temática das identidades com sua fixidez e mobilidade aparece e a reflexão ganha cor com as narrativas das interlocutoras sobre o lugar da homossexualidade em uma sociedade perpassada pelo imperativo da heterossexualidade. O foco recai sobre as distintas estratégias de subversão e de ajuste destas mulheres e casais as normas sociais que pouco abarcam as vivências e práticas homoeróticas/afetivas.

O terceiro capítulo aprofunda a discussão sobre o lugar da maternidade e da família na construção das conjugalidades lésbicas. É neste capítulo que abordo o borramento dos contornos fixos dos modelos de parentesco e que apresento como as noções mais tradicionais de família e filiação estão sendo postas em jogo. Como se está construindo e vivendo a família de duas mães é a tônica da reflexão que perpassa o acesso às novas tecnologias reprodutivas e a construção de uma rica rede de relações em torno da maternidade lésbica.

O quarto capítulo é reservado às lutas dos casais lésbicos pela maternidade enquanto direito que deve ser assegurado. A maternidade enquanto estratégia de resistência é posta em questão e as reportagens sobre maternidade lésbica e reconhecimento jurídico da dupla maternidade são adicionadas ao corpo da reflexão. A conjunção entre lesbianidade e maternidade é alçada nos discursos das entrevistadas à efetiva contribuição para a mudança de mentalidades rumo à garantia de direitos a despeito da universalidade da heterossexualidade, do androcentrismo, sexismo e misoginia.

Por fim, esta dissertação encerra-se com a mesma proposta teórica que levou a seu nascimento, como sugere Lessa:

As lésbicas existem, esse é o ponto de partida que deve sempre ser lembrado, pois não basta existir, mas criar as condições para sua inserção

social. Um bom caminho? Que suas vozes possam ecoar em diferentes campos do saber e ao sabor da irreverência mostrar sua pluralidade no social bem como suas lutas nos campos do desejo e da política (LESSA, 2003, p.6)

Capítulo 1-*Descobrimdo o campo*

Desencontros, encontros e relações

Minha entrada no mestrado permitiu o avanço nas pesquisas sobre reprodução assistida que havia iniciado na graduação. Porém, mais que isso, o ingresso em um curso de Pós Graduação em Antropologia Social surgiu para mim, naquele momento, como a possibilidade de realizar uma pesquisa etnográfica nos moldes clássicos, recheada de observação participante e das experiências do estar lá. Confesso que ainda na graduação a falta do “ir a campo” trazia, a meu ver e por algumas vezes, para a pesquisa que realizei na internet, um tom menor. Deste modo o desejo de realizar uma etnografia e ir a campo foram a tônica de minhas investidas durante o primeiro ano de mestrado. Ao mesmo tempo os entraves encontrados durante a pesquisa, por vezes, me distanciaram do exercício modelar do trabalho de campo e me fizeram refletir sobre a construção de uma etnografia.

Destaco, concordando com Mariza Peirano, que o procedimento básico do conhecimento científico da Antropologia reside na pesquisa de campo, na qual o antropólogo é pesquisador, artesão e “reconhece, na sua prática cotidiana, a temporalidade das explicações” (PEIRANO, 1992, p.15). No entanto é a própria ideia de trabalho de campo, ou o que é um trabalho de campo, que suscitou grandes reflexões ao longo desta pesquisa. Neste sentido apresento um pouco do percurso trilhado por mim até a realização deste trabalho no intuito de aqui dar lugar aos muitos elementos imbricados na produção deste texto. Esboço, e isso talvez de modo bastante pessoal, a construção/reconstrução do meu lugar de pesquisadora e de minha problemática durante o desenrolar da pesquisa.

No início de 2011 eu havia definido o novo recorte de minha pesquisa e agora precisava dar cabo de um estudo sobre mulheres lésbicas que pensavam a possibilidade de ter filhos através do uso de novas tecnologias reprodutivas. Esta mudança no foco de pesquisa foi mais alimentada por motivações teóricas do que propriamente pela existência de uma experiência de pesquisa anterior, que já tivesse se configurado como um campo de pesquisa. Deste modo, antes de iniciar a pesquisa meu principal problema era como encontrar essas mulheres?

Essa interrogação permaneceu ao meu lado por longos meses, parecia se arrastar, como que avisando da impossibilidade da pesquisa.

Entretanto, antes de anunciadora do fracasso, esta questão transformou-se em ponto de partida.

A reflexão se deu, em parte, pelas dificuldades. A primeira a se destacar foi o fato de nenhuma das pessoas ao meu redor (algumas com envolvimento em movimentos sociais LGBT) conhecer um casal de mulheres lésbicas que tivesse tido filhos frutos do uso de reprodução assistida ou que ao menos estivesse considerando tal possibilidade. O segundo impedimento surgiu da constatação de que os sites das clínicas de reprodução humana assistida, aos quais eu tinha grande familiaridade (devido minha pesquisa de conclusão de curso) não apontavam, de modo algum, nesta direção. Ao mesmo tempo, a família não aparecia como pauta dos movimentos LGBT e lésbicos encontrados. Minha pesquisa, a este ponto, parecia não ir a lugar algum. Embora em algum lugar mulheres lésbicas estivessem vivendo suas conjugalidades, ficando grávidas, formando famílias. Parecia improvável que a maternidade, evento esperado e “sonhado” na vida de tantas mulheres informadas pela reprodução articulada como local de inserção privilegiada do feminino estivesse passando na tangente das discussões e ansiedade dos *casais lésbicos*. Verdade é que não estava, bastou uma entrada no Google com a chave maternidade lésbica e um universo de *Blogs* sobre a temática se desvelou. Acessando cada blog percebi a riqueza que ali se apresentava ao observar a presença de inúmeros outros blogs listados no corpo do site visitado como blogs que “sigo/acompanho”. Tratava-se, na realidade, da lista de blogs seguidos pela dona da página virtual que eu estava visitando. Foi acessando cada uma destas páginas que pude perceber a extensa relação que se configurava. Blogs sobre maternidade lésbica de mulheres de diferentes estados do país estavam conectados em uma rede onde quase todas se conheciam e acompanhavam o desenrolar da vida das conhecidas dos demais blogs.

Passeando por estes, que mais tarde chamei de *diários virtuais*, conheci através da indicação da dona do blog *Nossa Família Colorida*⁹ o grupo *Pequena Sementeira*, que mantinha uma página na rede social *Facebook*. O grupo realizava encontros mensais com pais e mães homossexuais na cidade de São Paulo. No intuito de formar uma rede de interlocutoras passei a acompanhar a página do grupo e entrei em contato com as donas dos blogs visitados. Obtive poucas respostas,

⁹Opto pela utilização do nome real do blog por entender que este é um espaço público de divulgação de conteúdos e informações.

ainda mais distantes as respostas ficavam conforme eu aludia a possibilidade de um encontro pessoal. Já na página do *Pequena Sementeira* obtive a informação de que o grupo havia suspenso seus encontros e que os debates continuariam tomando forma apenas através da lista de e-mail, na qual não consegui ser inserida, mesmo depois de enviar vários pedidos.

Desta vez, e para além do fim dos encontros do *Pequena Sementeira*, indagava sobre a reticência das mulheres donas dos blogs frente as minhas investidas para um encontro pessoal. Me deparei novamente com uma questão que já vinhana sola da dificuldade por encontrar essas mulheres e que agora ganhava contornos frente a recusa ao encontro pessoal. Pareceu impossível não considerar o lugar da invisibilidade no tocante às mulheres lésbicas e se fazia viva a passagem do texto de Tania Navarro Swain em que a autora se pergunta: “Se as mulheres começaram a surgir na História a partir do feminismo, onde se escondem as lésbicas, em que nichos de obscuridade e silêncio se pode encontra-las?” (2004,p.13). A autora demonstra de que modo a história enquanto construto fruto da percepção da realidade tecida contextualmente por historiadores ignora grandes períodos do viver humano. Os olhos veem o que decidem ver através do que Navarro Swain chama de uma *política do esquecimento* que apaga, obscurece o que não interessa aos costumes, moral e convicções de uma época. A nossa sociedade que lança suas bases na heteronormatividade sustenta-se, então no silêncio sobre a multiplicidade das relações humanas sociais e/ou sexuais, a história não fala e “um silencio de chumbo recai sobre as relações entre mulheres” (op.cit,p. 18) que permanecem marginalizadas. Ao mesmo tempo a também invisível “família” dentro dos movimentos LGBT agravava a dificuldade em localizar as mães lésbicas. Somadas as invisibilidades que circundavam a negativa das donas dos blogs frente ao “aparecer” em um encontro pessoal com uma pesquisadora, minha pesquisa encontrou-se frente um novo obstáculo, a quase inexistência de interlocutoras dispostas a falar.

Em consonância, foi partindo dos não êxitos que optamos por novos caminhos na pesquisa. Se a invisibilidade aparecia como sustento do não encontro de interlocutoras, foi a visibilidade que permitiu nosso encontro. Através de reportagens sobre o uso de novas tecnologias reprodutivas por casais lésbicos e sobre processos de reconhecimento jurídico da dupla maternidade encontrei a rede de mulheres que buscava. Nestas reportagens veiculadas na grande mídia brasileira constava a história de muitos casais de mulheres lésbicas que pareciam dispostas a falar. Busquei por essas personagens em redes sociais, estratégia que se

revelou profícua e me inseriu de vez no universo da maternidade lésbica. Deste modo ressalto, que se não foi possível correr com os balineses da batida policial ao estilo de Geertz (1989), minha entrada em campo efetivou-se através de negociações, imprevistos, problemas e uso de estratégias e técnicas para criar uma relação plausível com minhas “informantes”/colaboradoras.

Se empenhei boa parte deste capítulo no retrocesso dos contornos pouco agradáveis da pesquisa, o faço na intenção de demonstrar que os imponderáveis do campo às vezes nos realocam em lugares pouco comuns nos quais a necessidade de variação no trabalho de campo são imperativos. Minha contribuição segue no intuito de fazer vez “uma relação entre antropologia e trabalho de campo que não exclua outras possibilidades metodológicas” (GIUMBELLI, 2002, p.92) que estão tantas vezes distantes do corporal “estive lá” (GEERTZ,2009). É ainda no artigo de Emerson Giumbelli que encontro voz para a importante ideia de que o trabalho de campo não restringe-se a um modelo estático, que antes pode ter variadas formas de acordo com os projetos, circunstâncias e antropólogos que os realizam.

Assim, a internet enquanto ferramenta de pesquisa se delineou novamente em minha trajetória. Ainda que neste momento ela tenha servido apenas como porta de entrada e acesso a alguns casais, posteriormente ao encontro com as informantes ela se configurou como um frutífero meio de manter contato, de permanecer atualizada e em constante conversa com as mulheres e casais que conheci. A internet também revelou um intenso círculo de amizades e discussões entre os casais através de comunidades criadas dentro da rede social *Facebook*.

Neste sentido e conforme Mário Guimarães Jr (2000) em um ótimo artigo sobre as ciências sociais e as pesquisas no ciberespaço, evidencio a importância de pensarmos a virtualidade não enquanto uma “não realidade”. Guimarães indica que o virtual não opõem-se ao real, mas que este complementa e ainda transforma a realidade ao subverte-la em seus limites espaço/temporais constituindo-se uma dimensão singular da realidade.

Foi este aporte teórico dos estudos sobre cibercultura que me permitiu navegar/pesquisar com maior tranquilidade nas redes sociais e na vida online das minhas interlocutoras. Como ressalta Jean Segata (2008) a antropologia está preocupada, para além de discussões sobre o que é mais ou menos real, melhor ou pior, com a vida das pessoas no ciberespaço e o ciberespaço na vida das pessoas, não como entidades

separadas, mas como constructo comum e cotidiano. Segata destaca ainda:

O ciberespaço, aqui, é compreendido não simplesmente como um objeto de estudo antropológico, mas como um campo antropológico com objetos das mais diversas naturezas, tais os de “quaisquer antropologias”. Como campo, certamente há exigências teórico-metodológicas específicas, mas elas dialogam com a antropologia como um todo – não são conceitos específicos, com metodologias específicas de “uma antropologia específica”.

Em suma, tal o que de maneira geral se faz em outros campos de investigação antropológica, neste, o ciberespaço, também fazemos etnografias (SEGATA, 2008).

Destarte, este trabalho se propõe a pensar as relações estabelecidas e construídas primeiramente através dos blogs/diários e redes sociais. Sobremaneira, concebendo estes espaços enquanto realidade. Como circuito, este universo virtual, faz conversar escritos e pessoas, via internet ou, tantas vezes, mobilizando encontros presenciais, fazendo circular ideias, sentimentos, amizades e discussões online e off-line. Segundo Paula Pinhal de Carlos (2010) a internet, as comunidades virtuais, bem como as interações sociais no mundo virtual podem ser um campo importante para pesquisas antropológicas, pois constituem uma forma de encontro e troca de informações entre pessoas.

Não foi apenas a volta ao uso da internet, mas as estratégias metodológicas empregadas na realização desta etnografia que levaram a reflexões sobre o método e sobre minhas próprias idealizações frente ao fazer antropológico. Particularmente faço menção ao método de entrevistas baseadas em histórias de vida que animou esta etnografia. Pensar as entrevistas como histórias de vida implica um posicionamento metodológico no qual se reconhece o vínculo das falas com a situação da entrevista, que motivada pelo pesquisador pressupõe sua presença como ouvinte e interlocutor. Bem como exige a tomada destas histórias como uma parcela da vida do sujeito que longe de esgotar as múltiplas facetas de uma biografia recorta-se pelo tema da pesquisa (KOFES, 1994). Neste sentido desvela-se que o pesquisador exige do pesquisado uma organização e reflexão de pontos da sua vida que não necessariamente são concebidos ou pensados em relação (TARNOVSKI, 2002).

Tal metodologia se fez interessante em vista da minha problemática de pesquisa e somada à observação participante dos cotidianos familiares e da inserção em universos de sociabilidade lésbica na internet contribuiu para a análise das concepções, ideias, acertos, sentimentos, angústias e trajetórias de mulheres frente a conjugação da maternidade com a lesbianidade. Ainda que segura da escolha metodológica traçada para a realização desta pesquisa me vi algumas vezes as voltas tentando explicar a mim mesma como realizar esta aventura etnográfica através de observação participante em diferentes contextos, famílias e cidades, já que ao longo desta pesquisa estive em quatro diferentes regiões do país: sul, sudeste, nordeste e centroeste. Atualmente está em voga a noção de *etnografia multisituada*. Para Marcus (1986) o contraste com a pesquisa convencional, definida pelo fechamento do objeto em lugares singulares, seria dado pela amplitude da pesquisa multisituada conformada como uma estratégia de pesquisa pronta a examinar a circulação dos significados culturais e das identidades em um tempo/espço difusos. Seria, então, uma escolha metodológica estabelecida em torno de caminhos, conjunções e justaposições de lugares, nos quais o etnógrafo estabeleceria um tipo de presença física ou literal obedecendo a uma conexão lógica entre os lugares.

Outra vez, busquei no artigo de Giumbelli (2002) boas explicações para o meu fazer etnográfico e pude ver que boa parte das minhas ansiedades derivavam do fato que de o antropólogo que se dedica a antropologia das sociedades complexas, realizada através de uma composição de técnicas antropológicas e técnicas “não” antropológicas (como os recursos que não implicam o contato direto com os “nativos”) é muitas vezes tomado como menos antropólogo frente aquele que se dedica integralmente ao trabalho de campo em sentido clássico. Nas palavras do autor:

Não se trata de dissolver ou de invalidar o trabalho de campo, mas de ter uma concepção mais ampla e aberta da investigação etnográfica. Em parte, isso se torna uma necessidade diante da natureza dos problemas e das situações de pesquisa com os quais os antropólogos se deparam hoje. (GIUMBELLI, 2002, p. 113)

Encontrei boas âncoras teóricas nos trabalhos sobre homoparentalidade realizados por pesquisadores brasileiros e de fora do

país. Alguns trabalhos de destaque sobre a temática foram realizados por ex integrantes do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades-NIGS/UFSC, como os de Camila Medeiros¹⁰ que realizou sua graduação em Ciências Sociais na UFSC, Flávio Tarnovski¹¹, egresso do mestrado em Antropologia (PPGAS/UFSC) e de Eduardo Saraiva¹² egresso do doutorado em Ciências Humanas (PPGICH/ UFSC). Ambos os trabalhos se valeram da técnica de entrevistas tomadas como histórias de vida, ou seja, entrevistas entendidas como narrativas com sentido interno.

Seguindo este modelo, esta etnografia é, afinal, fruto da pesquisa realizada com dezoito mulheres vivendo em cinco cidades diferentes do Brasil: Blumenau, Salvador, Natal, São Paulo e Goiânia. Encontrá-las foi uma empreitada que exigiu esforços concentrados e, sem dúvidas, disposição. A localização de reportagens, o encontro dos perfis das mulheres nas redes sociais e a apresentação da pesquisa e negociações dos encontros e conversas são filhos de horas passadas na internet e junto das redes sociais. Este trabalho com certeza serviu para a compreensão de que o pesquisador de campo é ele mesmo constituído no processo de pesquisa, vale dizer, no trabalho de campo. Foi a necessidade de viajar para diferentes cidades atrás destas figuras de destaque midiático que fez entender o lugar e a importância do “fazer ver” que estas mulheres estavam promovendo ao aparecerem na mídia falando de suas histórias conjugais e familiares. Foi na relação com elas que pude vislumbrar que este não é um trabalho individual, mas que ao contrário é fruto da *agência* (ORTNER,2007) das minhas interlocutoras sobre o mundo. A opção por aparecer em meios de comunicação de alta circulação como jornais é o começo do caminho desta implicação

¹⁰Trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais/ UFSC- 2004, sob orientação da Prof. Dr^a Miriam Grossi, intitulado: *Sobre deveres e prazeres: estudo acerca de mulheres que se assumiram lésbicas depois de terem sido mães*.

¹¹Dissertação de mestrado defendida em 2002 no PPGAS/UFSC com orientação da Prof^a Miriam Grossi, intitulada: *“Pais assumidos”:* adoção a paternidade no Brasil contemporâneo.

¹²Tese de Doutorado defendida em 2007 no PPGICH/UFSC com orientação da Prof^a Miriam Grossi e co-orientação da Prof^a Mara CoelhoSouza Lago, intitulada: *Conjugando amor e desejo: sobre experiências masculinas do “assumir-se” homossexual*.

dialógica que configura a *tessitura textualizada* (CLIFFORD, 2011) desta etnografia e do eu que interpreta.

Daí que a característica fundamental da antropologia é a relação entre antropólogo e informantes. Como sugere a antropóloga Miriam Grossi (1992) devemos pensar a visão de cada pesquisador como resultado marcado pela subjetividade individual de cada indivíduo envolto na pesquisa. Neste sentido, gostaria de pensar a minha própria escrita etnográfica, como um lugar onde se pode, de modo mais ou menos bem sucedido, compreender que o eu sempre pressupõem um você e que “cada instância do discurso é imediatamente ligada a uma situação específica, compartilhada; assim, não há nenhum significado discursivo sem interlocução e contexto” (CLIFFORD, 2011, p.41). Visto que uma etnografia busca dar conta de um encontro loquaz e sobredeterminado, atravessado por relações de poder e propósitos pessoais, não pode ser composta por um autor individual, como revela Clifford. Ainda segundo James Clifford, a etnografia está totalmente imersa na escrita, e esta escrita inclui, ao menos, uma tradução da experiência para a forma de texto, encenando uma estratégia de autoridade. Coloca-se que nem a experiência e nem a atividade interpretativa do pesquisado podem ser tomadas como inocentes. Faz-se indispensável conceber a etnografia enquanto negociação construtiva que envolve sempre dois, ou mais sujeitos conscientes e politicamente significativos.

Assim, se torna mais fácil a compreensão de que o fazer etnográfico requer atenção por basear-se na interação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa (FONSECA, 1999). Sendo o objeto de pesquisa um interlocutor que dialoga com o pesquisador é fundamental não encarar a pesquisa de campo como um processo estático.

Penso esta etnografia como um lugar relacional. Muito do que aqui se apresenta é fruto da relação, das múltiplas perguntas e posicionamentos daquelas que antes de serem simples objetos de pesquisa, estavam, a todo momento, questionando a pesquisadora, devolvendo as indagações recebidas e “negociando ativamente uma visão compartilhada da realidade” (CLIFFORD, 2011, p.43).

Assim, destaco momentos de nossa interação que serviram para além de pensar a família e conjugalidade destes casais para uma importante reflexão sobre a minha estada em campo, sobre meus posicionamentos, sobre a produção de um conhecimento baseado no meu lugar enquanto pesquisadora, nas minhas inquietações e nas

múltiplas intervenções daquelas que estabeleciam diálogos comigo. Como nos mostra Mariza Peirano:

Ao fim de um século de pesquisa de campo, parece haver hoje certo consenso de que os dados de pesquisa não são apenas "observados". Eles oferecem a possibilidade de que se possa revelar, não ao pesquisador, mas no pesquisador, aquele "resíduo" incompreensível, mas potencialmente significativo, entre as categorias nativas apresentadas pelos informantes e a observação do etnógrafo (PEIRANO, 1992, p.7).

Feminismos e ciência: uma antropóloga em campo

Referências a minha idade foram constantes e pareciam dizer do lugar das expectativas das interlocutoras frente a uma “pesquisa científica”. *Eu esperava uma mulher mais velha e mais gorda*, foi o que ouvi ao chegar ao apartamento de um casal que havia conhecido através dos blogs sobre maternidade lésbica. Contido em uma frase parece estar boa parte do imaginário sobre as mulheres acadêmicas ou sobre a produção científica no país. Essa colocação deu a ver que a ciência, mesmo com a entrada das mulheres e com as correntes críticas sofridas, incluindo a das teóricas feministas a seus pressupostos universalistas e androcêntricos ainda parece imperar no senso comum como reduto do masculino ou da mulher que de qualquer forma escapa ao modelo de feminilidade constituído pela valorização da beleza, da juventude, opostos da velha e gorda pesquisadora. Tal evento me fez perceber que a produção científica é ela mesma marcada pelo lugar de quem a produz. Eu que não me encaixava no perfil esperado de pesquisadora e diversas vezes interpelada sobre minha pouca idade pude observar através destas repetidas perguntas que

A premissa de partida assenta-se no fato de que a produção do conhecimento científico tem sido histórica-mente considerada como um domínio ‘reservado’ aos homens. Tal constatação não significa a exclusão das mulheres. Porém, explicita que as resistências existentes à presença

delas no campo científico são ainda inquietantes (BANDEIRA, 2008, p. 208).

Com início neste episódio indago sobre a não neutralidade do conhecimento que produzimos, marcado por quem somos e pelo lugar que ocupamos no mundo e na relação com nossos interlocutores. Margareth Rago (2000) contribui de modo atento a esta questão. Para a autora o pensamento feminista introduz a subjetividade também como forma de conhecimento em oposição ao ideal de objetividade das Ciências Naturais. Aproximando-se das indagações que venho apresentando acima, Rago avalia que a mulher, ao entrar ao universo masculino da ciência não encontra o domínio da linguagem e briga pela criação de uma nova. O feminismo engaja-se, deste modo, no alargamento das construções de significados na interpretação do mundo.

As perguntas referentes a minha possível homossexualidade costumavam vir ao final de nossas conversas, no momento do desligar do gravador e do ficar mais a vontade. As mulheres sondavam minhas intenções como se o fato de eu ser ou não homossexual dissesse sobre meus interesses e sobre o que resultaria como produto final da pesquisa. *Quem não é não entende o que a gente vive, o que é uma família para você?* Essa pergunta me situava e me colocava em diálogo com as interlocutoras que pareciam adiantar que toda produção de conhecimento fala de um olhar situado. Sentada na varanda de um apartamento em meio a uma festinha infantil da filha de um casal de mulheres lésbicas que havia conhecido naquela semana tive que falar. Entrecortando minha tentativa de explicação o grupo explanava, discordava e ensinava o que era uma família, o que era casamento, conjugalidade, lesbianidade. Encontrávamos um novo modo de produzir conhecimento.

Em outra ocasião o confronto sobre a minha preferência gastronômica fazia refletir sobre o lugar da antropologia na minha relação com alguém que afirmava conhecer a área: *Antropólogo é curioso, gosta de conhecer, come o que vier, não é mesmo?* A pergunta/afirmação vinha me posicionar enquanto ser com atitudes, pensamentos e teorias disciplinares que configuravam sentido a minha estadia. Eu queria conhecer, logo precisava ser ensinada, mais que isso, eu precisava viver, estar disposta a compreender, comer o que viesse.

Essas interrogações e conversas são exemplares do modo como nosso lugar enquanto pesquisadores, as mudanças, a construção do campo e das relações são sempre localizadas, políticas. As indagações recebidas, minha idade, gênero, orientação sexual e teórica diziam de

um lugar de mundo no qual a pesquisadora era inserida, no qual a produção antropológica era percebida, entendida e produzida. Meus percursos em campo, as interrogações, diálogos e as posições engajadas assumidas que me fizeram pensar sobre minha prática refletem no modo de construção, através desta etnografia, de um conhecimento científico.

A confecção de uma antropóloga jovem, questionada e curiosa traz uma questão central da pesquisa, a saber, a crítica a uma objetividade científica descorporificada. A subjetividade da pesquisadora estava em jogo e a localização da sua parcialidade em campo e de seu lugar político também serviram como suportes do *conhecimento localizado* que produzo aqui. Traduzíveis nos anseios de Donna Haraway (1995,p.18) “Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados.”

Deste modo, os caminhos percorridos até este ponto e o intuito de explicação das muitas tramas desta pesquisa contribuem para a compreensão dos meandros da produção desta etnografia, fruto de uma relação intensa entre a pesquisadora e suas interlocutoras e filha de um engajamento político e teórico com os estudos de gênero e feministas.

O desenvolvimento da ciência etnográfica não pode, em última análise, ser compreendido separado de um debate político epistemológico mais geral sobre a escrita e representação da alteridade. Assim sendo, e como modo de costurar os diferentes apontamentos realizados nas páginas precedentes me utilizo de uma passagem de Donna Haraway para sintetizar as preocupações que me trouxeram até aqui nesta breve explicação que antecede o início da minha aventura interpretativa, dialógica, engajada e situada sobre maternidade lésbica no Brasil.

A objetividade feminista abre espaço para surpresas e ironias no coração de toda produção de conhecimento; não estamos no comando do mundo. Nós apenas vivemos aqui e tentamos estabelecer conversas não inocentes através de nossas próteses, incluídas aí nossas tecnologias de visualização (HARAWAY,1995,p. 38).

Das manchetes à dissertação: por onde andam as lésbicas e meu campo?

Separo parte deste capítulo à apresentação de minhas interlocutoras de pesquisa. Pretendo com isso dar visibilidade e responder não somente as indagações anteriores de sobre onde andam as lésbicas, mas demonstrar, mesmo que brevemente quem são essas mulheres, trazendo para frente dos holofotes suas vidas e práticas. Quero com isso me opor à política do esquecimento que se encontra com a destruição da multiplicidade de relações humanas. Nas fortes palavras de Patrícia Lessa “O silenciamento das vozes sociais não é o simples apagamento dos seus personagens, mas o silêncio marca uma existência abjeta, indesejável, por isso quando se proibem certas palavras de circularem proibem-se junto a elas certos sentidos” (LESSA, 2003, p. 5).

Ressalto ainda, que não tento aqui traçar um perfil da lésbica ou das lésbicas, muito menos dar um contorno preciso sobre a lesbianidade. Não me arrogo esta tarefa por compreender que não há um bloco coerente e homogêneo, capaz de fornecer substância para falarmos de uma experiência unívoca, referencial ou estável.

A própria junção de todas essas mulheres entrevistadas na alcunha de “lésbicas” não se faz inocentemente. Parte de uma escolha metodológica que visa a identificação das mulheres lésbicas como sujeitos políticos feministas no contexto da diferença. Tal escolha se dá, também, de acordo com os usos que os casais de mulheres fazem ao exporem suas vidas e histórias na grande mídia. Fica assim delimitada a importância política do uso desta categoria, lembrando sempre da necessidade de manter os esforços para não fixar identidades ou aprisionar as sexualidades na medida em que construímos e nos apegamos a categorias identitárias. As importantes autoras Monique Witting e Adrienne Rich já se referiam, desde os anos 70, às lésbicas como identidade política, como uma estratégia contrária ao binarismo do social já que evidenciam a ausência do masculino na relação entre mulheres e impede a *heterossexualidade compulsória* de ganhar terreno.

Passo então para a apresentação das interlocutoras desta pesquisa. Lembro que por motivos éticos os nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios, bem como algumas informações reveladoras sobre as identidades das interlocutoras foram suprimidas dos depoimentos.

Um café em Balneário Camboriú/SC

Conheci Laura através de uma reportagem¹³ sobre sua família em um jornal de grande circulação nacional. Pelo nome presente na reportagem adicionei Laura no *Facebook* em março de 2012. Conversamos por mensagens online e ela topou marcar um encontro pessoalmente, que depois de muitos remarques, foi agendado para o mês seguinte. Laura tem 41 anos, nascida no Rio Grande do Sul, atualmente trabalha como psicanalista em Blumenau. Tem dois filhos gêmeos frutos de seu relacionamento de 14 anos com Beatriz, de quem está atualmente separada. Laura foi quem gerou os filhos concebidos através de reprodução assistida em São Paulo e engravidou porque, como ressalta: *queria engravidar, eu queria ter a experiência do engravidar, do amamentar, toda essa passagem.* Desta gravidez nasceram duas crianças, um menino que tem o nome composto pelos nomes dos dois bisavôs e uma menina que tem o nome composto pelo nome das duas avós.

Nosso encontro aconteceu, por sugestão de Laura, em Balneário Camboriú/SC. Às 17h no Café Mari, frequentado certamente por pessoas de alto poder aquisitivo. Laura comentou ser perto da casa da sua mãe, onde ela estava passando o fim de semana de páscoa. As crianças, como se referiu aos seus filhos estavam com sua ex mulher, como também se referiu a mulher com quem havia vivido em situação de conjugalidade. O dia estava quente e Laura chegou sozinha, branca, cabelos compridos e loiros, usando óculos de grau modernos e roupa azul de praia. Com um ar muito jovial, estava alegre, falante e espontânea. Talvez por já ter tido a experiência de entrevistas, se soltou bastante e falou muito. Expliquei o meu roteiro de entrevista e ela prontamente começou a falar, quase sem que eu a interrompesse. Contou sobre sua adolescência, sobre sua família de origem, sua formação, seu relacionamento com Beatriz e as dificuldades e acertos frente a decisão da realização da reprodução assistida e a aprovação do pedido de registro das duas crianças com o sobrenome de Beatriz e Laura. Nossa conversa passou, deste modo, por temas centrais desta pesquisa, como lesbianidade, conjugalidade, maternidade, família.

¹³Mais tarde encontrei outras reportagens sobre Laura e sua família. Tônica que se mostrou similar no tocante as demais entrevistadas desta pesquisa, que permaneciam, após a primeira aparição midiática, por algumas semanas como alvos de reportagens e entrevistas.

Descobrimo Salvador/BA

Durante o mês de abril estive em Natal/RN, através do intercâmbio de estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, inserida no projeto *A Antropologia Contemporânea em Diálogo com os Grupos Estudados*, PROCAD/NF UFRN/UFSC/UFAM. Esta estadia me possibilitou a aproximação de um casal residente em Salvador/BA que havia conhecido através do blog que elas mantem na internet.

Depois de muitos e-mails, nos encontramos no apartamento do casal em Salvador/BA. Quem me recebeu na porta foi Mariana. Com 37 anos, alta, branca e sempre sorridente estava com roupas leves e bem humorada, seu cabelo curto, cacheado e ruivo combinava com a decoração moderna e arrojada do apartamento. Bastante a vontade me guiou pelos cômodos, repletos de fotos da sua gravidez, até sentarmos no sofá da sala onde, em frente a um rosto de gesso pintado nas cores do arco íris, conversamos. Mariana explicou que ela e Franciele já deram algumas entrevistas para o canal jurídico, já participaram das pesquisas de monografia e dissertação em direito da UFBA, e que recentemente haviam participado do documentário *Família no papel*¹⁴.

Franciele, 32 anos, branca, cabelos curtos e castanhos se somou a nossa conversa quando chegou a casa na hora do almoço.

O casal, junto há 14 anos, tem um filho de cinco anos fruto de reprodução assistida realizada também na cidade de São Paulo. A criança tem um nome composto formado pelo nome dado pelo avô, pai de Mariana, a todos os netos. Foi Mariana quem engravidou porque sempre quis ser mãe ao passo que Franciele dizia que jamais engravidaria. A dinâmica da conversa foi um pouco diferente da que tive com Laura. Mariana começou contando sobre sua trajetória, sobre sua vida ao lado de Franciele e sobre a maternidade. Franciele participava da conversa sobre a maternidade e os cuidados com o filho, me mostrou a certidão de nascimento do filho e o registro da dupla maternidade. Posteriormente, enquanto Mariana cuidava do almoço, contou sobre sua trajetória e sua família de origem.

¹⁴Documentário brasileiro dirigido por Fernanda Friedrich e Bruna Wagner.

Donas de uma empresa de paisagismo, Mariana faz graduação em psicologia e Franciele está prestes a se formar em administração. O casal planeja o segundo filho e este foi tema de nossa conversa durante o almoço. Após, Mariana me mostrou o quarto do filho, os livros que compraram pra ele e um álbum que montaram explicando para o filho a sua família e todo o processo de reprodução assistida. Fui com o casal levar o filho à escola e lá passeamos um pouco. O casal comentou sobre como escolheram aquela escola, sobre a relação delas com a escola, com a diretora e com outros pais. Ao final do nosso encontro Franciele lembrou de outro casal que conheciam e para elas ligou. Falei com o casal no telefone e agendamos um encontro para os próximos dias.

Encontrei com Tatiana e Karina, contato resultado do meu encontro com Mariana e Franciele, em um shopping, sugerido por elas, na cidade de Salvador/BA. Ambas professoras de educação física e nascidas no Espírito Santo haviam mudado para Salvador a aproximadamente sete anos, em decorrência de um concurso público em que Tatiana havia passado. Como o shopping estava agitado Tatiana sugeriu irmos a um restaurante japonês, mais tranquilo que a praça de alimentação. Karina foi quem começou a falar. Com 33 anos, branca, loira e vestindo camiseta e bermuda jeans estava bastante séria e esteve comprometida com a entrevista. Contou sobre sua juventude e sobre o trajeto do casal até a Bahia. Tatiana com 42 anos, branca, cabelos negros e longos e também com roupas confortáveis e tênis falou sobre sua família de origem e sobre sua adolescência em uma década anterior a de Karina. Centrada, porém flexível, tinha um modo de falar paciente e didático. Juntas há 11 anos o casal ainda não tem filhos, mas já realizou a primeira tentativa, não bem sucedida em uma clínica de Salvador.

A presença do casal durante a entrevista toda permitiu observar o modo como a história de vida de ambas é também construída na relação conjugal. As duas sabiam quase decorada a história de vida da outra e muitas vezes opinavam sobre um assunto da juventude da companheira, sobre um amor do passado. Esse comportamento foi recorrente nos encontros em que o casal esteve junto a conversa toda.

Uma rede de relações em Natal/RN

Em Natal/ RN estive na famosa sede lilás do GAMI- Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes, uma casa de esquina que chama atenção por sua cor. Uma porta com grades no alto de um bocado de

escadas é a entrada da sede. Fui recebida por Marlene Silva - coordenadora de produção alternativa e também uma das fundadoras do grupo. Foi Marlene quem contou um pouco a trajetória do grupo, que se iniciou com a militância de Goretti, sua companheira, em movimentos sindicalistas. Foi dentro desse movimento que Goretti percebeu a necessidade de um grupo com discussões específicas gays e lésbicas. Assim, se integrou ao GAPI, grupo de militância homossexual. Dentro deste movimento via a necessidade de formarem um grupo *só para elas*. Segundo Marlene, o movimento gay era “muito machista”, só viam os homens e as questões das mulheres ficavam sempre em segundo plano. Assim, em 2005 decidiram se separar. Na parada gay de 2005 já se falava sobre o GAMI. Neste momento o grupo se restringia a uma sala emprestada dentro do Coletivo Leila Diniz, uma das mais conhecidas ONGs de Natal. Foi lá que o grupo se fortaleceu e hoje conta com 1500 sócias, contatos e participação em diferentes eventos em todo o país. A primeira parte do encontro foi bastante formal. Parecia que já havia uma forma planejada de receber, de mostrar o lugar, de falar sobre as atividades do Grupo.

Foi nesta visita que conheci Regine Marton (colaboradora do GAMI na área de saúde). Regine trabalha com as questões da saúde da mulher, é parteira, doula, enfermeira obstetra. Co-fundadora do RAMA (Rede de Apoio a maternidade Ativa). Em nossa conversa Regine falou sobre as dificuldades das lésbicas quando o assunto é família e filhos e me indicou algumas conhecidas que tinham recorrido a reprodução assistida.

Através de e-mails de Regine, conheci, virtualmente, Paula e Vanessa. Após uma semana de troca de e-mails, agendamos um encontro. O casal me recebeu em casa. Conversamos na sala, de um sobrado grande, bem arejado. Ambas brancas e jovens, Vanessa 35 anos e Paula também 35 anos, com cabelos morenos e longos o casal é bem feminino. Vanessa é empresária na cidade de Natal e Paula, é professora substituta de inglês na escola de sua mãe. O casal estava bem aberto, contaram suas histórias, incluindo a recente perda do embrião de nove semanas que haviam implantado em Vanessa, em uma clínica de reprodução assistida de São Paulo. Aquela era a primeira experiência do casal com entrevistas e eu conduzi mais ativamente nossa conversa.

Paula e Vanessa foram o primeiro casal que conheci a ter recorrido à técnica reprodutiva onde uma mulher é inseminada com o óvulo da companheira. Também foram as primeiras a relatar o processo de submissão do pedido para realização da reprodução assistida ao

Conselho Estadual de Medicina, o que mais tarde fiquei sabendo ser recorrente nos casos onde a troca de óvulos entre o casal é desejada. Juntas há seis anos o casal ainda não possui registro de união estável, embora pensem positivamente sobre as implicações jurídicas do reconhecimento da dupla maternidade, da união estável e do casamento civil. Após nossa conversa o casal me mostrou os livros infantis comprados em viagem a São Francisco/ EUA que versam sobre filhos com duas mães e que elas guardam com todo carinho e ansiedade na estante central da sala.

No centro de tudo, São Paulo/SP

Residi por um mês na cidade de São Paulo e convivi com quatro casais de mulheres que conheci na internet e com quem já vinha conversando regularmente via *Facebook*.

Isabela, 26 anos, parda, trabalha como enfermeira e Andreia, 30 anos branca, atualmente dedicada ao cuidado da filha, foram o primeiro casal encontrado por mim em São Paulo. Conheci a história do casal por meio de uma reportagem da Folha de São Paulo, publicada em 2011 que anunciava o reconhecimento jurídico da dupla maternidade da filha do casal, junto desde 2004. Também vi, no *youtube*, um vídeo sobre o dia das mães, *episódio especial mães gays* que trazia a história do casal em imagens do apartamento e da filha delas. Partindo desta reportagem adicionei ambas no *Facebook* e iniciei conversa com Isabela, quem usava mais a rede social. Marcamos um encontro em Jandira, cidade da região metropolitana de São Paulo onde reside o casal.

Nossa conversa se deu no apartamento do casal e a filha permaneceu conosco boa parte da entrevista, brincava com um de seus muitos brinquedos, que depois fui levada a conhecer, em seu quarto totalmente pintado em cor de rosa. Isabela e Andreia foram o primeiro casal de lésbicas a terem o casamento civil na cidade de Jandira, e isso era motivo de comemorações durante a nossa conversa. Foi Andreia quem ficou grávida, por problemas de saúde de Isabela que a impossibilitavam de engravidar. O casal comentou da “loucura” da imprensa atrás delas após a primeira aparição midiática e de como essa aparição havia gerado resultados positivos de reconhecimento na cidade e entre amigos e família.

O segundo casal que conheci em São Paulo foi Priscila, 36 anos, biomédica, branca, tranquila e de fala segura e Sandra 33 anos, branca,

mais agitada e impaciente, também biomédica. A indicação para a conversa deste casal veio de uma colega, ainda quando eu estava em Natal, durante um Seminário na UFRN. Todo meu contato com o casal foi através de e-mail e marcamos de nos encontrar no apartamento delas, em um agradável bairro de classe média da cidade de São Paulo. Nossa conversa aconteceu na sala do apartamento, que estava cheia de brinquedos da filha pequena.

Priscila e Sandra contaram suas trajetórias, incluindo uma estadia de cinco anos nos Estados Unidos, onde casaram (legalmente) e onde buscaram por novas tecnologias reprodutivas em um clínica especializada no atendimento a mulheres solteiras e populações LGBT. O casal ainda não possui união estável e reconhecimento da dupla maternidade da filha. Ao fim da nossa conversa, Sandra me mostrou diversas fotos da filha, trouxe o recorte da reportagem do dia das mães do jornal Estadão, na qual aparecem em uma bonita fotografia. Ficamos por um bom tempo olhando fotografias no *Facebook* e o casal preocupou-se em encontrar amigas interessadas em participar da minha pesquisa. Sai do apartamento esperando retorno sobre esses contatos.

Mônica, 31 anos, branca, formada em Administração e Estela 30 anos, negra e atualmente dedicada ao cuidado dos filhos gêmeos de três anos. O casal é bastante conhecido no meio da maternidade lésbica, estão em inúmeras reportagens, deram muitas entrevistas e aparecem em inúmeros vídeos. Já haviam, inclusive, sido citadas em outras conversas. Como todas, as conheci através de reportagens e existem muitas sobre elas, talvez por serem o primeiro casal a falar sobre a técnica de troca de óvulos entre as mulheres do casal. Nossa conversa começou através do *Facebook*. Mônica esteve muito interessada na minha pesquisa e afirmou que gostava de falar sobre essa temática. Em um sábado ensolarado fui até Osasco/ SP encontrar o casal. Almoçamos em um shopping, próximo a estação de trem Osasco com o casal de gêmeos filhos do casal. Durante o almoço as conversas foram poucas, principalmente com Estela que permanecia atarefada com os filhos. Eu e Mônica seguimos para o carro que estava no estacionamento e conversamos lá enquanto Estela levou as crianças a um parque com brinquedos dentro do Shopping. Nosso encontro se prolongou e passei o resto do dia na casa do casal. Jantamos com os familiares de Estela, vimos filme e comentamos os programas de TV.

Sentada na sala, em frente a uma foto da família que circulou em algumas reportagens Estela me contou como foi seu parto, a gravidez, o

cuidado com os filhos e o longo processo de reconhecimento da dupla maternidade.

De volta aos e-mails, o retorno de Priscila e Sandra foi rápido e conheci Debora 34 anos e Olivia 44 anos, mães de uma menina de menos de dois anos. Nosso encontro foi agendado via e-mail e em um fim de tarde chuvoso o casal, junto desde 2004, me esperou em sua casa localizada também em um bairro de classe média de São Paulo. Ambas estavam sentadas na sala do bem decorado sobrado, localizado em um pequeno condomínio charmoso e arborizado. Com a lareira acesa e vestidas formalmente em roupas de inverno. A filha do casal brincava junto a nós, ainda com o uniforme da escolinha.

O casal estava um pouco ansioso com a conversa, que assim que cheguei já se iniciou Olivia estava mais solta, falou mais, parecia estar gostando da conversa. Debora se dedicou mais ao cuidado da filha do que a nossa conversa e parecia, a todo momento, querer que tudo acabasse logo. Apesar desse sutil comportamento de Debora, Olivia não se intimidou e falou coisas muito interessantes, que de certo modo nenhum outro casal havia apontado de maneira tão contundente embora seja uma temática sempre presente. É exemplo a questão dos altos custos do processo de reprodução assistida e a necessidade imprescindível dos casais homossexuais terem dinheiro para poder conquistar algumas coisas e direitos que aos casais hétero são acessíveis sem precisar passar pelo dinheiro. Comentaram sobre os altos preços dos processos para a conquista da dupla maternidade, que elas ainda não têm e até mesmo para a conquista do casamento civil.

Um bom convite, Goiânia/GO

Já em Agosto, li a reportagem que saiu em um jornal virtual de grande alcance nacional, sobre um casal de mulheres que conseguiu junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás o direito a realização da técnica de reprodução assistida que consta da fertilização de óvulos de uma e a implantação do embrião em outra. A reportagem teve grande repercussão na internet em vista do inédito da aprovação no estado. Novamente, entrei em Contato com Gisele e Cintia através do *Facebook*. Ficamos semanas conversando sobre minha pesquisa e tentando marcar uma data para o encontro. Cintia faz doutorado em Educação na Argentina e passa muito tempo fora. Por e-mail combinamos finalmente uma data. Cintia, 28 anos, parda é professora de

física da rede estadual de ensino e Técnica em Assuntos Educacionais da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás. Foi quem ofereceu a casa para me hospedar. Nos três dias que passei com o casal, conheci mais intimamente Gisele, 34 anos, branca, gerente de compras de uma O.S. da área de saúde pública, que estava de licença do trabalho por motivos de saúde. Passamos agradáveis tardes conversando. Juntas desde 2006, nos dias de minha estadia o casal estava feliz com a gravidez de Cintia.

A experiência com este casal foi muito rica, pois pude conviver por mais tempo com toda a rede de pessoas que cerca o casal. Desde a família mais íntima, até o dono do aviário onde compram ração regularmente para os cachorros.

Meses após a minha estadia na casa de Cintia e Gisele, recebi, via *Facebook* um convite para o casamento civil delas, que aconteceria em Dezembro/2012. Na data marcada, voltei à Goiânia. Cheguei um dia antes da festa de casamento e pude acompanhar todos os preparativos. Neste período tive maior contato com a família de Cintia do que nos dias que havia permanecido na cidade em agosto. Observei mais de perto uma vasta teia de significados relativos a família e ao casamento que se formava nas reuniões, ensaios e refeições que toda a família fez junta neste dia. A importância do casamento e de se constituir uma família nuclear era evidente frente ao fato de todos os irmãos e primos de Cintia com idades próximas a sua já estarem casados e com filhos. O valor dado a estas uniões e as crianças ali presentes era sentido de longe e acredito pesavam sobre Cintia e Gisele. O assunto das conversas parecia quase sempre girar ao redor das crianças, da maternidade ou dos comentários sobre os maridos/esposas. Cintia e Gisele pareciam intensamente felizes com a entrada definitiva no seio destas relações.

O fim pelo início, Belo Horizonte/MG

Por fim, apresento Livia a quem conheci através de um blog e com quem não pude conversar pessoalmente. Conversamos muito através de e-mail e enviei para Livia um roteiro de entrevista. Prontamente recebi sua resposta, reenviei com algumas dúvidas e novas questões. Maíra retornou e assim ficamos por umas duas semanas. Livia 28 anos, enfermeira, residente em Belo Horizonte/MG, onde mora com sua companheira há cinco anos embora não tenham contrato de união

estável. O casal ainda não tem filhos, mas planeja a maternidade através do uso de tecnologias reprodutivas para 2014.

Capítulo 2- Lesbianidades: identidades e trajetórias afetivas

Por uma breve introdução: Antropologia e sexualidade

Acredito ser aqui importante uma pequena reflexão sobre o lugar dos estudos sobre sexualidade na antropologia. Principalmente para compreender os meandros que cercam estas discussões e que nos localizam aqui, nos estudos sobre trajetórias e identidades lésbicas.

Carole Vance (1995), em um provocativo artigo, aponta que a sexualidade durante certo tempo não foi tema de destaque dentro da disciplina e em consonância não foi de dentro da Antropologia que emergiu um discurso mais cultural e menos essencialista sobre a sexualidade. Outras disciplinas tiveram um peso maior neste sentido, marcando as últimas décadas, em um campo que se convencionou chamar de teoria da construção social. Carole Vance apresenta brevemente esta corrente teórica:

A teoria da construção social recorreu a várias correntes na Sociologia: interacionismo social, teoria dos rótulos e noção de teoria do desvio; história social, estudos do trabalho, história das mulheres e história marxista; e na antropologia simbólica, análises transculturais sobre a sexualidade e estudos de gênero, para mencionar apenas as correntes mais significativas. Além disso, teóricos de muitas disciplinas reagiram aos novos temas levantados pelos estudiosos das questões feministas, gays e lésbicas a respeito do gênero e da identidade (VANCE, 1995,p. 9).

São exemplos de teóricas deste campo as feministas acadêmicas e militantes e seu impactante projeto de repensar o gênero e a revolução que esta proposta acarretou sobre as noções do que é natural. Vance (op.cit.) destaca que os esforços feministas centraram-se na crítica das teorias que baseadas na reprodução conectavam de modo estreito gênero e sexualidade. Na academia estas lutas desembocaram em uma crítica do determinismo biológico, e de um conhecimento que tivesse suas bases ancorada na biologia da diferença sexual. Na militância o feminismo também possibilitou análises que desatreavam sexualidade e gênero:

As discussões em grupos de conscientização deixavam claro que o que parecia ser um corpo naturalmente marcado pelo gênero era, na verdade, um produto mediado socialmente em alto grau [...] Finalmente, as discussões ente gerações de mulheres explicitavam a viabilidade de uma sexualidade pretensamente natural (VANCE, 1995,p.11)

É em 1975 que o famoso artigo de Gayle Rubin *O tráfico de mulheres* apresenta uma valiosa argumentação contra as premissas essencialistas de que a sexualidade e a reprodução causavam a diferença de gênero de modo inevitável. Ao contrário, Rubin afirmava a existência de todo um aparato social construído que tornava fêmeas em mulheres domesticadas. Este era o que a autora chamava de sistema sexo/gênero. Vale dizer, um sistema através do qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de sua atividade. É a própria Rubin, quem anos mais tarde propõe ainda outra desconstrução. O sistema sexo/gênero é dividido em dois e a sexualidade e o gênero são reconhecidos como sistemas diferentes, mesmo que inter-relacionados em determinadas circunstâncias históricas/sociais. Sobre este aspecto, Carole Vance comenta:

Para os pesquisadores da sexualidade, a tarefa não consiste apenas em estudar as mudanças na expressão do comportamento a atitudes sexuais, mas em examinar a relação dessas mudanças com alterações de base mais profunda no modo como o gênero e a sexualidade se organizam e inter-relacionam no âmbito de relações sociais mais amplas (VANCE, 1995:11).

Esta é a trilha que pretendo seguir neste capítulo, atentando para as múltiplas mudanças de atitudes, identidades, contextualizando a sexualidade e pensando sua relação com uma reorganização das conjugalidades e das famílias.

“Tá, me descobri gay, mas isso é uma expressão da minha sexualidade”

Neste mundo instituído por representações, a identidade é uma ficção e a incerteza e o paradoxo são as conquistas maiores de nosso tempo para desmascarar as verdades de todos os tempos. (NAVARRO SWAIN)

Este capítulo certamente nasce de muitas perguntas. E é na tentativa de construir uma reflexão que se aproprie destas indagações para formular uma análise antropológica que seguem as linhas deste texto. Espero fazer ver os meandros de relações sociais que envolvem uma determinada prática sexual/afetiva/amorosa, a saber, a lesbianidade, e que traz consigo questões referentes a identidades e a configurações de pessoas dentro de categorias sexuadas que delimitam determinados modos de ser, sentir e perceber o mundo e a si mesmas (NAVARRO SWAIN, 2004).

Em decorrência, é preciso compreender os marcos da lesbianidade nas produções da história e das ciências sociais. De partida, nos perguntamos o que se tem escrito sobre as lésbicas? Onde elas aparecem nas teorias e na história? Quem são essas mulheres? O silêncio parece ser a maior marca aparente destas interrogações.

Em um texto clássico, Tania Navarro Swain aponta o silenciamento da história frente à lesbianidade. Defende o olhar atento à história enquanto narrativa produzida de acordo com a percepção da realidade dos historiadores. A história enquanto construção é encarada como registros realizados através dos filtros sociais que tem lugares delimitados para pessoas e coisas e que ignora ou esconde períodos do viver humano. Relações sociais que fogem dos modelos concebidos são esquecidas, apagadas da historiografia preocupada em traçar um só perfil das relações humanas. Vale dizer, ainda ancorados pela obra de Tania Navarro Swain que, “os olhos veem o que querem e podem ver através de uma ‘política do esquecimento’: apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época” (ibid.,p.15). Logo, existem muitos sentidos expressos no silêncio da História sobre a lesbianidade. Uma das possíveis explicações dadas pela autora para o apagamento das relações entre mulheres nos marcos da história ocidental se deve ao fato de que sua aparição pode representar uma desordem no modelo instituído e naturalizado da heterossexualidade dominada pelo masculino.

A lesbianidade, enquanto uma forma de relacionamento está inserida em uma perspectiva de história que se pretende universal, mas

que longe disso, deixa ver a parcialidade de sua construção. No Ocidente se elaborou um discurso que baseado na filosofia e religião foi capaz de legitimar a divisão dos humanos em dois, dois sexos biológicos. Mulheres ou homens, assim somos definidos antes mesmo do nascimento. Como salientam Márcia Arán e Júnior “um dos exemplos mais notáveis da naturalização dos processos de construção das identidades binárias decorrentes da repetição das normas constitutivas de homens e mulheres seria a interpelação médica”. (ARÁN e JÚNIOR 2007, p. 133) Destaca-se que é através da ultra-sonografia que se transforma um bebê em ele ou ela. É fruto desta nomeação a feminização da menina e a masculinização do menino que são assim inseridos nos *domínios inteligíveis da linguagem* e do parentesco através da definição de seu sexo. Contudo, apontam os autores, essa “feminização” ou “masculinização” não possui uma significação permanente ou mesmo estável. Ao invés disso, essa interpelação terá de ser reiterada ao longo do tempo para que possa cumprir com esse ideal. Coloca-se que o ato mesmo de nomear “é, ao mesmo tempo, a repetição de uma norma e o estabelecimento de uma fronteira” (ibid., p.134). Fronteira essa que cede as bases para nosso julgamento, crítica e percepção de nós mesmos frente ou em oposição à norma vigente que assegura os lugares de homens e mulheres, do masculino e do feminino.

São estes modelos estabelecidos de homem e mulher e de suas relações, marcados pelo discurso “científico” da medicina e biologia em início do século XIX, que decidem sobre o normal e o patológico nas condutas humanas. Enredam-se verdadeiros manuais de comportamento que prescrevem o certo e o errado, o bem e o mal presentes nos relacionamentos humanos e no comércio dos desejos e práticas afetivas/amorosas/sexuais.

A Historiadora Ana Paula Vosne Martins (2004) enriquece esta discussão ao apresentar sua pesquisa histórica a respeito do discurso médico e científico, que se enraíza nos séculos XVIII e XIX sobre a maternidade. A autora dirige sua atenção ao viés social presente na elaboração destes discursos que aprisionam as pessoas em suas funções biológicas/naturais, em particular, as mulheres em sua capacidade singular e definidora: a reprodução. A autora nos reporta à problemática da essencialização da mulher e das concepções valorativas que tangem à reprodução humana revelando, contudo, suas origens e contexto social e cultural.

Como nos mostra Laqueur (2001), até o século XVII vivia-se sobre o predomínio do *modelo do sexo único* defendido por Aristóteles e Galeno, que ponderavam a diferença sexual em termos hierárquicos e

não binários. O calor vital dos corpos era a noção central para a definição da perfeição. O homem por sua natureza quente e seca figurava no topo da cadeia dos seres vivos, seguido da mulher, inferiorizada por sua condição fria e úmida. Logo, o corpo feminino caracterizava a versão imperfeita do corpo masculino, seus órgãos sexuais eram considerados invertidos devido a sua falta de calor, necessário para a externalização dos órgãos, função perfeitamente realizada pelo corpo masculino. Neste modelo o corpo é único e as diferenças que se observam são de gênero.

Contudo, de acordo com as reflexões de Martins, no início do século XVIII o modelo científico se reconfigura. Começa a ser esboçado um novo sistema, agora baseado nas diferenças sexuais. O corpo é tomado por olhares e se torna central nas redefinições das relações de gênero.

A empreitada científica volta-se para a natureza de cada corpo na tentativa de encontrar o verdadeiro sexo de cada pessoa. Não valendo mais o modelo do sexo único, o interesse se foca nas diferenças. Desta maneira, as investigações científicas sobre o sexo passam a ser realizadas com maior constância e adquirem um perfil profundamente ideológico. A identidade sexual torna-se determinante na vida de cada indivíduo e o sexo torna-se uma categoria ontológica (AMORIM,2010).

Neste momento é válida uma reflexão sobre a construção de identidades ancoradas neste corpo “recém” definido pelo discurso científico, que se volta à procura do sexo único biologicamente estabelecido. Institui-se a naturalização dos processos de construção das identidades decorrentes da repetição das normas de gênero, que precisam ser sempre e constantemente reiteradas.

A heterossexualidade ganha terreno e implementa-se enquanto norma, regra universal com força para determinar os lugares do “verdadeiro” feminino e “verdadeiro” masculino. A lesbianidade é jogada para baixo do tapete como desvio da regra. Com aura de aberração, a lésbica torna-se um ser obscuro, oculto. Seu espaço é o da perversão ou desordem em um mundo que não lhe reserva lugar (NAVARRO SWAIN, 2004).

Terá sido sempre assim? Indícios históricos apontam que não. No entanto, nada se diz sobre essas mulheres e a história em seu silêncio vai de encontro à máxima que prega: O que não se fala não existe. É exatamente neste *não lugar*, conceito desenvolvido pelo antropólogo francês Marc Augé (2010) no campo da antropologia urbana, mas que

parece caber aqui exatamente por se tratar da definição de um espaço de passagem, incapaz de estabelecer relações, um espaço transitório, nada personalizado, que serve a todo e a ninguém, parecido com o local onde se encontram as mulheres de minha pesquisa, ao descrever o início de suas trajetórias.

Ressalto aqui que as mulheres desta pesquisa são nascidas majoritariamente entre os anos 1970 e 1980 e deste modo, não fazem parte do universo das mulheres lésbicas de boa parte de bibliografia analisada neste trabalho, que se debruça sobre trajetórias de mulheres nascidas duas ou três décadas mais cedo. Neste sentido, é imprescindível ter em foco os contextos sociais que implicam a lesbianidade hoje no Brasil ao pensarmos as trajetórias afetivas/sexuais destas mulheres. Este ponto vale uma pequena incursão. Costuma-se situar o final dos anos 1970 como marcos do surgimento do movimento homossexual no Brasil (FACCHINI, 2008; FERNANDES, 2011; MACRAE e FRY, 1991). Os primeiros grupos organizados em defesa da homossexualidade tinham como objetivo reunir homossexuais interessados em assumir a homossexualidade e encontrar seus pares. Contudo, mesmo dentro dos movimentos homossexuais as mulheres lésbicas sentiam o peso da exclusão das questões especificamente femininas da pauta do movimento e muitos grupos do movimento homossexual “racharam”. Os movimentos lésbicos se autonomizaram, trazendo a tona debates específicos sobre lesbianidade, angariando maior visibilidade para o tema. É este o cenário que perpassa o nascimento das mulheres desta pesquisa e que as insere em um universo simbólico onde a lesbianidade é, mesmo que minimante, percebida. Podendo mesmo que através de muitos conflitos, como veremos abaixo, ser vivida.

Os depoimentos abaixo esclarecem sobre as dificuldades de identificação que a lesbianidade ainda impõem. A falta de entendimento sobre a própria sexualidade impera como um dos primeiros conflitos vivenciados na adolescência destas mulheres. Tais dificuldades se devem ao fato de que mesmo que se convençione tratar a sexualidade como um impulso, sabemos que ela se trata, em realidade, de um aprendizado que se dá sobre processos de decodificar situações, entender estados internos e principalmente relacionar significantes de aspectos não sexuais da vida para a experiência sexual propriamente dita (HEILBORN, 2006). Todo esse aprendizado ocorre de acordo com os símbolos presentes no universo social em que nos inscrevemos, pois como bem nos informa Michel Bozon (2004,p.14) “A sexualidade é uma esfera específica – mas não autônoma- do comportamento humano,

que compreende atos, relacionamentos e significados. E é o não sexual que confere significado ao sexual, nuca o inverso”. Deste modo, como poderiam as jovens lésbicas aprender sobre sua sexualidade, se ela está constantemente sendo negada nos circuitos sociais da família, da escola e, muitas vezes, entre os jovens da mesma idade?

Entregues a si mesmas para “singularizar sua ‘diferença” (PAIVA, 2007) encontram-se fora de lugar nos circuitos afetivos/sexuais e cognitivos de seu meio social marcado pela regra heterocentrada que impera sobre as relações afetivas, sexuais e amorosas. Uma das entrevistadas, hoje já passando dos 40 anos de idade, ao lembrar da sua adolescência e das angústias que a afligiam a época, ressalta:

Com 14 anos eu comecei a realmente me ver muito diferente. Por que eu sonho tanto com professora? Isso e aquilo outro e eu começava a ouvir comentários de algumas meninas que tinham as mesmas características. Isso tudo era assim: era como se eu tivesse cega e tivesse que aprender a lidar com a vida tasteando, porque como isso não era, não era explícito eu não sabia, então como eu ouvia falar de meninas que tinham aquelas características que eu sabia que se aproximava de mim e eu ouvia: ela é sapatão, ela é lésbica e eu, gente que que é isso? E eu não sabia o que era, eu sabia que tinha alguma coisa diferente comigo. Aí eu comecei a procurar em alguns dicionários, mas eu não fazia isso, fazia na casa das minhas amigas, buscava lá um dicionário perdido e aí quando eu comecei a ver o que significava esse termo aí eu me assustei muito, me assustei muito, eu não queria ser aquilo (Grifos meus).

A narrativa de outra entrevistada, atualmente com 34 anos, também traz elementos muito próximos dos comentados acima e nos faz perceber o peso da adolescência neste processo de “experimentação pessoal” (HEILBORN, 2006, p.35):

Então eu comecei a descobrir, sentir um pouco diferente quando eu tinha 15, 16 anos e aí eu consegui confirmar isso. Até porque eu não tinha com quem conversar, eu não sabia então eu procurava em biblioteca, procurava livro, essas

coisas pra tentar descobrir e aí com 17 anos que eu cheguei a conclusão (Grifos meus).

No diálogo abaixo, introduzido pela primeira fala acima vemos um casal discutir a sensação de estranheza que os primeiros passos no campo da homossexualidade feminina lhes trazia. Elas apontam para falta de um script (BOZON, 2004; GAGNON, 2006) de um roteiro para essas relações, sentimentos e desejos por outras mulheres, já que a família de ambas era muito religiosa e não havia espaço pra discussão da lesbianidade:

*A: Na verdade, assim, eu me via assim, **mas era impossível entender isso que eu via no contexto em que eu morava. Num contexto interiorano de uma família católica apostólica romana praticante, aonde os pecados e o acesso ao céu não é permitido às pessoas que não são rigorosamente aceitas pela igreja. [...] O primeiro beijo na boca foi um negócio muito desesperador. Pô, tô beijando uma mulher! Muito desesperador mesmo porque, meu deus, isso nunca passou pela orientação da minha família.***

B: A gente não tinha referências de pessoas.

A: Isso, não convivia com pessoas que pudessem me dizer assim olha você...

B: Não pertencia a um grupo que você se identificasse, não tinha essa identidade.

*A: O fato de tá beijando uma mulher me colocava fora de todos os grupos aos quais eu pertencia. Qual era o sentimento de pertencimento? **Era ao grupo da igreja, o grupo de jovens da igreja, era o grupo de jogos da escola, era o grupo das filhas que os pais colocaram pra estudar, sabe? Mas aí de repente eu beijo uma mulher e aí eu não conseguia entender (Grifos meus).***

Fátima Weiss de Jesus (2012) aponta que a Igreja tem um lugar fundamental na normalização das vidas sociais. Primeiro através de seus dogmas, segundo pela difusão de normas morais que ao serem seguidas desvelam uma identidade de grupo. Nestes contextos a

homossexualidade é vista como fuga aos padrões estabelecidos e impõe o afastamento do desviante, que fica muitas vezes à margem, sofrendo o peso do estigma e da exclusão, inclusive dentro de sua casa e perante sua família, como na narrativa abaixo, que descreve a tentativa de encaixe de uma interlocutora da pesquisa em uma família que não abria espaço para o desvio:

*Então eu comecei a... Eu achava que eu tinha que ser uma pessoa normal, né? Fui criada por uma família de conservadores, minha mãe, a família da **minha mãe sempre muito religiosa, eles eram evangélicos** então eu achava que tinha que ser uma pessoa normal (Grifos meus).*

Pairando na fronteira dos significados, essas mulheres não dispõem com facilidade de uma mediação discursiva para expressarem ao mundo e tantas vezes a si mesmas a intensidade de seus desejos e encontrar-se acompanhadas de uma intensa desqualificação de si. Valem-se de discursos residuais que insistem em alocar a lesbianidade e o desejo por outras mulheres no espaço destinado ao erro, ao mal que deve ser combatido. A norma de gênero deve, nos discursos familiares, ser reiterada. A procura da família por uma “solução” ou “cura” para o problema da homossexualidade das filhas esbarra, tantas vezes, na imposição de um tratamento psicológico por parte dos familiares, as falas abaixo parecem apontar para a necessidade de enquadramentos dos filhos e para a má recepção dos pais frente ao “assumir-se” das filhas:

***Aí ela me pressionou e eu falei “é, sim”.** Aí meu pai falou: “isso não vai ficar assim, isso tem cura” (Grifos meus).*

***Aí me levaram num psiquiatra, num psicólogo, minha família inteira. E eu nunca tive dúvida, né. Mas eu fui, ela queria me ajudar eu fui** (Grifos meus).*

***... peguei minha mãe uma vez, coloquei sentada e falei pra ela. Primeira coisa foi mandar pra um psicólogo porque assim: “não, como que vai ser? Como que sua vó vai reagir? E seu tio?”** (Grifos meus).*

Os três depoimentos acima assinalam a questão da cura da homossexualidade e o recurso ao tratamento psicológico imposto às filhas lésbicas. Estes posicionamentos dos familiares parecem devedores de um discurso médico que acoplou, a partir do século XIX, a noção de homossexualidade com noções de crime, pecado, patologia ou desvio (FRY e MACRAE, 1991). A busca por causas recaíram sobre fatores biológicos abrindo brechas para o alcance da cura, impondo-se uma ideologia da *heterossexualidade compulsória*. Conceito arquitetado por Adrienne Rich (2010) que destaca a heterossexualidade como uma instituição que força, violentamente ou de modo subliminar, as pessoas e particularmente as mulheres a serem heterossexuais.

Neste sentido, as investidas familiares estão engajando-se não somente em fazer suas filhas serem heterossexuais, mas em transformá-las em, visto que muitas ressaltam saber de sua orientação sexual desde criança, mesmo que tenham se envolvido em relações com homens argumentam que já sabiam e “deixaram quieto” o desejo por outras mulheres. Algumas interlocutoras confessam ter casado ou se relacionado com homens apenas para reprimir o desejo homoerótico que já sentiam e que hoje vivem em seus relacionamentos conjugais. Maria Luiza Heilborn (2006) comenta que é recorrente que homossexuais analisem o passado tomando como base a situação vivenciada atualmente, marcada com um prisma de encontro com uma verdade interior e que explicita essa lógica do “eu sempre soube” (HEILBORN, 2006,p. 45).

Andrea Lacombe (2010) em sua tese de doutorado informa que esse discurso de “sempre foi assim”, infere uma autenticidade que adquire força de verdade e de veracidade irrefutáveis. Esta autenticidade estaria relacionada a ideia de natural ligada ao “nasci assim” que antes de apontar para uma resignação de não poder ser de outro modo, ganha peso de legitimação e valor.

O apelo à biologia é utilizado como arguição de autoridade em consonância com o primado da heterossexualidade, ou seja, se vale da biologia como critério de verdade do mesmo modo como a heterossexualidade se coloca no trono da normalidade, amparada no caráter biológico do binômio homem-mulher como a única união possível (LACOMBE, 2010,p.151).

Vemos nas falas abaixo o recurso a esta noção do “nasci assim”:

Só que eu descobri minha sexualidade com praticamente 10 anos de idade entao isso pra mim já era muito nítido (Grifos meus).

Ai eu soube desde criança que eu gostava de mulher, só que eu nunca assumi pra mim, eu acho. Acho que não fazia sentido. Aí eu namorei com menino, bastante, até os 20 anos [...] Eu sempre gostei muito mais de menina do que menino, tanto fisicamente quanto tudo (Grifos meus).

Observamos que existe nestas falas acima uma recorrência ao uso da biologia como fundante da verdade, logo nos deparamos com uma oposição expressa nos termos de normalidade versus a noção de uma escolha consciente pela homossexualidade, na qual haveria possibilidade de mudar de opinião. Aqui, a lesbianidade está dada e não é passível de muito questionamento, ainda que possa ser envolta em tentativas de “deixa-la para lá” ou *deixar quieto*.

No que tange as trajetórias afetivo sexuais destas mulheres, vemos as constantes referência a passagem por relações heterossexuais, como comenta uma das entrevistadas, atualmente com idade próxima aos 30 anos, sobre sua juventude: *Aí eu namorei com menino, bastante, até os 20 anos*, e nos dois depoimentos abaixo colhidos durante as entrevistas e conversas sobre sexualidade, adolescência e a “descoberta” da lesbianidade. Heilborn (2006) defende que as trajetórias afetivas sexuais de jovens podem ser tomadas mais como trajetórias bissexuais do que homossexuais, pois fazem parte de um universo de aprendizado e experimentação, onde a circulação ainda não é marcada por construções identitárias rígidas:

Acho que foi mais pela pressão da sociedade, não sei, pra mim o normal era tá com um cara, eu ficava: tudo bem, normal (Grifos meus).

Fui crescendo com isso, lógico que negando pra mim mesma aquilo que eu sentia de verdade e aí eu comecei a namorar um rapaz porque eu achava que eu tinha que ser normal, que eu tava pensando que o que eu fosse era errado e que se eu casasse tudo isso ia passar né? (Grifos meus).

Destaca-se, através destes depoimentos que a homossexualidade também precisa obedecer uma construção, visível através do

aprendizado dos códigos da interação sexual e sobretudo do peso das representações sociais de normalidade à orientação sexual hetero. E neste ponto ficamos diante da exposição tanto empírica, quanto conceitual das posições do construtivismo social no que tange a sexualidade.

Não há como antecipar se as carreiras sexuais vão se estabilizar em um padrão heterossexual ou homossexual, o que manifesta o caráter maleável que as trajetórias sexuais e afetivas podem assumir, ainda que consideradas toda sorte de pressões sociais que cerca a sexualidade (HEILBORN, 2006, p.392).

É certo que as trajetórias destas mulheres são diversificadas. Vemos, por exemplo, mulheres que se “descobrem” lésbicas depois de adolescência, depois de terem tido sólidas relações com homens, como no depoimento abaixo, sobre o início da relação conjugal lésbica:

Eu namorava com homens, me interessei por homens e fui me apaixonar aos 27 anos por uma mulher.

Evidencia-se que as lesbianidades devem ser entendidas, como o próprio emprego do termo denota, no plural. Em uma tentativa de aludir a todas as possibilidades de vivências das relações afetivo/sexuais entre mulheres, visto que não há um modelo de ser lésbica ou de relação lésbica.

Em meio as mulheres que mantem relações e relacionamentos exclusivamente com mulheres existem aquelas, como o depoimento acima aponta, que fizeram a opção pela lesbianidade após uma consolidada trajetória heterossexual. Gagnon (2006) afirma que as mudanças de preferencia sexual, mesmo que em fases tardias da vida não são raridade. Vemos nestes exemplos que noção de escolha impõem-se sobre estas relações:

Do mesmo modo como incorporar uma temporalidade supõe “familiarizar-se” com um *timing*, quer dizer, arcar com toda uma série de implícitos e aceitá-los com uma opção válida e desejante, como um “gosto” construído na repetição de uma prática, começar a vivenciar

intercursos sexuais com outra mulher implica a prossecução de um aprendizado, a incorporação de pautas de flerte particulares que conferem a esse desejo a força semântica da escolha (LACOMBE, 2010 ,p.153).

Ainda que as vivências sejam muitas - Um marco parece uni-las - A necessidade de publicizar a sua homossexualidade. Para aquelas que “se sabiam lésbicas desde pequenas” esse processo ocorreu cedo, muitas vezes quando ainda viviam com seus pais. Para outras, que tiveram suas experiências lésbicas posteriormente à adolescência e que já se encontravam mais independentes da rede familiar o ter de assumir-se veio mais em função da outras prerrogativas, como a vida conjugal ou ainda a maternidade. Vemos a seguir, o relato das dificuldades, as “duras penas do “assumir-se” e a necessidade deste passo para o “engate” da relação conjugal. Já o depoimento subsequente refere-se as angustias enfrentadas por uma das entrevistadas frente a seus familiares. A dúvida parecia pairar entre contar e vê-los sofrendo e não contar.

Ficamos um ano separadas. Quando eu voltei, voltei decidida a nominar, para minha família, pros amigos e mais ainda, circular publicamente (Grifos meus).

O meu grande desespero nesse período é o que eu tô fazendo com minha família. Quando meu pai e minha mãe souberem como eles vão sofrer com isso. Meu pânico era esse (Grifos meus).

Os depoimentos acima marcam momentos referentes ao assumir-se e fica evidente que a família é central nestas decisões e momentos, vividos por vezes com bastante dor. Segundo Sedgwick (2007) assumir-se, ou *sair do armário* em uma sociedade homofóbica, particularmente no que toca os familiares traz sempre certo temor do prejuízo às relações que tal revelação pode causar. A revelação do “segredo” parece uma faca de dois gumes, como bem revela a fala de Karina que aponta seu vínculo identitário com os pais e o medo de que eles sofram. Karina

ansiava que com sua revelação seus pais pudessem somar ao exemplo apresentado por Sedgwick “Uma mãe diz que a revelação de seu filho adulto para ela a mergulhou, por sua vez, no armário em sua comunidade conservadora” (2007, p.39). Destaca-se que o *enfrentamento do armário* se impõem não somente sobre as filhas lésbicas, mas igualmente sobre os pais poisé preciso que a família saia do armário junto com a filha:

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora. (ibid,p. 22).

Desta forma, a lesbianidade continua apontando para um estranhamento, que estas mulheres recebem dos pares, da família, dos aparatos sociais. O vocabulário pejorativo (sapatão, mulher macho, machona) pejorativo que encontram para pensar a si mesmas acaba por inseri-las em um universo de medo, desqualificação e culpa, que as joga, por ocasiões, dentro do armário novamente ao mesmo tempo em que recolocam os lugares destinados a cada um na regra que atrela sexo/gênero/desejo.

Tinham coisas que eram muito pesadas. Eu ouvi da minha mãe uma vez que ela preferia ter uma filha piranha que uma filha sapatão, isso pra mim era quase que a morte, porque pra mim era muito importante a figura do pai e da mãe e dos irmãos (Grifos meus).

Estas trajetórias são marcadas por um longo e tortuoso caminho, marcado por sofrimento, tristeza e opressão imputada pela obrigação heterossexual, que recai sobre essas mulheres bastante cedo em suas vidas (RICH, 2010). As tantas normas que mantêm a heterossexualidade são sutis, inflexíveis e onipresentes e se espriam pela sociedade (SOARES e SARDENBERG, 2011).

Destaca-se que a homossexualidade feminina investe uma identidade que desacopla gênero e sexualidade ficando resguardada de

reconhecimento social ao fugir das normas de gênero e da heterossexualidade compulsória, sendo-lhe negada a possibilidade de existência inteligível socialmente. Em uma sociedade onde a heterossexualidade é regra, qualquer comportamento/atitude que distancie a pessoa nascida e determinada com o sexo feminino do seu lugar de gênero feminino é vigiada.

Assim, práticas subjetivas que se referem a apenas uma parcela da identidade de um sujeito são tomadas como características dominantes da personalidade e todo um universo de construções sociais e simbólicas é erigido sobre determinados comportamentos e características chamados de orientação sexual. Ser lésbica, ou a vivência de uma orientação sexual do desejo distinta da heterossexual nem sempre teve o peso identitário que carrega nos dias atuais. Antes do século XIX práticas afetivo sexuais com outras pessoas não conformavam uma identidade homossexual:

Somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais é que se desenvolveu uma categoria homossexual distinta e uma identidade a ela associada. (WEEKS, 2000, p. 65)

É em Foucault (1988) que podemos encontrar explicação para estas transformações. Segundo o autor, a partir do século XVIII uma rede de desenvolvimento de discursos, saberes e poderes passa a se formar e a procurar pela verdade sobre o sexo. Neste período é que se investe o ato sexual em uma noção de interioridade do indivíduo, atribuindo-lhe uma identidade: homossexual para os que praticam sexo com parceiros do mesmo sexo biológico, heterossexual aos que praticam com o sexo biológico oposto e bissexual aos que praticam com ambos os sexos. A questão da identidade sexual é recheada de sentido e importância em contextos demarcados histórica e culturalmente e está imbricada com o lugar que a sexualidade ocupa na sociedade ocidental enquanto lugar de destaque da verdade do sujeito.

A incumbência de uma identidade reflexo da orientação sexual faz com as sujeitas desta pesquisa gerenciem o silêncio sobre a sua homossexualidade de modo a angariar possibilidades menos estigmatizadas em determinados ambientes. Usados como armaduras contra o peso do heterossexismo, nossas sujeitas parecem escorregar em um universo marcado pelo ser/não ser. Há um período em suas trajetórias onde os lugares não são bem delimitados e os posicionamentos subjetivos não são bem afirmados. As possibilidades

de tornar a homossexualidade visível ou invisível de acordo com os espaços de sociabilidade e das relações com outros sujeitos que mantem, remetem a discussão de Maria Luiza Heilborn (1996) sobre a não obrigatoriedade das mulheres assumirem uma única identidade sexual/afetiva, podendo deslocar-se entre o ser ou estar homossexual.

O que Maria Luiza Heilborn defende é que as mulheres “homossexuais” de sua pesquisa estão envoltas em um quadro de valores que transcende a orientação sexual e é nos marcos deste universo que se pode compreender as construções de suas identidades. Em suma, as mulheres de sua pesquisa, bem como algumas de minhas interlocutoras não elegem o fato de preferencialmente manterem relações com outras mulheres como ponto de definição de suas identidades, como bem analisa uma entrevistada sempre muito preocupada em pensar a sua realidade, comportamento e universo social e sua volta ao comentar sobre sua família:

A homoparentalidade das mães configura-se apenas como um dos incomensuráveis elementos constituintes da identidade do ser que em mim carrego. Mas, certamente se refere a um elemento marcante que carrega em seu bojo alguns séculos de preconceito. Ora, mas o que falar disso se sou mulher em uma sociedade machista, goiana em um país 'sudestecêntrico', parda em meio ao racismo, professora em um espaço em que a educação é sucateada, pobre em uma sociedade capitalista e consumista e também lésbica em uma sociedade homofóbica? (Grifos meus)

Com a ajuda de Heilborn esclareço sobre este tópico que

Presencia-se, nesse caso, o fato mais geral de as identidades sociais não se constituírem de modo linear, nem necessariamente explícitas. Nessa configuração da pessoa nem tudo é solar/ é possível deixar na sombra, não nomeadas certas dimensões da construção de si e uma delas é o espaço entre o desejo e a elaboração de uma identidade sexual marcada. Esse hiato não é vazio; é construído pelo princípio ético de compromisso com a mudança, que integra/estrutura o universo de valores em exame. (HEILBORN, 1996, p.143)

Aqui destaca-se a necessidade de compreender a não linearidade e o permanente deslocar do sentido sempre em relação a situação, nos levando assim, para o oposto de interpretações que implique em anotar uma inconsistência do discurso destas informantes. Existem juntas diferentes formas não lineares de manejar a identidade sexual, “o que implica a formula ser/estar homossexual” (ibid, p.144) como observamosna fala abaixo, onde ela comenta que fingia ser heterossexual frente algumas amizades, em umas administração pensada de sua identidade sexual, que em tantos outros momentos era reforçada.

[...] Então eu ficava horrorizada porque eu não conseguia identificar em minhas amizades pessoas que tivessem uma identidade próxima da minha, então eu fingia.

Esta relação ser/estar, esconder/revelar pode muitas vezes ser representativa do aprendizado de lésbicas e gays dos modos de esconder os significantes da homossexualidade de quem não a tolera, ao passo em que tornam tais significantes perceptíveis a quem sabe reconhece-los. Trata-se de um gerenciamento da comunicação de informações estigmatizantes frente à sociedade, como vemos nos depoimentos a abaixo. Esse entre-lugar do “assumir-se” ou não é uma temática recorrente e segue que o “armário” acompanha a vida do homossexual. Não importando o quão assumido ele seja por que:

O armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX. [...] Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição (SEDGWICK, 2007,p.22).

Neste sentido, vemos as falas abaixo, nas quais a temática deste “armário de vidro” do que não se diz, mas se vivencia traz ao debate os

ideias de privacidade e publicidade da intimidade em diferentes situações:

Começamos a ficar e desde esse dia até 2000 que foi uma primeira separação, de mais ou menos um ano, a gente ficou, namorou e em 8 ou 9 meses a gente foi morar junto. **Eu por um tempo ainda sem falar com ninguém.** Depois falei para amigas, contei em análise, falei em análise o que estava acontecendo comigo, mas a gente tinha uma vida pública. **Na família e amigos de M eu era nomeada minha namorada. Na minha vida, meus amigos, minha família não, era uma amiga.**

A gente não vivia escondida, na hora de pega carro, leva carro, moram na mesma casa, enfim. Mas eu tinha a ideia de que eu não poderia dizer de algo que eu ainda não sabia em mim. O que eu vou falar? Não tem o que falar. Sei do tempo, estou apaixonada, estou vivendo, mas não tenho a mínima ideia do que aconteceu na minha vida (Grifos meus).

A: Eu vou fazer o concurso aqui, vim fazer o concurso, na verdade o concurso que eu fiz foi em Ilhéus. E aí meus pais? E B? Ninguém sabia de nada, mas a B era minha amiga.

Anna: Na sua família como era a relação de vocês?

A: Oficialmente ninguém sabia de nada.

B: nem nunca soube!

A: Agora sabe já, mas oficialmente ninguém sabia, mas B que morava comigo. E eu falei lá em casa assim: olha tá vindo uma aluna [...] dividir a casa comigo (Grifos meus).

O silêncio sobre a relação, ou tantas vezes sobre a lesbianidade que marca as falas acima e ao qual estamos repetidas vezes nos referindo seja na administração do “segredo” da homossexualidade seja no gerenciamento do armário no cotidiano processo de escorregar entre o que diz respeito ao foro íntimo do casal e o que deve ser publicizado é,

muitas vezes caracterizado como/em consequência de uma política do esquecimento, de uma tentativa de apagamento de outros sentidos que não os dados pelo modelo hegemônico de relações afetivas e/ou sexuais. Contudo, não é possível permanecer fora das redes de sentido, bem como não é possível ficar fora da história. É nos entremeios, e entrecortando o silêncio, que a lesbianidade aparece como foco temático de diferentes disciplinas (LESSA, 2003) e em especial no seio das discussões dos diferentes feminismos.

Lesbianidades e feminismos: um encontro plural

O feminismo como um marco epistemológico e também político abriu as portas para a problematização da organização sexuada e hierárquica da sociedade. Das iniciais afirmações sobre a “mulher” enquanto sujeito seguiu-se, nas diversas teorizações feministas, a se usar a categoria “mulheres”. A mudança para o plural acentua as diferenças entre os gêneros bem como salienta as tantas diferenças intragênero (NAVARRO SWAIN, 2004). A lesbianidade aparece neste cenário como uma das marcas desta pluralidade de mulheres. Nos anos 1980 as discussões sobre esta temática apontavam para a divisão binária da sociedade em dois sexos, pressupondo a heterossexualidade que imputa os lugares da verdadeira mulher e verdadeiro homem destinando às praticas sexuais outras uma tolerância relativa ao peso da hegemonia da heterossexualidade (LESSA, 2003). Entre estudos importantes neste cenário de “quebra do não dito” sobre a lesbianidade, ressaltos os trabalhos de Luiz Mott (1987), Denise Portinari (1989), Maria Luiza Heilborn (1992, 2004), Miriam Grossi (2003), Jaqueline Muniz (1992), Otavio Aquino (1992).

No plural não apenas aparecem as “mulheres”, focos da atenção, mas os feminismos, por não configurarem-se enquanto teoria una. O medo da “masculinização” que implodiria a categoria mulher e da associação entre feminismo e lesbianidade organizou o pensamento de algumas feministas. a relação entre feminismo e lesbianidade parece marcada por tensões e por conversas no campo político e teórico.

Desde os anos 1970, marco do início do feminismo brasileiro e da abertura política do país, as mulheres lésbicas já integram o movimento feminista. Ainda assim, há resistência do movimento em incorporar as questões lésbicas em sua produção teórica e em sua agenda política. Como nos mostram Gilberta Santos Soares e Cecília Sardenberg:

Boa parte do movimento se deixou intimidar pela pressão social da conjuntura da época que exigiu ao feminismo o silêncio sobre a lesbianidade e sua invisibilização para que pudesse ser, minimamente, respeitado pela esquerda brasileira, pela intelectualidade acadêmica, pela Teologia da Libertação, pela mídia, pela sociedade em geral no momento pós-ditadura no Brasil. [...] Assim sendo, temas como contracepção, aborto, prazer, lesbianidade foram silenciados pelos aliados na luta contra ditadura, que polarizaram o debate entre a importância da luta geral versus as questões específicas (SOARES e SARDENBERG, 2011,p.3)

A lesbianidade permaneceu fora das prioridades do movimento feminista e as lésbicas vagaram enquanto ameaças, ainda que estivessem no campo das discussões sobre a sexualidade, central no feminismo, e lutassem também pelas pautas clássicas da agenda heterossexual como o aborto e a contracepção.

Evidencia-se que o protagonismo no feminismo ocidental foi de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Kimberli Crenshaw (2002) já aponta a importância de visualizar os diferentes eixos de subordinação, que ao cruzarem-se produzem intersecções que contribuem para o aumento da vulnerabilidade e da estigmatização de pessoas localizadas nestes lugares de interação entre dois ou mais eixos de subordinação, como gênero, classe, orientação sexual. Esse é o caso das mulheres lésbicas, vulneráveis ao machismo, sexismo e violências de gênero e à lesbofobia. Neste sentido, se fez imprescindível a reivindicação da diversidade, junto com a reivindicação da categoria mulher pelas lésbicas e negras para ampliação do alcance dos feminismos, subsidiando as discussões sobre o racismo e heteronormatividade (MISKOLCI, 2009).

O questionamento da naturalização do sexo biológico, como base do binômio *cultura e natureza*, interroga a própria categoria gênero e a divisão da sociedade em dois sexos, implicando a heterossexualidade. A desnaturalização do sexo biológico enquanto elemento pré discursivo efetiva-se e questiona a heterossexualidade.

A prática heterossexual que Tereza de Lauretis nomeia “Sex Gender System”, um construto

sócio-cultural, um aparelho semiótico e um sistema de representações confere uma significação à sexualidade em uma rede de valores: sobre o binário “natural” do sexo biológico eleva-se um edifício de hierarquias e assimetrias, um sistema simbólico fundado sobre sua representação que adquire a evidência da enunciação repetida, da tradição cultivada, de uma memória cuidadosamente elaborada em história (NAVARRO SWAIN, 1999, p.116).

Jules Falques (2006) apresenta um breve panorama das lutas e principais questões do movimento lésbico, que surge em estreita relação com o movimento feminista –chamado de *segunda onda* e homossexual - que se ergue rapidamente após a insurreição urbana, de 1969 em Stonewall. A autora aponta os conflitos e laços desta relação, dando ênfase às lutas lésbicas e aos seus questionamentos nos setores populares e das lésbicas não brancas, trabalhando assim com o conceito de interseccionalidade proposta pelas feministas negras norteamericanas para apontar a pluralidade das lesbianidades.

Em sintonia com as discussões precedentes, Falquet (2003) se interroga sobre a complexidade de se definir os arranjos culturais em cerca do sexo, gênero e da sexualidade. Não é tarefa simples definir o que é uma mulher tampouco é fácil fazê-lo no que se refere à heterossexualidade.

Na confluência destas questões, pensar a lesbianidade inclui uma complexa reflexão sobre o que é afinal uma lésbica? Se o paradigma da mulher universal vem, na esteira dos questionamentos a respeito das categorias identitárias fixas, sendo desconstruído, onde fica a lésbica? O que significa ser lésbica no seio das dissoluções identitárias? É possível constituir uma identidade pautando-se na sexualidade? Como esta prática tornou-se central na definição de um indivíduo? Adrienne Rich em um texto clássico sobre o que é ser lésbica define:

Existência lésbica sugere tanto o fato da presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa mesma existência. Entendo que o termo continuum lésbico possa incluir um conjunto ao longo da vida de cada mulher e através da história – de experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou

conscientemente tivesse desejado uma experiência sexual genital com outra mulher. [...] A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência (RICH, 2010, p.35).

Se o feminismo perguntou-se sobre o que é uma mulher, perguntamos agora, como propõe Navarro Swain (2004) o que é uma lésbica? “Mulheres que amam mulheres? Que fazem sexo com outras mulheres? Que se sentem atraídas, mas não ousam o sexo? Que amam outras mulheres e fazem sexo com homens? Ou aquelas que assim se auto identificam?

A crítica feminista atual preocupa-se em desvelar a ordenação das categorias sexo/gênero na confecção do saber e nos efeitos de poder engendrados. Vale dizer que a importância do quadro binário sobre o imaginário social instituiu-se enquanto foco de análises. Os mecanismos de construção de uma identidade engendrada, pautada sobre a relação sexo, gênero, prática sexual e desejo fundamentam-se nos marcos regulatórios da heterossexualidade obrigatória. E as práticas que escapam e que “opõem a dispersão à coerência”?

Identities sexuais relacionam-se com graus de liberdades individuais, que por sua vez relacionam-se aos graus de hegemonia do modelo heterocentrado. Neste sentido, pessoas são, tantas vezes, forçadas a assumirem identidades. Alguns sujeitos são alocados sem escolha em lugares identitários marcados pela estigmatização, ao passo que outros adotam identidades por razões políticas. Infere-se que a relação entre sentimentos/desejos sexuais e a aceitação de uma posição social, um senso de si, ou ainda, uma identidade não configuram uma conexão necessária. O comportamento e identidade sexual não estão invariavelmente imbricados.

As identidades formam-se ao sabor de muitos quesitos e são construtos fluidos, móveis, transitórios e na disseminação das identidades lésbicas, encontram-se como palco de configurações identitárias na criação de estratégias de resistência aos padrões impostos da norma.

Infere-se então como questão importante neste capítulo uma série de indagações sobre as construções da lesbianidade enquanto

identidade. É certo que meu acesso às sujeitas desta pesquisa se fez, como supracitado, através do encontro de reportagens que anunciavam a inovação da relação entre maternidade e lesbianidade no rol das técnicas voltadas a reprodução humana em laboratório. A lesbianidade enquanto categoria e enquanto identidade era explicitada como manchete. Perguntamo-nos, portanto e frente essa estratégia usadas pelas sujeitas desta pesquisa, quais seriam as vantagens sociais e políticas de se adotar uma identidade lésbica?

Adrienne Rich, em um artigo que marcou os prenúncios dos estudos lésbicos, introduz nos anos 1970 a ideia de um *continuum* lésbico, explicitada acima, que explicava a lesbianidade, ou amor entre mulheres, amplamente através de relações afetivo-sexuais, marcadas por solidariedade e afeto. A posição de Rich foi posteriormente criticada por dar pouco lugar às diferenças entre as mulheres. Ainda assim, a autora introduz a instituição da heterossexualidade compulsória como fonte de dominação masculina.

Já a francesa Monique Witting, (1992) mais enfática sobre as diferenças intragênero, criou polêmica com a sua frase: “a lésbica não é uma mulher”. Segundo Witting, ao não incluir-se no sistema heterossexual, a lésbica ausenta-se da hierarquização imputada por esta norma. Para a autora a categoria mulhere apenas encontra luz no interior do modelo heterossexual, a lésbica está fora deste sistema, assim não lhe cabe esta categoria. Ela foge do lugar instituído em relação ao sujeito masculino, demonstra a possibilidade de outros modos de sociabilidade e prazer. Witting defende a lesbianidade enquanto ação política, enquanto caráter epistemológico que visa à desconstrução da norma heterossexual através da práxis lésbica que cria diferentes disposições amorosas e/ou sexuais e uma circulação efetiva no comercio de práticas afetivas/sexuais.

Judith Butler insere-se num campo de estudos considerado um dos mais ousados e subversivos atualmente: o da teoria *queer*, que propõe uma reflexão que visa mostrar os limites de categorias caras à noção de identidade. Problematiza a relação entre a materialidade do corpo e o domínio do discursivo, o domínio do construir. Assim, reflete que o gênero é o discurso sobre a carne marcada. Problematiza o corpo e o sexo e os significados sobre eles, que são reflexos de um trabalho cultural.

Tem-se que o ponto central para Butler (2008) é a proposta de recuperação da ideia de materialização do sexo, porque não sendo fixo, o sexo é discurso construído pela capacidade de dar significado às

coisas. Portanto, a ideia de um processo de materialização é interessante já que possibilita pensar suas possibilidades: enquanto matéria dúctil somos passíveis de diferentes possibilidades de modelação. Os lugares não são fixos, tampouco os indivíduos nessa teia de configurações sociais contemporâneas. Entretanto, para Butler o corpo não é compreendido como âncora definidora de diferenças que marcam o indivíduo. A identidade nunca é fixa. É constituída por coalizões, interesses comuns. Um indivíduo nunca é constituído apenas por uma identidade. Estas dependem do contexto, das circunstâncias, e se constroem conforme os agenciamentos. Esclarecem-se as críticas aos universais e a perspectiva ontológica da identidade. Para a autora, o gênero é atributo construídos e reiterado performaticamente por homens e mulheres, sendo passíveis de circulação e de misturas entre o que é costumeiramente delimitado como masculino ou feminino, impondo questões à identidade fixa e instaurando um visão de identidades múltiplas. A identidade de gênero não liga-se inexoravelmente a expressão do desejo afetivo-sexual. As performances de gênero, não estão irrevogavelmente vinculadas ao sexo biológico dos sujeitos, deixando espaço para identidades e expressões de gênero que escapam a ordem binária. A teoria queer reage a concepção de senso comum que estabelece uma relação mimética entre sexo e gênero, e inscreve-se com radicalidade no seio das teorias contemporâneas sobre as sexualidades.

Estas inquietações inscrevem-se nos feminismos atuais¹⁵, que buscam compreender a diversidade de sujeitos. Segundo Gilberta Soares e Cecília Saderberg é na análise das práticas da homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade que esbarramos em vivências que desmascaram a homogeneidade teorizada. A diversidade cultural evidencia-se na construção de códigos afetivos/sexuais entre mulheres. A sexualidade, deste modo, insere-se apenas como uma das variáveis nas experiências complexas, vividas de modo singular.

Minha irmã estava se formando em Direito nesse ano e eu brigava muito, falava muito, eu já lia muito então eu já sabia assim: tá, me descobri gay, mas isso é uma expressão da minha

¹⁵Para maiores referências ver o trabalho de Anelise Fróes da Silva intitulado: *Mulheres em movimento(s): Estudo etnográfico sobre a inserção de feministas lésbicas em movimentos sociais institucionalizados e autônomos na cidade de Porto Alegre/RS*. Dissertação defendida no PPGAS/UFSC sob orientação da professora Dr^a Miriam Pillar Grossi.

sexualidade, eu mereço respeito assim como qualquer hetero (Grifos meus).

Outro ponto importante para pensar este panorama das identidades fluidas e das lesbianidades é um interrogação que me acompanhou em campo ligada às categorias utilizadas por minhas sujeitas para se auto-definirem. Me perguntava sempre por que a palavra *lésbica* raramente aparecia nos diálogos. Quase como um peso, essa categoria não era pronunciada com frequência, ficando presa, tantas vezes apenas a minha voz. Conjecturo, neste momento, que a categoria *lésbica* talvez não faça parte do universo simbólico e de vivência destas mulheres, que seguem organizando para si mesmas o universo a partir de outros signos, fora do universo da militância LGBT. A sexualidade não parece a tônica e a demarcação de quem são perante si mesmas, preferindo referirem-se a si mesmas enquanto “meninas”¹⁶: *Aquele casal de meninas*. Gay parece ser a categoria mais abrangente e mais utilizada pelas mulheres que encontrei, talvez porque essa categoria carregue menos o peso de uma identidade fixa, explícita. O uso da categoria *lésbica* sempre vinha acompanhado de uma formalidade, quase que um discurso pronto sobre o lugar político do *assumir-se*. Também observa-se que as interlocutoras desta pesquisa não mantêm vínculos com movimentos sociais LGBT e conhecem pouco a literatura produzida sobre o tema, desvinculando-se do uso político da categoria *lésbica*. Para além das fronteiras dos movimentos, *lésbica* parece ser uma categoria percebida como pejorativa talvez fazendo alusão a “mulheres masculinizadas” estigma do qual estas sujeitas aqui pesquisadas parecem querer afastarem-se.

O paradoxo entre assumir uma identidade fixada e transitar entre as diversificadas performances de gênero ganha destaque frente à importância política de assumir uma identidade *lésbica* frente a sua família, amigos e pares. Um bom termo para descrever essa relação é apropriação de identidades, útil para esse trânsito e usos diversos e político das subjetividades.

Donna Haraway (2009), sobre o tema das identidades, apregoa que estas são voláteis, porem há a necessidade de um posicionamento

¹⁶A categoria meninas também era a categoria utilizada pelas travestis estudadas por Fernanda Cardozo em sua dissertação de mestrado intitulada das dimensões da coragem:socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil. Defendida no PPGAS/UFSC em 2009 com orientação da professora Dr^a Miriam Pillar Grossi.

crítico frente à dominação imposta. E as identidades provisórias, múltiplas devem organizar-se e pautarem-se pelas afinidades em detrimento da fixidez das identidades. Não se está em um único lugar. A problematização decorrente da crítica à unidade do sujeito aponta para novas narrativas da identidade e políticas da identidade, assim, Haraway propõe o uso desses lugares pelas afinidades, pelas coligações temporárias formadas pelos *ciborgues* que vivem uma nova consciência política, uma nova subjetividade, uma nova carne.

Neste sentido, as vantagens da adoção de identidades lésbicas referem-se a estratégias políticas de “ocupação de espaço e enfrentamento à lesbofobia” (SOARES & SARDEMBERG, 2011). Antes de fixar identidades, ou de reduzir pessoas à sexualidades a lesbianidade aparece, quase que invariavelmente, ligada à busca por direitos, a conquista de espaços e a tentativa de uma vida onde a estigmatização, a violência e o preconceito não sejam a marca central.

Neste sentido, o subcapítulo seguinte preocupa-se com estas questões da intrincada relação entre a necessidade de uma maior visibilização das relações conjugais e a formação de famílias homoparentais.

Conjugalidades homoeróticas/afetivas

Termino esse capítulo com o tema da conjugalidade por ser evidente na fala das minhas interlocutoras de pesquisa a quase linear relação entre o estabelecimento de uma relação conjugal e a consecução de um projeto de parentalidade, que para elas significa o projeto de família e estes três momentos, leiam-se exatamente nesta sincronia. Neste sentido, a visibilidade e os imbricados processos envoltos nestas relações e arranjos conjugais e familiares são a tônica de minhas inferências.

Como informa Paiva (2007) o advento público da homoconjugalidade e da homoparentalidade¹⁷ tem assumido, a partir dos anos 1990, relevância na agenda política dos movimentos homossexuais que costumeiramente dedicavam-se mais a expressão de um desejo livre, em contrapartida a ideia de casal associada quase que irremediavelmente a dominação de um modelo heterossexual de relações. Ainda que essa

¹⁷ Termo cunhado pelo APGL (Association des parents et futurs parents gays e lesbiens, situada em Paris) no ano de 1997 referente a uma configuração familiar na qual o pai ou mãe define-se como homossexual.

não seja a posição hegemônica dos movimentos LGBT, é importante lembrar que a rusga dentro da militância deve-se ao risco de reprodução acrítica da heteronormatividade. Entretanto, é certo que as lutas do movimento homossexual ampliaram-se, muito em consequência da AIDS e da visibilidade da maternidade lésbica para o campo dos direitos civis no âmbito das famílias (GROSSI *et al.*, 2007).

As relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo têm ocasionado o surgimento de outra configuração familiar que tem tido cada vez mais visibilidade, o das maternidades lésbicas. O caso do casal de mulheres lésbicas da cidade de Blumenau/SC¹⁸ que teve sua dupla maternidade reconhecida pela justiça em 2008, seguida pela garantia do registro das duas mães na certidão filha em uma da cidade da grande São Paulo no ano de 2011¹⁹, é um exemplo disto assim como o caso do primeiro casamento civil de um casal de mulheres lésbicas em Goiás²⁰ ainda no ano de 2012.

No Brasil as discussões relativas aos direitos homossexuais ganham um lugar no debate político trazendo à tona questões como o casamento e as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo. Afigura-se que a visibilidade da conjugalidade homossexual, enquanto uma das modalidades familiares começa a ganhar contornos permitindo que gays e lésbicas dêem início a um processo de assumir para si e publicamente uma preocupação sentimental em suas relações amorosas (MELLO, 2005). Rompendo com limites de parentalidade e conjugalidade, exigem não somente o direito à cidadania individual, mas o direito à constituição de uma família. O reconhecimento civil da conjugalidade homossexual, que teve seu primeiro passo alcançado com a aprovação pelo Supremo Tribunal Federal da união estável entre homossexuais no Brasil em 05 de maio de 2011, marca uma etapa importante na incorporação nas práticas jurídicas brasileiras de um modelo ocidental moderno de parentesco, balizados, até recentemente, pelo modelo único e hegemônico do casal heterossexual com filhos (GROSSI, 2003).

Destaca-se então que os anos 2000 têm sido emblemáticos nas lutas dos homossexuais por direitos. Inúmeros eventos e encontros ocorreram e a temática da parceria civil emergiu como prioridade do

¹⁸ <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI75111-15228,00-A+PRIMEIRA+FAMILIA+DE+DUAS+MULHERES.html>

¹⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/967447-casal-de-lesbicas-tem-dupla-maternidade-reconhecida-pela-justica.shtml>

²⁰ <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/12/juiz-autoriza-e-casal-lesbico-e-o-primeiro-se-casar-no-civil-em-goias.html>

movimento lésbico, trazendo à tona a possibilidade de reconhecimento do desejo de maternidade como elemento de mobilizações (GROSSI, 2003). Como analisa Luiz Mello, os homossexuais, através de suas reivindicações por direito à família e filhos,

Integrando-se no rol de sujeitos sociais portadores de demandas que, no mundo ocidental, convencionalmente realizam-se por meio da constituição do casal conjugal e da socialização de crianças - filhos biológicos ou adotivos (MELLO, 2005, p.200).

Destarte, ao introduzirmos esta discussão evidenciamos situações que precisam ser reconhecidas como fenômeno social típico das sociedades contemporâneas. Aludimos a uma luta política importante que está em cena no mundo todo e que conversa de perto com as dificuldades enfrentadas por todos aqueles que inserem-se no bojo de relações conjugais não hegemônicas e por isso marcadas tantas vezes pelo preconceito, silêncio e dificuldades para a nomeação do casal e de sua relação.

Neste sentido, e em conformidade com o que sustenta Miguel Vale de Almeida (2007):

Em vários contextos contemporâneos de democracia liberal, o acesso ao casamento e/ou à adoção surge com a última barreira conta a igualdade formal entre gays, lésbicas e a restante população. O debate gerado em vários países sobre o assunto intensifica o debate político e sócio-antropológico de fundo sobre o significado e a função de instituições e constructos como o casamento, o parentesco, a família, a filiação, a parentalidade, o gênero, a sexualidade, reprodução (2007,p.153).

Convém perguntar: qual o lugar que o casamento, ou a conjugalidade ocupa na vida e nas trajetórias das minhas interlocutoras? É certo que esta pesquisa já de partida encontra-se marcada pela existência do casal, visto que este foi também um elemento mobilizador na procura pelas sujeitas de pesquisa. Ao procurar por maternidade lésbica através do uso de tecnologias reprodutivas, quase que inpreterivelmente e muitas vezes involuntariamente esbarrei na noção

de casal. Talvez porque pouco se diz, ao menos na grande mídia brasileira, sobre mulheres lésbicas mães “solteiras”.

O casal parece ser a folha de rosto destas relações familiares. Mas será que a conjugalidade lésbica é o denominador de uma maior visibilidade das relações afetivas/sexuais/amorosas entre mulheres? As relações parecem mais complexas que isso. O casal não impera simplesmente enquanto estandarte supremo do dar a ver, ou como queiram, da saída do armário.

É neste interstício entre visibilidades e invisibilidades que seguem as trajetórias das minhas interlocutoras quando estão narrando suas investidas, vivências e descobertas afetivas/sexuais/amorosas e conjugais em ambientes de homossociabilidade. Destaca-se que as narrativas sobre as relações conjugais parecem convergir na ênfase da satisfação permeada pelo encontro do amor e pelo advento de uma relação conjugal consolidada. Ligado quase sempre a uma ideia de amadurecimento, tranquilidade e seriedade, o amor, o respeito e a estabilidade opõem-se à ideia de promiscuidade, utilizada como um valor negativo, que vai além de simples mensuração quantitativa de parceiras sexuais e enreda toda uma variável de associações que remetem ao risco e ao perigo (TARNOWSKI, 2002) consolidando-se como um fantasma que assola os imaginários sobre a homossexualidade e as relações entre pessoas do mesmo sexo.

*E aí tive uma coisa rápida com uma menina, era assim, não dava pra ter dúvida mais. **Eu não tinha nem amor e nem era aquele tipo de vida que eu queria, promiscuidade**(Grifos meus).*

*Ainda tratam os homossexuais como promíscuos, como estereotipados, é lógico que tem, como tem os heterossexuais que são também, mas **o que a gente vivencia são famílias estruturadas que querem ter seu lugar** (Grifos meus)*

O respeito e a estabilidade, aqui transparentes na ideia de uma família estruturada, parecem emergir como base que permite igualar os distintos arranjos conjugais, alçando os parceiros do mesmo sexo de um lugar de desconfiança para o ideal da relação familiar sadia, feliz, normal.

Mesmo que essas relações sejam fundadas neste ideal da seriedade, estabilidade e compromisso, a aproximação entre a família de

origem e a companheira não se faz de forma rápida ou mesmo linear. Acontece, ao revés das intenções, ao sabor de avanços e recuos, entre jogos de palavras e visibilidades, como fica claro na fala a seguir na qual comenta-se sobre o início de sua vida conjugal com uma mulher:

[...] Na minha vida, meus amigos, minha família não, era uma amiga.

Anna: e o fato de vocês morarem juntas, era sua amiga?

Isso. Obviamente que meus pais sabiam, mas ninguém falava disso e eu também não. Morava junto, tinha cama de casal, estava dito. Não! Estava demonstrado, mas não estava falado. Faz toda diferença quando a gente fala (Grifos meus)

Observa-se que o relacionamento conjugal lésbico estava inserido neste contexto contraditório entre o que se diz e o que se vê. Também a relação entre outro casal entrevistado vale-se deste lugar de inscrição nas redes de relações familiares explorando este espaço “fraturado” do visível, porém jamais abordado.

Anna: na sua família como era a relação de vocês?

[...]

Agora sabe já, mas oficialmente ninguém sabia, mas a B morava comigo. E eu falei lá em casa assim: olha tá vindo uma aluna que também é professora lá da faculdade dividir a casa comigo. Minha filha, mas dividir casa? Tem necessidade disso? Ah, é questão de companhia. Na época quando falei da companhia foi: beleza que bom que você não fica sozinha e tudo, mas depois começaram a perceber que era algo a mais. Só tinha um quarto na casa, uma cama de casal(Grifos meus).

A coabitação traz uma maior visibilidade ao relacionamento, embora se valha de uma ética de reserva. Mesmo que outros familiares frequentem a casa do casal e percebam os indícios da relação, como a cama de casal na fala acima, manejam com discrição o olhar e o falar. As histórias de vida que ouvi em campo estão prenhes desta política da reserva, destes silêncios que nos levam a questionar a fixidez do dualismo assumida/não assumida, dentro/fora do armário. Nos

informam que é preciso olhar para esta visibilidade dos interstícios, estes silêncios desejados, essas estratégias empregadas na vivência cotidiana e na publicização de suas relações e sexualidades, quenão performatam uma visibilidade ostensiva. Como evidencia-se na fala abaixo, onde uma entrevistada comenta o que uma tia sua havia lhe dito sobre o seu comportamento com sua companheira.

Uma das questões que ela vê e que chama atenção é a postura. Que a gente tá junto, se a gente tá em casa a gente já fica mais próxima, abraça, mas fora daqui... Lógico a gente tá perto, cuida uma da outra, oferece coisa, se preocupa se tá bem ou não tá, dorme na mesma cama, mas de resto não fica assim grudada o tempo todo. Até porque ninguém tem nada a ver com isso, seja hetero ou não ninguém tem nada a ver com isso. Então a gente sempre se preocupou muito com essa questão de postura. Quando sai não faz questão de ficar de mão dada, de ficar junta, de ficar de demonstração. A gente sabe que se ama e tá bom entre a gente, não precisa todo mundo ficar vendo o que acontece. Então a gente sempre procurou ter uma postura bem séria, bem centrada (Grifos meus).

Como a fala acima evidencia, os relacionamentos são conduzidos dentro de um regime de visibilidade rarefeito. Não que isso configure uma “volta ao armário”, mas antes, complexifica este binário fora/dentro apontando para uma ética da reserva “de uma economia (no sentido econômico de fazer uma reserva) da intimidade frente a uma exposição sentida como excessiva.” (PAIVA,2007,p.32)

Trata-se de livrar o relacionamento de uma exposição sentida como desnecessária, não de nega-lo ou esconde-lo. Frente a esta exposição exagerada os casais adotam, na maioria das vezes, uma atitude de discrição, ou a postura séria enfatizada acima, o que lhes permite uma maior fluidez no navegar das redes de relações das quais são parte. Deste modo é que, na contramão do “levantar bandeira”, almejam uma vida normal, recorrendo ao respeito, discrição, seriedade como meios de negociar com as situações concretas do cotidiano. Vê-se que na história dos casais por mim pesquisados existe a reivindicação da participação em ambientes onde a homossexualidade não seja posta sobre na mesa, insistem sobre um direito a invisibilidade, uma vontade

de ser como os outros e de poder não estar fixado a uma identidade acoplada irrevogavelmente a sua orientação sexual.

Tem gente que acha que ah, eu tenho que mostrar, que tenho que conquistar meu espaço e tem casal de mulheres que você vê que estão se agarrando em público, tão andando. Até andar de mão dada eu acho nada de mais, mas não tem a necessidade de você ficar se agarrando, nunca (Grifos meus).

Mesmo estando inserida nesta política da reserva, a conjugalidade lésbica não está alojada à sombra. Esta preferência por não expor-se demais apenas sinaliza uma estratégia coerente de não ter para si a todo momento uma identidade baseada em sua sexualidade ante qualquer outra. E como essa reserva não quer dizer plenamente invisibilidade há, inversamente a essa tendência a uma discrição, na maioria dos casais encontrados, uma vontade de tornar público o relacionamento, de dar a ver aos pares a força, estabilidade e seriedade da relação. O casamento, a união estável, os contratos assinados ou simplesmente a celebração da união são presença garantida nas vidas destes casais. Os rituais são frequentes e marcam a entrada do casal na família extensa, a publicização da relação, a explicitação do laço conjugal para os dois ramos familiares.

Neste ponto destaco que perante estas mulheres a união estável ou os contratos de união assinados e registrados em cartório tem peso de casamento e são muitas vezes comemorados com rituais e cerimônias. As falas muitas vezes não entregam a realidade legal das relações evidenciando apenas o “casamento” como símbolo destas conjugalidades. Esta diferenciação pode ser notada na fala abaixo, durante a sua audiência no processo de requerimento da dupla maternidade de seu filho:

Eu não sou boa de data e o juiz perguntou: qual seu estado civil? Eu falei casada. Ele assim: como casada? Seu estado civil? É sim. Ele: mas não pode ser casada. Eu por quê? Tenho união estável. Ele: união estável não é casamento. Eu falei assim: eu não sei o que é pra você casamento, mas assim, mas pra mim que durmo e acordo com a pessoa que divido a vida, que divido conta, que divido a vida... Mas se quer

colocar... Se é pra dizer que eu sou solteira, eu sou solteira (Grifos meus).

Como o relato abaixo, a respeito da união de um dos casais entrevistados, a comemoração e a inserção da companheira em sua vida é marcada muito mais por este ritual que pelo valor legal do documento que as une. É o ritual do “casamento” que as converte em casadas, tanto que a entrevistada refere-se a sua ex companheira como “ex esposa” em alusão ao “casamento”. Ainda que não tenham sido casadas de fato, perante a lei, o foram perante o círculo social que as cercam e perante si mesmas:

E aí, então, em 2001 eu procuro a B porque ela tinha me entregue duas taças de champanhe dizendo que se ninguém nunca me pedisse em casamento alguém um dia teria pedido. E aí eu volto com essa ideia, de que agora está claro pra mim, agora eu posso dizer que eu amo ela, que eu quero viver com ela. E aí não deu meio ano para eu trazer a questão de um em casamento. Aí ela se surpreendeu, era a vez dela encagassar. Como assim né? Nós namorávamos, mesma casa, temos uma vida comum e eu achei importante ter um ritual de casamento além daquele contrato que já tem legalmente de convivência, um contrato simples no cartório. Eu pensava em um ritual simbólico como todo mundo faz quando resolve casar. Isso foi já em... Aí foi um tempo a B precisou elaborar isso. Foi em 2004. Em setembro de 2004 a gente fez um ritual de casamento, compramos uma casa, que já, que eu moro com as crianças hoje.

Anna: Uma festa né, de casamento?

É, aí tivemos uma festa, com as duas famílias e os amigos (Grifos meus).

Como vemos, o casamento não é apenas um aparato para solucionar problemas materiais envolvendo o casal, tem um lugar simbólico, como bem ressaltam as duas passagens acima, na definição da pertença a polis (ALMEIDA, 2010). O casamento parece funcionar como um símbolo de inclusão, cidadania. Neste sentido a cerimônia de casamento (aí sim casamento civil) na qual estive presente foi emblemática. O casal entrou com o pedido de habilitação do casamento

em um cartório, do mesmo modo como procedem outros casais que pretendem converter a união estável em casamento. Já no convite do casamento, onde costumeiramente se leem passagens bíblicas o casal trouxe menção a constituição federal e ao direito de converter em casamento a união estável.²¹ O processo anteriormente negado pelo Ministério Público teve sentença positiva em setembro de 2012 quando a Vara de família concedeu a habilitação.

Com grande repercussão na mídia local e também na mídia do país através de reportagens na internet, o casamento civil foi um encontro de diferentes personagens ativos nas lutas dos movimentos LGBT pelo direito ao casamento. Alguns casais gays e lésbicos foram convidados a entrar na cerimônia como padrinhos e madrinhas. A cerimônia contou com a fala da Presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB do estado e de um Juiz de paz, que ao final da cerimônia pode substituir o texto “os declaro marido e mulher” por um aclamado “as declaro casadas!” Atenta às reivindicações, uma das noivas afirmou em diferentes entrevistas que o casamento dela era um marco para o direito homoafetivo. Bem como a advogada presente no casamento alegou que aquele evento saia na frente de uma quebra de paradigma social, devendo a sociedade enxergar a pluralidade das famílias.

Como ato político, esse casamento e a fala da advogada presente nos indica que a sociedade muda e com ela seus valores e significados. O casamento entre pessoas do mesmo sexo aparece como um símbolo disputado. Nas palavras de Miguel Vale de Almeida, que sintetiza bem algumas discussões em torno do casamento:

Minha análise baseia-se na convicção de que a exigência da igualdade no acesso ao casamento constitui um caso original no campo da política sexual: a exigência de acesso a uma instituição tida por conservadora e reprodutiva da heteronormatividade e do patriarcado resulta criadora de dinâmicas de transformação, não por carecer de radicalidade “revolucionária, mas justamente por parecer “integracionista” (ALMEIDA,2007,p.153).

A conjugalidade parece configurar-se como “ato primordial de libertação, simultaneamente auto constitutivo do sujeito e politizador da

²¹Anexos.

identidade” (ALMEIDA, 2010, p.22) visto que serve como publicização de uma história, de uma experiência e de base para a transformação do desejo em identidades através do encontro com semelhantes. O casamento ou o ritual de união simboliza a formalização da vida a dois e um passo necessário para a consecução do plano da maternidade, como afirmam algumas das entrevistadas:

Acho que o casamento, o cenário público e de publicizar uma relação, ela teve seu efeito também de: puxa, então estamos casadas mesmo, então vamos correr, não tem mais casa da mãe pra ir embora [...] Foi quando as duas entraram no projeto conjunto de ter filhos que a gente recorreu a união estável e assim, no início foi assim (Grifos meus).

Todo mundo meio que já sabia na minha família. Aí a gente só foi falando abertamente: Não! Eu vou pro Brasil no Natal, mas não quero fingir que ela é minha amiga. Eu quero ir pro Brasil e falar abertamente. A gente é um casal, a gente não mora junto só. A gente vai ter uma filha e a filha é minha também. (Grifos meus).

A visibilidade do relacionamento enquanto um casamento parece imprescindível para a inserção do casal no seio da família extensa e para a futura aceitação da filiação. É como se a família comesse a nascer no casamento, como bem aponta uma fala que ouvi em campo, em meio a uma conversa informal: *Nós já somos uma família, só faltam os filhos.* O casamento parece acenar como ponto de partida para a consecução da família, que necessita para se completar, vale dizer, para se estabelecer e para ser sentida como tal, dos filhos, como bem nos informa o depoimento abaixo que indica que o filho foi fundamental para que a conjugalidade fosse, finalmente, entendida por seus parentes como família.

Quando você perguntou: a e a família? Eu acho que foi nesse momento assim que virou um casal. Agora sim elas são uma família que teve um filho. Aí eles ajudaram.

Capítulo 3 - Maternidade lésbica: família, filiação e novas tecnologias reprodutivas

Entrecruzando relações: lesbianidade, família e filiação

Se a conjugalidade não é, sozinha, a estampa da visibilidade das relações homoeróticas entre mulheres, a filiação, com certeza soma-se, muitas vezes, de modo decisivo no processo de publicização destas relações e no aumento das discussões sobre a temática da lesbianidade e da família homoparental. Ao comentar sobre seu processo de reconhecimento das duas mães na certidão de nascimento do filho, uma de minhas interlocutoras ressaltou a visibilidade que a maternidade exige do casal.

O que que a advogada nos orientou que seria um pedido de direito alternativo e do direito que está afim de levar essa discussão a diante? Provas concretas de que esse casal tem uma situação pública, de que ele não vive as escondidas, enfim. E nós tínhamos isso a dar com pau, fotos de formaturas que a gente sempre tava junta, o próprio casamento que era a maior prova pública aí. E eu acho super importante essa vivência pública, principalmente quando se decide ter filhos porque tem que ter resolvido isso porque se vai pra escola, tu vai pro clube (Grifos meus).

A necessidade de mostrar-se, ou de ver afinal quem é esse casal e como se constitui essa família revela um interesse nestes modos familiares que não estão, ainda, bem esclarecidos/firmados no imaginário social. Da existência destas diferentes configurações familiares concluímos que não há um modelo pleno de família e conjugalidade a ser seguido. Resta-nos, portanto, compreender que o modelo contemporâneo de família é historicamente contingente. Neste caminho Bourdieu (1993) já nos alertava que a tentativa de definição da família encontra-se, quase sempre, baseada em uma descrição, que acaba por constituir a realidade social. Assim, a família parece ser um principio de construção da realidade ele mesmo socialmente fabricado. De tal modo, a constituição da família nuclear burguesa, formada por

pais e filhos diretos tem datação e podemos localiza-la no final do século XVII e início do século XVIII.

Atualmente, o que se vê é que a noção de família vem passando por transformações. No seio destas modificações a escolha emerge como fundante de uma maior mobilidade no tecer e desfazer laços familiares. Para a confecção de uma família e mesmo de uma relação, como visto anteriormente, é preciso disponibilidade dos sujeitos e um projeto comum. Aqui me sirvo da noção de projeto proposta por Gilberto Velho (1999). Segundo este autor a noção de projeto valhe-se primordialmente da ideia de que em todas as sociedades, mesmo nas mais totalizadoras, há possibilidade de individualização que possibilita a confecção de projetos individuais. Tais projetos são construídos em função de experiências sócio-culturais de um código de vivências e interações interpretadas. Todavia, os projetos precisam ser comunicados e deste modo, não podem constituir um fenômeno puramente subjetivo. Define-se, então, que um projeto funda-se na noção de um planejamento e cálculo de alguns riscos impostos a certa intenção, vontade ou ideal que deve atentar para as intenções individuais bem como se inserir em um universo social que o circunda. A maternidade neste trabalho insere-se então nesta rubrica de projeto. Um projeto partilhado pelo casal e que sem dúvida insere-se de modo coerente e inteligível em um universo simbólico compartilhado pelo grupo de indivíduos que as cercam, como observamos na fala abaixo sobre o peso de seus familiares na elaboração de seu projeto de maternidade.

Eu era constantemente incomodada com perguntas da família sobre quando viriam os filhos, o casamento.

Aportada na ideia de projeto comum é que encontramos a homoconjugalidade como ponto de partida para a realização da família assente, tantas vezes, na parentalidade. Uma das interlocutoras tenta explicar de onde vem seu desejo pela maternidade e as motivações que a levaram, junto com sua companheira, a investir neste desejo:

Eupensei: não, eu não quero ficar velha e tal e nunca ter filho, eu quero ter filho também. E realmente o relacionamento conta muito porque é... Eu passei a, eu acho que a querer mais a partir do momento que eu conheci a [ela] que

nosso relacionamento ficou mais sério (Grifos meus).

Observamos na fala acima que a ideia do casal e da parentalidade são os pilares da realização e inserção do casal em um universo social e simbólico marcado pela força e legitimidade da família.

Anne Cadoret (2007) em seu artigo *L'apport des familles homoparentales: Dans le débat actuel sur la construction de la parenté* incita a pensar como ponto de partida para reflexão sobre a família LGBT o lugar das próprias noções de família e parentesco atualmente, visto as mudanças inseridas no seio deste universo desestabilizam uma concepção hegemônica do que seja família, a saber uma concepção baseada nos laços sanguíneos e na indispensabilidade do par homem e mulher na reprodução.

Comment devient-on et conçoit-on une famille aujourd'hui ? À qui pouvons-nous attribuer le terme de parentes lorsque nous avons affaire à des familles adoptives, à des personnes ayant eu recours à l'aide médicale à la procréation, à des familles recomposées ou encore à des familles homoparentales ? [...] Puis, avec le développement de la connaissance biologique de la procréation concomitant de la diversification des configurations familiales et permettant de dissocier la sexualité de la procréation, la construction familiale s'est compliquée : les deux géniteurs ne sont plus d'office les deux parents de l'enfant, puisque ce dernier n'est plus forcément issu du corps de ces deux géniteurs (CADORET, 2007.p.55).

Esta interrogação proposta por Cadoret será tomada aqui como marco reflexivo e dará cor as elucubrações que seguem no intuito de fazer ver a complexidade das temáticas família e parentesco atualmente. Atenta a este panorama, sigo na linha daqueles que não querem aceitar “receitas teóricas clássicas que nos ofereciam modelos simplificados” (FONSECA, 2002). Busco refletir sobre a complexidade de organizações e modos de se constituir e viver os laços familiares.

Destaco que as configurações familiares baseadas em relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo conversam com tendências visíveis em contextos marcados por processos de modernização. A

opção surge como um valor presente em contextos igualitários deixando rastros também sobre a reprodução, desenhada, então como uma questão de escolha. “Se entre os casais heterossexuais é presumido que tenham filhos, a "opção" permite que não os tenham”. Já para os homossexuais, o sentido dessa presunção é que não tenham filhos, fazendo com que a "opção" implique numa ação positiva” (TARNOVSKI,2004). Kath Weston, autora de referência para quem se dedica a temática das famílias LGBT, em seu já clássico livro *Families we choose: lesbians,gays,kinship* (1991) aponta justamente para um paradigma de parentesco outro, alternativo entre as populações LGBT e um outro tipo de família, com bases em amizade, amor e escolha individual.

As relações familiares forjadas por casais de mulheres lésbicas e seus filhos concebidos por entre meio de tecnologias reprodutivas, encontrados sobre a rubrica das “famílias não hegemônicas”, ou “diferentes²²”. Se a parentalidade deixa de ter uma associação exclusiva com quem gera, ou seja com corpos e material genético de homens e mulheres, como organizam-se os laços familiares nestes casais de mulheres e qual o lugar que ocupa a companheira da mulher que gesta a criança no configuração familiar? O que há de diverso na conjugação entre maternidade e lesbianidade? Universos tradicionalmente mantidos separados como esferas conflitivas, mas que nas trajetórias das sujeitas desta pesquisa não aparecem como tal. Enfim, me pergunto quais os lugares que ocupam a biologia e o social na constituição destas famílias homoparentais? Ancoradas, através do recurso a tecnologias reprodutivas, no discurso do “filho biológico” que se da pela gravidez e como articulam junto com este discurso que tem o “sangue” como central, parentalidades que se pautam também em laços sociais?

O recurso ao biológico enquanto legitimador de relações de filiação parece enquadrar estas famílias homoparentais em um padrão familiar que se baseia na importância dos “laços de sangue” dados pela reprodução assistida. Da mesma forma estes casais de mulheres dialogam e se opõem às representações sociais que vêm a reprodução como parte da “incomensurável necessidade dos dois sexos” e que tem a heterossexualidade como parâmetro de laços conjugais que fundam o parentesco no Brasil

No entanto, a constituição de laços outros de parentalidade, baseados na relação social da mãe não biológica com a criança e com a

²²<http://www.facebook.com/groups/171128186297598/> Link para comunidade no Facebook intitulada *Família “diferente” sim!*

sua companheira parecem informar outro modelo de família, que não edificado somente sobre o valor da consanguineidade e da heterossexualidade.

Destaco que mesmo com as dificuldades de definir o que é uma família, e com os complexos arranjos que ela vem sofrendo esta instituição parece informar e organizar a sociedade contemporânea ocidental, ocupando um lugar de destaque na maneira como que a maioria de nós vemos e vivemos o mundo. Ou como arroga Anna Paula Uziel:

A norma, por mais mutante que seja, estabelece para a família determinados padrões. É largo o seu sentido, mas algumas configurações, mais que outras, não cabem em sua definição elástica, ou ficam mal alocadas (UZIEL, 2007, p.21).

Neste sentido, mesmo que mal alocadas, como comenta Uziel acima, as famílias homoparentais lésbicas correm na tentativa de encaixarem-se de algum modo na elasticidade da definição sobre o que seja *ser família*. Para tal, valem-se do recurso a suas relações conjugais estáveis como passaportes à filiação, pois parafraseando Anna Paula Uziel, a consequência possível do reconhecimento do casal homossexual enquanto família é o direito à parentalidade, como bem se vê nas falas abaixo, quando as interlocutoras me contavam sobre suas trajetórias afetivas e o início e suas relações conjugais.

A P. estava saindo de um casamento, homo também, um casamento de 5 anos. Eu nunca tinha casado. E uma das afinidades que nos uniu foi a maternidade. Ela chegou pra mim e falou: Olha, eu quero ser mãe!. Eu disse: “olha, meu sonho é também ter uma família, ter filhos, quero ter aquela família grande de chegar no domingo, sentar todo mundo, almoçar e curtir. Ah! Então vamos ficar juntas? Vamos!” (Grifos meus).

A vontade de ser mãe, ela vinha e depois... No período que eu estava com a B estava apagada. Eu não sabia que ia voltar isso em mim. Acho que voltou mesmo, acho não, tenho certeza que voltou movida pela nossa conjugalidade. Uma conjugalidade de consistência, uma relação de

amor, de planos futuros né, e aí nasceu esse desejo de ter filhos (Grifos meus).

Observamos nas falas acima este entrelaçado entre conjugalidade e parentalidade na construção e valorização do casal e de sua inserção em um universo social e simbólico que pode não reconhecer a homoconjugalidade ou a homossexualidade, mas que se arrefece frente à legitimidade social e relacional do casal com filhos que é reconhecido enquanto família. Ganha relevância o lugar atribuído aos filhos nesta trama de relações. A criança é edificada como personagem central da noção de família e é ela quem lhe confere o sentido final (TARNOWSKI,2002).

Erica Souza (2005), pioneira nos estudos sobre maternidade lésbica, já indica que na noção moderna de família as crianças são pressupostos no processo de legitimação moral, social e jurídico do que se considera uma família. Em sintonia com a argumentação de Erica Souza e também de acordo com a fala de algumas de minhas interlocutoras em campo, Kath Weston (1991)²³ observou entre gays e lésbicas que alguns partilham o ideal de que a criança completa uma família e, vale dizer, a legitima. Assim, a família nuclear com filhos, modelo ocidental de inspiração, mesmo que não seja mais uma experiência majoritária criou as raízes de determinados padrões familiares.

Ressalto que o modelo tradicional de família, na esteira de seu império, influencia a construção de parentalidades consideradas, até recentemente, impensáveis, seja socialmente ou perante a lei (ZAMBRANO, 2006). As motivações de casais homo e heterossexuais podem ser distintas, entretanto o casal com filhos parece imperar enquanto modelo familiar a ser seguido.

A trama que envolve esse debate casa-se muito com a discussão de Larissa Pelúcio (2006) sobre conjugalidades travestis, com homens que se reconhecem como heterossexuais. Parece-me bastante similar, nos dois casos, o recurso ao modelo heteronormativo de conjugalidade tanto pelas travestis quanto pelos casais lésbicos ao buscarem recurso modelar da família nuclear com filhos, visto que “não há script conjugal a seguir, uma vez que o modelo de conjugalidade que têm a disposição é o de casais heterossexuais” (ibid, p.524). No mesmo sentido, nas palavras de Butler:

²³ Em pesquisa realizada entre lésbicas em gays na cidade de São Francisco-EUA.

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir”- isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que a prática do desejo não decorrem nem do sexo nem do gênero (BUTLER, 2003, p. 39).

São emblemáticas desta falta de script conjugal as falas do casal que vivem juntas há mais de dez anos e programando uma futura gravidez através de reprodução assistida. Relatam a importância das famílias de origem em suas vidas e a influência desta família nuclear, com pai, mãe e filhos unidos na construção do modelo de família e conjugalidade que desejam e constroem atualmente.:

Eu sempre tive essa identidade muito grande com a família e eu me perguntava: como vai ser ter família sendo homossexual?

A outra parêntese do casal complementa sobre sua relação

Desde que nos conhecemos já conversávamos sobre filhos e família, mas sempre com muitas dúvidas de como poderia ser.

Destaca-se que a homossexualidade feminina investe uma identidade que desacopla gênero e sexo ficando resguardada de reconhecimento social ao fugir das normas de gênero e da heterossexualidade compulsória, sendo negada à lésbica, tantas vezes, a possibilidade de existência inteligível socialmente. Tania Navarro Swain (2004) defende que esta falta de um lugar na sociedade às identidades lésbicas. Ela argumenta que a estigmatização e o silêncio que recai sobre as práticas e vivências destas mulheres decorrem da desordem que seu desinteresse por homens causam no universo da hegemonia heterossexual. A lógica que se coloca é que mulheres não podem ser homossexuais. Não podendo dispensar o masculino de suas vidas cotidianas, quando o fazem não podem existir. A autora interroga “O que seria do mundo patriarcal se as mulheres dispensassem os homens de suas camas e de seu afeto, se recusassem a “incontornável” parceria masculina e a reprodução como definidoras de suas identidades?” (2004, p.13).

Algumas respostas possíveis já encontramos- o silêncio e o não encaixe. Coloca-se que os casais lésbicos procuram assemelhar suas vivências e práticas àquelas vistas com bons olhos na sociedade. Buscam na biologia e na filiação consanguínea, valorizadas socialmente, os marcos e prestígios de estarem cumprindo seu papel social no interior da família. Mesmo que a revelia do modelo, o corpo feminino, ainda que em uma relação com outro corpo feminino, parece ceder ao imperativo da sua natureza reprodutiva. A fala abaixo é exemplar disso- desta falta de um lugar para alocar a mulher lésbica, ou o casal lésbico, como se estas mulheres não estivessem cumprido papel social nenhum ao isentarem-se da maternidade.

Ao não realizarem-se enquanto mães parecem, e sentem-se assim, estar negando a ordem estabelecida. A verdade é que estão mesmo na contramão de uma ordem social e de parentesco dada, edificada sobre o tabu da heterossexualidade (tal como Gayle Rubin argumenta em seu estudo clássico- Economia política do sexo- onde reflete sobre o papel normalizador da heterossexualidade à partir da obra de Levis Strauss). Estão fugindo da entrelaçada relação entre sexo/gênero/desejo/reprodução/ e encontram-se sem saber exatamente como definir a si mesmas. Infiro que é através da realização da maternidade que podemos ver essas mulheres alçando um lugar importante, uma identidade social reconhecível no papel de mães.

Hoje eu me vejo como uma pessoa normal, antes eu não me via. Eu me via fora do contexto. Agora, hoje eu me vejo como uma pessoa normal, uma mãe (Grifos meus).

Do estigma e da diferenciação, estas mulheres parecem num passo, ou melhor, numa gravidez, acender ao lugar de prestígio assegurado pela completude da família através da criação de crianças. Observamos esta mudança de lugar abaixo, que verso com bastante emoção sobre o momento em que a família extensa esteve, diferentemente de demais ocasiões de sua trajetória e cotidiano da entrevistada, ao seu lado apoiando de forma intensa e declarada o casal e a futura família.

A notícia da gravidez uniu a família toda na sala, abrimos um champanhe e pela primeira vez a família comemorou a conquista do casal de

mulheres, brindaram às duas mães (Grifos meus).

Neste processo complexo de tomar a maternidade como central, a identidade da mãe sobrepõe-se e prevalece sobre outras identidades incorporadas por ela, como a da lésbica. A prerrogativa da maternidade sobre qualquer outra inferência que possa ser feita a respeito das mães dissolve-se. As narrativas deitam-se sobre um rol de afirmações a respeito da adequação destas famílias, como fica claro na fala sobre a gravidez vivida:

Todo mundo achou natural, ninguém ficou: “sério? Verdade”. É nossa filha, eu e ela. “Ah, tá bom”. A gente não quer nada de segredo escondido como se fosse um boato, sabe? Ah, ela tem duas mães. É normal, pra mim tem que ser normal (Grifos meus).

A normalidade ganha espaço e sedimenta-se na noção de um casal cuidador da criança acentuando o afastamento de ações tidas como irresponsáveis e/ou promíscuas. As mães lésbicas escapam, por meio desse recurso à ideia de normalidade de um lugar marcado, tantas vezes, por estigma, lesbofobia e preconceito. A dedicação aos filhos é incorporada ao discurso sobre a normalidade da família.

Eu procuro ser o mais dedicada possível à minha filha, quero dar o melhor pra ela (Grifos meus).

Como um marcador de legitimidade da parentalidade esse s aspectos relativos a construção social da parentalidade trazem a dimensão afetiva como valor e como aspecto privilegiado na constituição de vínculos familiares (TARNOVSKI, 2004) , principalmente no tocante a mãe que não gestou a criança. Marlene Tamanini (2012) traz uma interessante reflexão, neste mesmo caminho, sobre o lugar da mãe que não realiza-se enquanto tal através da gravidez:

Sua companheira, sem o útero que cresce, ainda, se coparticipante biológica, pela doação de óvulos, terá que se imbricar em um esforço de se visibilizar como mãe; o que lhe exigirá um longo processo na construção do seu lugar, e uma

conduta irretocável diante de sua razão de viver como mulher e afetivamente, com uma mulher, já que não gerou. Ela será mãe à medida de sua inserção no cuidado, e será considerada mais mulher quanto mais puder desenvolver os elementos desse imaginário do cuidar para provar maternidade. Terá que engendrar correspondência entre suas ações e o imaginário da sociedade sobre o dizer que também fundamenta práticas, e, que se expressa em: mãe é quem cuida, com tudo o que isto significa: amor, sacrifício, abnegação (TAMANINI, 2012, p.128).

Junto com a fuga de um lugar marcado pelo preconceito, a ênfase sobre a normalidade acentua também uma vontade de que as configurações familiares não hegemônicas deixem de ser tomadas como grandes eventos, como não habituais, curiosas, diferentes, como bem assinalada na narrativa a seguir:

*Enquanto se frisar discursos de homoafetividade para afirmar supostas diferenças na relação familiar desenvolvida por casais que envolvam homens e/ou mulheres, isto é, **enquanto fizer diferença se somos duas mulheres ou não engendrando um arranjo familiar, corrobora-se que ainda há muito o que se caminhar** (Grifos meus).*

Deste ponto específico, que tange a criança nas famílias de pais/mães homossexuais, emerge a grande questão que se aloca quando a discussão centra-se no exercício das funções parentais: o “interesse da criança”, ou nas palavras de Miguel Vale de Almeida (2007,2010), no “fantasma da criança”. O debate pode lançar-se para a noção de que a orientação sexual pode interferir na relação entre pais/mães e filhos, tanto na estimulação das crianças a segui-la, quanto no receio de que cause problemas de identidade em crianças e adolescentes. Entretanto, o debate em torno da pertinência ou não da criação de crianças por lésbicas e gays, sozinhos ou em relações conjugais só ganhou contornos quando gays e lésbicas começaram efetivamente a criar crianças, filhos biológicos de relações heterossexuais anteriores, filhos frutos de reprodução assistida ou adotados, nos países ocidentais. Fenômeno que se intensificou a partir dos anos 70.

O valor alocado na criança nestes debates sobre família LGBT pode também ser compreendido como um desejo de descendência por parte das mães, ou como um dever de descendência. As mulheres desta pesquisa estão deixando de ser filhas de alguém para tornarem-se “mães de alguém”. Transformando-se, desta maneira, em canais de transmissão relativos a valores e posições sociais. Como ressalta Flavio Tarnowski (2004), através da filiação libertam-se de uma dívida permanente que tem com os próprios pais e dão cabo desta tarefa oferecendo-lhes netos. Françoise Héritier (2000) assinala que ao oferecer descendentes cumpre-se com o destino esperado pela coletividade. A fala que se segue revela esses conflitos que se impõe sobre lésbicas frente ao desejo da família por netos/sobrinhos e seus esforços para suprirem essas demandas que pesam sobre suas vidas e escolhas.

*Então na minha cabeça era assim: eu vou ter filho, só que eu vou ter filho independente, eu era adolescente e já dizia isso em casa. **Isso eu podia dizer, eu podia dizer olha eu vou ter filho, vou dar netos pra vocês, mas não vou ter marido não, viu?** (Grifos meus).*

Ao tornarem-se mães, as minhas interlocutoras integram novamente o circuito de dádiva que perpassa e funda as relações de parentesco, segundo Tarnowski (2004). A certeza do dever cumprido elucidada-se na felicidade dos avós. Como bem demarca a fala abaixo, se registrava o incomodo da família de origem frente a futura parentalidade e a mudança na relação através da existência concreta de uma criança, de um descendente no estremecido laço familiar.

*Teve uma certa resistência por parte da minha mãe. **Quando ela viu a barriga da Estela crescendo, essa mulher baixou todos os escudos, todas as guardas e se rendeu ao amor das crianças, e começou a curtir a gravidez com a gente** (Grifos meus).*

Outras falas também revelam que foi na figura dos filhos que a existência e o lugar de inserção na rede familiar extensa se consolidou. As crianças apontam como chaves de entrada em um universo, por vezes, pouco acessível.

Anna: como a família recebeu a notícia da maternidade, que foram gêmeos, apoiaram? É muito interessante. A minha família daí foram todos. Posso dizer que o casamento não foi, mas na coisa de ter filhos foi. Até mesmo os mais brancos , que não foram no casamento derreteram. Todo mundo viveu junto essa maternidade (Grifos meus).

A nomeação das crianças também aponta para uma tentativa de inseri-los na teia das relações familiares. O uso de estratégias que não necessitem do reconhecimento legal, ainda que muitos casais já tenham conseguido o reconhecimento da dupla maternidade pela justiça brasileira, se faz presente. Na fala abaixo, Laura insere seus filhos gêmeos em toda uma genealogia familiar por meio da mescla dos nomes de avós e bisavós das famílias das duas parcerias do casal na formação do nome próprio das crianças. Aqui fica claro que o parentesco não se faz apenas de biologia, ou simplesmente da coincidência entre o social e o biológico, como tradicionalmente se pretende. O parentesco não se fixa na procriação. Enreda, mais que isso, a produção de uma pessoa humana através de vários fatores como educação, concessão de um nome, alimentação. É esta confecção social que insere as crianças em linhagens específicas, muito mais que a biologia. É este artesanato das relações familiares que permite à mãe não biológica existir de forma não menos importante dentro desta família homoconjugual sobretudo quando falamos de famílias formadas por casais de mulheres lésbicas. Os laços familiares são garantidos e a família ganha espaço no circuito familiar extenso das duas mães.

Com quatro meses também tivemos muita sorte por sabermos os sexos né. Que era menino e menina e foi todo um trabalho pra escolher um nome para menino né. Daí foi Joaquim, que é nome do meu nono, pai do meu pai e Amandio nome do pai da B Então a gente criou uma relação, o nome dos avós.

Anna: Ficou Joaquim Armandio?

Joaquim Amandio. Joaquim é o nome do meu nono e Amandio é o nome do vô da Beatriz.

Anna: e nono é?

Nono é o bisavô, não, como que é? É o bisavô dele.

É muito interessante saber, essa coisa assim. Depois nos demos conta, é uma forma de introduzi-los na linhagem pelo nome, mas é outro nome porque é uma junção, é um terceiro nome, não é nem Joaquim, nem Amandio, é Joaquim Amandio. E a Maria Clara é a mesma coisa, numa geração mais direta porque é as avós, né. Maria é o nome da mãe da B e Clara é o nome da minha mãe (Grifos meus).

Interessante pensar que essa tentativa de enquadrar-se em um modelo estabelecido de família e da mulher/mãe é fruto de uma naturalização da família e da maternidade enquanto núcleos estruturantes da vida social. Essas naturalizações decorrem da noção de que a família e a relação estreita entre mulher e maternidade são universais (CADORET, 2002).

Contudo, destaco que para além da proximidade ou não com o modelo heteronormativo de família, a homoparentalidade desorganiza o que é entendido como natural no que tange a reprodução e a realidade dos corpos sexuados que acabam por escapar à norma.

Fazendo conversar lesbianidades e maternidade

Já ficou claro que ao falarmos de parentalidade LGBT, em especial de casais de mulheres lésbicas a maternidade ganha destaque, quase como se esse fosse o “destino natural” de toda mulher, independente de sua orientação sexual e de suas práticas afetivas/sexuais/amorosas. Na tentativa de compreender o lugar dessa maternidade tão desejada pelo grupo de mulheres entrevistadas, já elenquei a filiação como fundamental para a realização plena da família e assim, usada como uma estratégia de ganho de legitimidade por parte dos casais de mulheres frente a uma sociedade persistentemente lesbofóbica e machista, tema muito bem analisado nos trabalhos de Flavio Tarnovski (2002), Camila Medeiros (2006) e Eduardo Sariva (2007).

Neste sentido, este subcapítulo se volta mais à discussão referente às bases de um modelo biológico da reprodução. Tal modelo científico/médico, que se espalha e se alimenta de noções em voga em um senso comum biologizado insiste em arrogar a co-dependência de dois sexos para a reprodução, bem como segue informando as categorias de validação das relações familiares e de parentesco através dos

símbolos do corpo, do sangue e da experiência da gravidez que impossibilita o desatrelar do sexo feminino de seu útero, ainda que sobre tal construção as teóricas e militantes feministas já venham, a bom tempo, tecendo contundentes críticas. Consequentemente, se a lésbica escapa de uma normatividade no que tange a sua orientação sexual envolve-se em outra que pesa sobre seu corpo, entendido, muitas vezes, como “naturalmente reprodutivo”. É a essencialização de sua função reprodutiva que a insere em um mundo marcado pelo imperativo da maternidade em um contexto devedor da heteronormatividade, como vinha demonstrando no tópico anterior. Como nos informa Marlene Tamanini (2012) importante socióloga que tem pesquisado e escrito sobre as temáticas da maternidade e da reprodução assistida no Brasil:

A cultura heterossexual se expressa como um modelo, que é englobador; no caso de ambas as mulheres, tanto hetero como lésbicas, se ambas querem ser mães. A heterossexualidade segue seu curso “natural” e torna-se completa em sua natureza quando a mulher é mãe, e a homossexualidade, em parte, revela-se normal quando uma das mulheres dá à luz. Aquela que dá à luz é inserida como mulher nas representações que fazem a mãe na cultura heterossexual (2012, p.126).

Saliento que toda essa trajetória de união entre feminino e reprodução não nos passa despercebida, e as pesquisas e debates já focam-se, há algum tempo, em uma possível reprodução das normas de gênero através destas “novas” famílias (SOUZA 2005; UZIEL, 2006,2007; TAMANINI, 2010, 2012).

A antropóloga Rita Segato (2007) aponta que há mais de três séculos a mulher tem sido *locus* de investimentos que pretendem centrar em seu corpo o seu destino. Contudo, desnaturalizar essas definições impõe-se como uma tarefa complexa visto que necessita de uma revisão do lugar da maternidade que gira em torno do sexo biológico naturalizado nutrindo assim a conexão mulher/mãe.

Ressalto então, a maneira interessante na qual as teorias desconstrutoras das diferenças sexuais casam com esta discussão referente ao lugar das simbolizações dentro deste processo inventivo que é a cultura. Sherry Ortner nos informa em seu clássico artigo *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* Que

deve-se enfatizar que “todo o sistema é uma construção da cultura, ao invés de um fato da natureza” (1979, p.118). Assim, atentar para o caráter socialmente construído das premissas que estabelecem o sexo enquanto natural nos permite compreender o lugar de destaque que a maternidade ocupa na conjugalidade e nos projetos de vida de mulheres lésbicas, bem como nos permite compreender que a realidade é inventada e os contextos nos quais se inserem as simbolizações são também inventados uns a partir dos outros.

Importante notar que os corpos disciplinados (FOUCAULT, 1986) aos “encantos” da maternidade evocam valores ligados a premissa da heterossexualidade e nesta ordem simbólica a mulher tem seu corpo moldado e sua sexualidade domesticada (TUBERT, 1996). Nada obstante, é imprescindível indagar se a tônica e a reprodução das normas de gênero permanecem as mesmas quando nos referimos a mulheres lésbicas. Tenho indicado que essas mulheres assumem para si o controle de sua sexualidade, rachando com a premissa heterossexual e com a dominação patriarcal. Ainda sim, seguem signatárias da união entre seu corpo e a função social da maternidade?

A maternidade compulsória parece sim continuar como reduto do reconhecimento da mulher, mesmo no tocante as lesbianidades. Kath Weston nos dá uma boa base para pensarmos as questões de gênero que perpassam também este universo ao apontar que as mães lésbicas são o segmento de maior crescimento no rol da parentalidade de gays e lésbicas.

Segundo Erica Souza (2005), independente da orientação sexual, a lésbica permanece “enclausurada culturalmente num corpo”, feito para gestar. Deste modo, a autora defende que a maternidade lésbica não é totalmente subversiva por basear-se no discurso do “instinto materno” e por manter, mesmo que não absolutamente, a configuração familiar dentro dos limites da consanguinidade.

Eu sempre falei assim: independente de com quem eu estiver, eu quero ser mãe. Uma coisa que eu quero ser da minha vida é mãe.

O desejo de ser mãe vem independente da orientação sexual, eu acho. Eu acho que não seria mãe sozinha, sem um companheiro ou companheira. [...] Claro que operacionalmente é bem diferente as coisas que você tem que fazer

pra engravidar né?! Mas, a parte maternal eu acho que independe (Grifos meus).

A maternidade configura-se enquanto uma construção que tem começo antes mesmo de uma mulher chegar a consolidar a maternidade ou de considerá-la um projeto a ser seguido (TAMANINI,2012). Passando tantas vezes pelos nós da cobrança familiar e de parentesco, como na fala abaixo, onde o projeto de maternidade esboça-se em conformidade com uma comparação à situação da irmã e à necessidade de dar netos à família:

Minha irmã já tinha filhos e isso começou a me deixar agoniada. Eu já estava com mais ou menos 30 anos e não queria ficar velha sem filhos... Eu estava muito ansiosa, a família já cobrava por netos (Grifos meus).

Deste modo o processo subjetivo deste desejo de matinar, expresso muitas vezes no ideal do útero gravido, se realiza perante diversas experiências subjetivas.

O discurso do instinto maternal, do corpo e gravidez como realizações supremas da mulher aparecem em muitas falas das minhas entrevistadas como é o caso marcado nos três depoimentos a seguir. Parece que o ideal que marca a maternidade pelo corpo, pelo gestar segue informando algumas das interlocutoras de pesquisa, que relatam o desejo da gravidez perpassada pelo simbólico de gerar, de estar conectado a/o filha/o:

A maternidade pra mim é... Eu sabia, uma coisa que eu queria era ter uma barriga, era ter peito, era ter leite (Grifos meus).

Isso é e sempre foi muito importante para mim, esse processo de gestar uma criança, de passar por todas as etapas de uma gestação e parto (Grifos meus).

E eu também tinha muita vontade de passar pelo parto, toda essa experiência (Grifos meus).

Percebe-se que o projeto de maternidade pouco se vê atingido pela lesbianidade e continua a imperar como desejo supremo. O “baby boom lésbico, assim representa uma reincorporação parcial da biologia

nas famílias planejadas” (WESTON, 1991). Talvez o fato de mulheres lésbicas e não lésbicas terem sido socializadas em uma mesma cultura aponte para as explicações desta preeminência do desejo de maternar.

Contudo, parece que o recuo a noção de que a maternidade é natural, e que esse desejo impõem-se desde a mais tenra idade, como se falasse por si mesmo, como evidencia-se na narrativa abaixo, vai na contramão do ideal de um projeto estabelecido e fixado de maternidade planejada.

Sempre sonhei em ser mãe, desde que me conheço por gente, e esse desejo ainda persiste (Grifos meus).

Todavia observamos que junto com essa naturalização da maternidade segue uma abertura para se pensar esta exigência como um constructo, um lugar marcado por jogos de poder e por um modelo de sexualidade e família performatados na união sexo e gênero e na dominação da mulher e seu corpo, tantas vezes naturalizado em sua capacidade reprodutiva, como vimos acima, nas narrativas que retomam a importância do útero, dos seios e da gravidez para a legitimação da maternidade.

Atenta sempre as premissas sociais implicadas em noções e ideais naturalizados, uma das sujeitas desta pesquisa comenta e ao mesmo tempo reflete sobre seu desejo por ser mãe:

O sonho da maternidade se construiu em mim desde a infância quando as brincadeiras impunham e perpetuavam um modo de vida em que o espaço da mulher se circunscrevia ao do lar e nele ao cuidado com os filhos.

Vemos que se a maternidade está pautada em uma relação, ou no que Butler chama de matriz heterossexual, onde sexo feminino, gênero feminino e reprodução devem manter-se inter-relacionados a existência de mulheres lésbicas almejando a maternidade no seio de suas homoconjugalidades já indica uma resignificação desta matriz. A gravidez enquanto experiência de mulheres lésbicas diferencia-se das experiências de mulheres hetero, já que exclui de todo o processo a relação direta entre sexo e afeto com um homem (SOUZA, 2005). O que vemos se transformar nos modos em que lésbicas criam filhos e formam famílias no final do século XX é o projeto de constituição de família e parentalidade estar intimamente ligado a constituição da conjugalidade

lésbica. Os filhos são pensados enquanto projetos, o que implica dizer que são frutos de cálculos e planejamentos que sugerem sempre a reflexão, por parte das futuras mães, sobre o lugar da lesbianidade no universo simbólico social. Estes filhos não derivam mais de casamentos ou relações heterossexuais anteriores. Eles vêm com lugar assegurado dentro de uma relação estável que almeja o lugar de segurança conferido pela lei e pelo reconhecimento social das famílias homoparentais. Esta é a grande mudança.

Entrecortando esta reflexão, retomo o eixo de nossa discussão sobre homoparentalidade lésbica e reprodução assistida e proponho, então, o exercício reflexivo de pensarmos a busca por filhos dos casais compostos por mulheres não somente em termos de tentativas de aproximação ao modelo corrente de família e conjugalidade heterocentrosados. Pode-se realçar que antes de reafirmarem a preeminência do biológico, diferentes pessoas em situações diversas reorganizam as noções sobre laços biológicos, atribuindo-lhes novos significados. Ou, segundo Márcia Arán e Carlos Augusto Peixoto em seu exemplar texto sobre Butler:

...se para que essa ficção [*biológica*] permaneça é necessário uma repetição reiterativa, podemos pensar que a aproximação de um ideal de gênero – masculino ou feminino – nunca é de fato completa, e que os corpos nunca obedecem totalmente às normas pelas quais sua materialização é fabricada. Nesse sentido, é justamente pelo fato de a instabilidade das normas gênero estarem abertas à necessidade de repetição do mesmo que a lei reguladora pode ser reaproveitada numa repetição diferencial (ARÁN e JÚNIOR, 2007, p. 134).

Deparamo-nos então com a reflexão de Erica Souza (2005), de que a busca por tecnologias reprodutivas não enreda-se somente em conformidade, mas envolvem questões de cidadania e liberdade. Neste sentido, a tecnociência é capaz de oferecer liberdade e direitos civis às mulheres, aos homens e aos grupos que não se encaixam em padrões. Fornece, deste modo, as bases de novas práticas e novos modelos e configurações familiares.

Fugimos, deste modo de avaliações simplistas sobre a temática da filiação e família de pessoas do mesmo sexo, que segundo Miguel Vale de Almeida:

O que parecem esquecer é a razão prática que emana do facto de gays e lésbicas serem membros activos das culturas em que cresceram, e a razão política de que as transformações sociais são mais processos de práticas resignificantes do que processos de ruptura e reinvenção (ALMEIDA, 2008, p.10).

Novas tecnologias reprodutivas e maternidade lésbica: enredando tecnologias, filiação e parentesco

De acordo com o afirmo ao terminar o tópico acima, as tecnociências fornecem bases para novas práticas. Uma sequência de novas descobertas e invenções tecnológicas transformam as condições materiais da vida e trazem repercussões teóricas que desorganizam as antigas representações da natureza das coisas. Por exemplo, o aparecimento de tecnologias que permitem a fabricação da vida em laboratório aponta “novas sensibilidades sociais e culturais construídas pelos discursos biotecnológicos” (TAMANINI, 2012, p.110). Necessita-se, assim, que se intensifique um olhar que atente para a multiplicidade de interfaces presentes neste universo que conecta ciência, tecnologia, parentesco, gênero e aspectos emocionais, políticos e financeiros. O que pode parecer uma grande confusão de lugares na verdade diz respeito justamente a este imbricado universo que mescla em seu interior elementos costumeiramente tomados como pertencentes a ordens ontológicas distintas. No entanto, é a coordenação precisa destes elementos que fornece o alicerce para que se produzam, através destas tecnologias, parentes, filhos e famílias (THOMPSON, 2005).

Lanço-me, então, na tarefa antropológica de entender como as tecnociências ligadas a reprodução humana estão assentando novas práticas, vivências e experiência de família e parentalidades. Destaco os modos pelos quais casais de mulheres lésbicas estão inserindo-se neste universo através de suas demandas por filhos do “próprio sangue”.

A literatura a respeito do tema da parentalidade lésbica e gay entende que há alguns diferentes modos de um casal homossexual exercer a parentalidade (AUERBACH & SILVERSTEIN, 1999; MEIDEIROS 2006; SARAIVA 2007, TARNOWKI 2002; UZIEL 2006) Uma primeira maneira apontada é a concepção de filhas/os em relações heterossexuais anteriores e que são inseridas no bojo de “novas”

relações homoconjugais de suas mães e pais. A segunda maneira possível é através da adoção²⁴, seja ela por apenas um indivíduo do casal, seja pelo casal enquanto unidade e neste caso com maior raridade e dificuldade²⁵. Outro modo encontrado é através da relação sexual com fins reprodutivos entre alguém do casal e um amigo/conhecido do outro sexo. Tem-se ainda, a possibilidade de dois casais homossexuais optarem por ter um filho a quatro. Os demais modos de realizar a parentalidade lésbica ou gay são derivados do recurso às tecnologias reprodutivas e são eles: inseminação com doador conhecido, inseminação caseira com sêmen de doador conhecido, inseminação com doador anônimo ou barriga de aluguel. O foco desta pesquisa recai sobre os casos de reprodução assistidas pautados em doação anônima de sêmen.

Sabemos que em alguns países as tecnologias reprodutivas são interditas para casais homossexuais²⁶. No entanto, no Brasil não há legislação específica que regule estas intervenções médico/técnicas. Bem como não há legislação vigente que respalde as práticas de doação de gametas. O que há como baliza são manuais de conduta como as Resoluções do Conselho Federal de Medicina²⁷ que intentam nortear as

²⁴ Para este tema, ver os trabalhos de Anna Paula Uziel

²⁵ Vários foram os momentos, em minha pesquisa, em que se retomavam com pesar as duras disputas pela adoção de crianças por casais homossexuais, fazendo referência a situações próprias e também recordando histórias de casais amigos e conhecidas.

²⁶ Como é o caso da França, Portugal.

²⁷ A Resolução é a única base existente. Sendo assim, o posicionamento do Conselho a respeito do anonimato dos doadores e também dos receptores é de cunho obrigatório. Como lemos no inciso IV da Resolução CFM nº 1.957/2010 sobre doação de gametas ou embriões.

“1 - A doação nunca terá caráter lucrativo ou comercial.

2 - Os doadores não devem conhecer a identidade dos receptores e vice-versa.

3 - Obrigatoriamente será mantido o sigilo sobre a identidade dos doadores de gametas e embriões, bem como dos receptores. Em situações especiais, as informações sobre doadores, por motivação médica, podem ser fornecidas exclusivamente para médicos, resguardando-se a identidade civil do doador.

4 - As clínicas, centros ou serviços que empregam a doação devem manter, de forma permanente, um registro de dados clínicos de caráter geral, características fenotípicas e uma amostra de material celular dos doadores.

5 - Na região de localização da unidade, o registro dos nascimentos evitará que um(a) doador(a) venha a produzir mais do que uma gestação de criança de sexo diferente numa área de um milhão de habitantes.

práticas dos profissionais da área de reprodução assistida, em especial ao definirem as normas éticas para a aplicação destas tecnologias. A resolução datada de 1992 deixava uma grande lacuna sobre quem poderia ou não ser atendido pela técnica. Esta brecha possibilitava a livre interpretação dos profissionais da área sobre quem deveria/poderia ser atendido. Tal fato fornecia amparo à rejeições por parte de clínicas e médicos ao atendimento de pessoas solteiras e casais homossexuais (AMORIM, 2010). Em 2010 o Conselho Federal de Medicina²⁸ atualiza as regras para a reprodução assistida no país. Dentre as novidades realço a abertura definitiva do caminho para que casais homossexuais possam ter filhos por meio da reprodução em laboratório. Pela nova regra, todas as pessoas, independentemente do estado civil e orientação sexual, podem fazer uso da técnica, desde que sejam civilmente capazes.

Ainda assim, sem peso de lei, essas normas continuam passíveis das interpretações dos médicos, que seguem portando a palavra final quando o assunto é o acesso de casais homossexuais a estas práticas, como vemos na fala abaixo que relata as primeiras incursões de um casal lésbico no campo das tecnologias reprodutivas e que esbarra em um “limite”. Um médico que se nega ao atendimento informando que na clínica onde trabalha não poderá acolher o casal de mulheres por esta ter um vínculo com uma instituição religiosa.

A gente foi num hospital para ter a primeira consulta com um médico que fazia inseminação. A gente já gostava dele, aliás, um médico maravilhoso, ele apostou muito, mas ele tinha um limite. E aí começou toda a nossa discussão. Porque ele não poderia fazer em mim a inseminação porque ele estava ligando a um hospital religioso da PUC (Pontifícia Universidade Católica) e que, bom, ia ser impossível aceitarem por este motivo: pela nossa conjugalidade a gente recorria a inseminação e

6 - A escolha dos doadores é de responsabilidade da unidade. Dentro do possível deverá garantir que o doador tenha a maior semelhança fenotípica e imunológica e a máxima possibilidade de compatibilidade com a receptora.

7 - Não será permitido ao médico responsável pelas clínicas, unidades ou serviços, nem aos integrantes da equipe multidisciplinar que nelas trabalham participar como doador nos programas de RA.”

²⁸http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1957_2010.htm

não por um problema de infertilidade (Grifos meus).

Outra questão importante, no que tange a regulamentação da reprodução humana em laboratório, é a proibição do útero de aluguel, ainda que a prática de útero de substituição seja permitida. Impõem-se nestas resoluções do Conselho Federal de Medicina que as doadoras de útero devem pertencer à família da doadora genética e os demais casos devem conservar-se sujeitos a autorização dos Conselhos Regionais de Medicina. “Assim, os casais de homens homossexuais estão impedidos de reproduzirem-se neste país, sem abdicar de sua conjugalidade” (TAMANINI, 2012, p.126). Ainda que na prática clínica outras experiências com outros arranjos possam existir.

Em suma, os casais homossexuais em suas buscas por filhos acabam tendo que inserir-se em um universo no qual se legisla nas brechas da lei (UZIEL, 2007, p. 65). Segue que o acesso a parentalidade, ao menos no Brasil, parece mais fácil a casais de mulheres lésbicas que a casais gays. Isso porque a reprodução sendo alvo de um casal de mulheres lésbicas encontra respaldo na preeminência do modelo biológico do reproduzir-se. A conciliação entre óvulos, útero, gravidez e exercício da função parental permite que o modelo biologizado de parentesco se estabeleça de modo completo suscitando menos fantasmas que a trama que envolve as barrigas de aluguel (TAMANINI, 2012). Fácil, como parece indicar a fala abaixo, a reprodução assistida para casais de mulheres realiza-se, na maior parte dos casos, de modo pouco problemático.

Eu achava que por ser lésbica nunca seria mãe, até que me toquei que eu tinha um útero e pronto! Sêmen pode ser doado (Grifos meus).

O relevo que ganha a busca por filhos através das novas tecnologias reprodutivas frente outras possibilidades de filiação suscita algumas interrogações sobre o peso que a naturalização do parentesco fundado na biologia tem sobre as decisões dos métodos empregados para a consecução do ideal da família com filhos. Uma entrevistada conta, através da resposta as indagações de sua mãe, o motivo central que leva ela e a maior parte dos casais desta pesquisa às clínicas de reprodução assistida:

Por que não adotam, então? (perguntava a mãe de M)

Não, porque eu não quero adotar, eu posso ter um filho, eu quero ter um filho meu [...] Mais pra frente quem sabe a gente adota uma criança, mas como um casal hetero quer ter um filho, a gente também que ter um filho biologicamente nosso (Grifos meus).

Aqui cabem algumas reflexões pertinentes ao universo que coordena todo um sistema simbólico referido à construção de laços de filiação e família.

O sistema de filiação ocidental tem suas bases depositadas sobre a bilateralidade e sobre uma ideologia do sangue, capaz de transmitir características físicas e morais de uma linhagem (op cit., p. 51). O modelo de parentesco euro-americano elucidada-se, deste modo, por meio de uma noção biologizada onde a necessidade da complementaridade dos sexos e a materialidade da reprodução é que funda seus laços. A natureza como verdade dos corpos seria responsável pela filiação, a perder de vista que a própria filiação é um processo simbólico. Sendo apenas atualmente claro que há uma ruptura entre produzir crianças e o processo de reprodução.

No livro seminal de David Schneider *American Kinship: A Cultural Account* (1984) encontramos referências a estes apontamentos. Pesquisando o parentesco nos EUA, elaborou a interessante proposição da família como uma unidade cultural que arroga certos tipos de parentes. Com base no sangue (natureza) ou no casamento (lei), o parentesco se estabelece através da partilha de uma substancia natural ou por um código estabelecido de conduta que tem na relação sexual heterossexual seu símbolo maior.

Não podemos deixar de reconhecer os apontamentos de antropólogas feministas que já vinham, na esteira da rejeição da mulher universal e do florescimento dos estudos de gênero, “desnaturalizando” tudo que era tido como natural, a exemplo das noções biológicas presentes no conceito de parentesco. Claudia Fonseca destaca que

Se ainda existem antropólogos afirmando que "afinal, a mulher tem útero", existe um consenso majoritário (eu diria) na disciplina no sentido de que a noção de natureza é tão socialmente construída quanto qualquer outro tropo de nossa realidade [...] Devemos estudar parentesco principalmente para não repetir os erros do passado, para não permitir que o senso comum

invada mais uma vez o campo, impondo visões naturalizadas e moralistas da família humana (FONSECA, 2003, p.22).

Entretanto, a antropóloga Miriam Grossi (2003) destaca que, apesar de mudanças nas configurações familiares, a maioria dos trabalhos desenvolvidos sobre parentesco até os anos 1970 tomam o sexo como uma categoria “natural” e valores da sociedade ocidental, como a heterossexualidade naturalizada, se reproduzem. Grossi destaca que é a partir dos anos 1970/1980, com o surgimento da antropologia feminista, como já visto acima, que parte das reflexões sobre parentesco passam a incorporar o recorte de gênero em suas análises. Ainda assim, a autora destaca que poucos antropólogos debruçaram-se sobre o lugar das relações entre indivíduos do mesmo sexo nas estruturas de parentesco de diferentes sociedades.

Lembro que tais implicações e considerações sobre o parentesco heterocentrado foram alvos de densas críticas. Contudo, sabemos que a antropologia, bem como outras disciplinas, não segue um caminho linear de desenvolvimento teórico. Apesar dos esforços críticos aos modelos biologizantes do parentesco, tal concepção ainda vigora entre muitos lugares, da antropologia ao senso comum, informando sobremaneira as motivações das sujeitas desta pesquisa para a escolha da reprodução assistida. Assim estes casais respaldam suas explicações da procura por clínicas de reprodução assistida na vontade de filhos “seus” (depoimento abaixo), ou seja, na vontade de partilha do sangue, como se este compartilhar fosse capaz de por ponto final nas possíveis inquietações sobre a validade da filiação em um casal lésbico.

Eu quero ter um filho meu, com as minhas características, que se pareça comigo. Que você olhe e lembre de mim (Grifos meus).

A genética vem dar a verdade sobre a filiação, o peso do “filho meu” traz a legitimação dessa relação que é tomada como natural, a obsessão pelo biológico e por uma ideia de natural nos desvela um processo de naturalização da cultura mais que uma culturalização da natureza (CADORET, 1995).

Miguel Vale de Almeida adverte que “parecemos estar, pois, perante uma resiliência do pensamento biogenético acerca do parentesco” (op.cit.p. 9). Acredito que essa resiliência de um modelo biologizante de parentesco e a tentativa de seguir dentro dele seriam

bons motivos para pensarmos a não preferência destes casais pela adoção. A narrativa do desejo pela consanguinidade marca a conversa quando questionadas sobre o porquê da não adoção. As falas a este respeito costumam ser rápidas, quase como se fosse inteiramente compreensível a vontade por um filho seu, quer dizer, um filho do casal, já que essa tecnologia parece conferir a maior possibilidade alcançável para a realização do sonho duo genético. Uma das interlocutoras ao ser questionada sobre o porque deste anseio pelo filhos do próprio sangue fez referência novamente a ideia do filho meu, como se a biologia marcasse definitivamente o laço e a pertença irrefutável do filho a essa mãe, contrariamente a adoção:

*Bom, primeiro vou falar sobre a questão dos filhos biológicos. **Eu sempre quis ter filhos biológicos**, e a minha esposa Paula também. Confesso que, no passado, a adoção chegou a passar pela minha cabeça, mas com o tempo acabamos decidindo ter nossos filhos por reprodução assistida. Talvez, depois que eu tiver meus filhos biológicos, eu sinta o desejo de adotar uma criança, mas não posso afirmar isso. Agora, os motivos dessa decisão são vários. O primeiro e mais óbvio é, **realmente, o desejo de ter um filho meu** (Grifos meus)*

Neste caminho da reprodução humana que se pretende em conformidade com o modelo bilateral de filiação, me deparei com a quase unanimidade das falas sobre a importância do doador anônimo no processo de construir uma família assentada em apenas dois lados responsáveis pela transmissão da linhagem:

*Agora, falando um pouco sobre a preferência da reprodução assistida em si, na minha opinião, é **porque é o único método onde eu e minha esposa participaremos juntas, exclusivamente**. Claro que, infelizmente, precisaremos do sêmen do doador, mas como não queremos conhecer esse doador em hipótese alguma, a única maneira é a reprodução assistida! (Grifos meus).*

O medo da participação de um terceiro na relação parental alimenta-se na realidade do mesmo medo que impera quando o assunto é a adoção e refere-se, mais uma vez, à biologia. Qualquer arranjo que

ameace a segurança do vínculo garantido pela naturalidade imposta às relações biológicas ou a sua imitação é tomado com cuidado. (UZIEL, 2006). Formações familiares que se sustentem fora do modelo de dois, e somente dois *pais* desestabiliza e põem em risco este esforço de construir relações pautadas na veracidade da natureza.

Junto com o anonimato do doador, a similaridade física e a *semelhança* genética também são fontes de interesse nas tecnologias reprodutivas. A escolha de características físicas e psicológicas que se assemelhassem a da mãe que não teria participação biológica foi uma questão que não dividiu opiniões durante a pesquisa:

Era muito mais fácil fazer a inseminação, ia ser uma coisa assim genética, dela carregar a genética da mãe dela, que ela queria semelhança. Assim que ela achava legal e eu também(Grifos meus).

O que que se escolhe do doador né? As características físicas, sei-lá hobby, descendência [...] a Beatriz queria que fosse olhos castanhos, que ela tem olhos castanhos. Descendência alemã ou italiana (Grifos meus).

Além do mais, confesso que tenho vontade de ter filhos que se pareçam fisicamente comigo e/ou com a minha esposa.

Destaca-se nos dois primeiros depoimentos a força da genética, como capaz de transmitir descendência, inserir a criança em uma linhagem reconhecida. Estes casais buscam garantir uma semelhança, que se não pode advir da co-mãe assemelha-se a ela pela aparência física e psíquica. Os fundamentos biológicos da filiação são ativados, mesmo que por meio de estratégias de aproximação ao que seria ideal. Tamanini (2012) esclarece sobre o peso da similaridade nos casos de reprodução assistida com doação de gametas:

Na construção da ideia de semelhança física cumpre importante função de reconhecimento quando a reprodução é realizada com doação/recepção de gametas. Falar de semelhanças físicas, psíquicas e emocionais é, muitas vezes, nesse contexto, apaziguar as inquietudes sobre a existência de valores contraditórios, condutas diversas e surpresas, que

são trazidas pelo marcador genético e a priori são desconhecidas (TAMANINI, 2012, p. 130).

Vemos também que o recurso a estas noções de um doador que pareça ou que transmita características e personalidade similar a da mãe não biológica mantém uma relação estreita com a tentativa realizada por estes casais de inserir a criança no interior da família extensa daquela que não tem participação biológica no processo de fertilização:

*Anna: E foi com sêmen doado? Doador anônimo? E vocês escolheram as características. É, isso mesmo. A gente escolheu tudo. Escolheu metade oriental e fomos mais pelo físico. **Tinha que ter olho puxado pelo menos pra parecer comigo e, sei lá, acho que pra minha família também, a gente escolheu um oriental.** (Grifos meus).*

A aceitação, principalmente representada na figura da avó não biológica da futura criança parece necessitar dos marcos da legitimidade de um parentesco fundando na natureza:

A mãe da Beatriz, ela entrou numa de que ela não seria avó, ela seria uma avó emprestada e que não teria um óvulo da filha (Grifos meus).

Afigura-se que as similaridades com sua filha parecem ser apenas paliativos para a aceitação, que pode chegar a não ser total, recaindo sempre em cobranças de uma futura gravidez como relata Sandra sobre o comportamento de sua mãe frente a sua maternidade não biológica:

*Ela fica falando... Que a gente quer ter um outro filho logo, né? Daí ela fala: ah acho que vocês têm mesmo, **você vai engravidar agora, tem que ter, ela precisa de uma irmãzinha** (Grifos meus).*

O recurso ao uso de sêmen do irmão daquela que não será mãe biológica também parece correr neste sentido, em uma tentativa de participação, a qualquer modo biológica/genética do casal, como revela-

se ao comentar o início do percurso de reprodução assistida em que se envolveu junto com sua companheira.

Até então o irmão da Estela(companheira) iria ser doador do sêmen. Um grupo ético do hospital achou que não seria legal ele doar o esperma, né... Porque poderia ter algum problema (Grifos meus).

Em um conhecido artigo Miriam Grossi ao discorrer sobre gênero e parentesco gay no Brasil nos informa que do mesmo modo que relatado acima, onde o irmão da companheira seria, em um primeiro momento o doador de sêmen:

Uma das fantasias mais recorrentes entre jovens lésbicas é a inseminação artificial com o esperma do cunhado (ou seja, do irmão da parceira) como forma de garantir a consanguinidade da criança (com os traços físicos e emocionais da família) e, sobretudo, um lugar socialmente garantido no parentesco através da nomeação dentro de ambas as famílias, uma vez que avós, tios e primos são consanguíneos (2003, p. 273).

Interessante notar a participação da equipe do hospital na desestimulação do uso do esperma de doador conhecido. Vê-se que o ideal da filiação bilateral informa mesmo os centros especializados nestas técnicas. No entanto paira, sem, contudo ser explicitado, o fantasma do incesto que poderia aparecer no uso do material genético do irmão, naquilo que Hérítier denomina de “incesto de segundo grau” um incesto dado pela proximidade com os fluidos de um terceiro. Lembro que essas clínicas estão, muitas vezes, pautadas em um modelo bastante essencializado do que seja reprodução humana e da constituição de familiar, ainda que permitam uma remodelação dos princípios básicos da reprodução em seus laboratórios (AMORIM, 2010).

Outra estratégia de aproximação com o modelo de família arraigado onde prevalece a ideia do parentesco fruto da dupla participação na fabricação da criança é a participação da mãe não biológica na inseminação da mãe biológica ou na fertilização do óvulo:

Ele (médico) deixou a P colocar o esperma do doador, isso foi muito simbólico, a gente tem as fotos, as crianças gostam de ver que a Beatriz estava junto sabe? Que não é só fantasia, que não é só uma lorota da família, ela acompanhou todos os passos (Grifos meus).

Sendo ainda impossível a reprodução sem o uso de dois gametas, a fecundação pode ser desacoplada do corpo e a participação da companheira da mãe biológica neste processo é muitas vezes incitada pelo próprio médico. A mãe biológica entrevistada que também contou com a participação de sua companheira durante o procedimento revelou que mostraram ao filho a foto de Beatriz auxiliando durante a inseminação e que isso fez muita diferença no entendimento da criança sobre sua família. Estes momentos simbólicos, registrados pelo foco da câmera, localizam as duas co-mães no cerne da fabricação da vida. Mesmo que o gameta não lhe pertencesse elas estavam ali, ativamente participando. Seus filhos/as, através da foto, podem saber que as duas mães estiveram juntas, entendendo que são frutos da interação entre estas duas mulheres.

Importante lembrar que os eventos de participação na inseminação da companheira foram relatados em casais onde a mãe não biológica assumiu desde o principio uma negativa frente a experiência da gestação:

Uma coisa que eu quero ser da minha vida é mãe. E M contrário, era assim: Eu jamais vou engravidar, eu jamais vou parir, eu jamais, só se me dopassem, me internassem contra a minha vontade (Grifos meus).

Em outros casais, onde a gravidez consolida-se enquanto desejo de ambas a participação biológica que intencionam será fruto de uma divisão das gravidezes, sendo cada uma responsável por gestar um filho. Ainda há aqueles casais que regulam a participação do casal na geração do filho/a através da troca de óvulos entre as parceiras, configuração que analisarei a frente.

Segue que os modelos familiares formulados por casais gays e lésbicos “assentam igualmente em ideias radicais e em ideias conservadoras, bebendo muitas vezes em ideias sobre o parentesco que remetem para conexões biogenéticas” (ALMEIDA, 2008, p.8).

Erica Souza (2005) nos fornece uma boa reflexão sobre este tema e nos transmite inquietações recorrentes frente a esta insistência sobre o biológico:

Em suma, estou sugerindo que o mecanismo conceitual binário pode exigir uma união para a reprodução da parentalidade, pode exigir o sexo, o amor conjugal, os relacionamentos, enfim, os pré-requisitos para a configuração do que se define por família. Não restringindo essa família ao modelo nuclear heterossexual, esse mecanismo permite que os arranjos conjugais lésbicos sejam reconhecidos como famílias, entretanto, esse mecanismo pode ser pernicioso caso reduza novas experiências a velhos papéis e esquemas (2005, p.183).

E por falar em velhos papéis, encontrei casais buscando nomeações que sirvam de referência para “identificar seus personagens e evidenciar seus vínculos” (UZIEL, 2007) a partir da lógica da indispensável existência de um pai. Vemos, inclusive, casais cunhando termos específicos para nomear o lugar da “outra mãe”. *Pami*, é assim que um casal definiu a nomeação da co-mãe, em uma referência declarada à palavra pai. Outro casal ao me contar porque seu filho de seis anos chama a outra mãe de *Dai* explica:

Eu preciso te contar. A gente escolheu né, isso do Dai. Porque como esse casal que era referência da gente Carla e Dani, que é Daniela quando elas engravidaram, elas nos contaram isso, quando Carlinha engravidou elas se preocuparam: ela vai chamar como? Elas duas não queriam que chamasse de mãe pra não saber: tá chamando quem de mãe? E queriam uma coisa que ligasse a essa função paterna. Como Dani também era muito masculina e queriam uma coisa que parecesse papai, aí dadai. (Grifos meus).

Parece que na falta de terminologias adequadas para o reconhecimento dos lugares destas famílias, a incorporação de modelos dados é uma saída. Destaco que o emprego destas nomeações com sintonia ao lugar do pai está presente em casais onde as diferenças entre parceiras mais ou menos masculinizadas é significativa. Não que com

isso pami ou dai estejam fazendo alusão a um pai figurativo, mas com certeza não ferem a feminilidade das mães assim chamadas.

Ainda assim, destaco que graças as suas particularidades estas famílias acabam por fugir do modelo tradicional de família por já estarem assentadas em outro universo relativo a reprodução, gerando outro tipo de relação de parentesco que insere de modo inteligível no mundo outras posições. A reprodução assistida permite que não apenas dois genitores sejam reconhecidos em suas funções parentais configurando um pai e uma mãe. Antes disso, abre uma brecha para que o modelo assente na estreita relação entre biologia e parentesco se quebre. As famílias homoparentais desafiam a legitimidade deste modelo ao instaurarem outros modelos de filiação, onde genitores não são necessariamente pais, onde uma família pode ser composta por duas mães (TAMANINI,2012), desvelando, a revelia de algumas essencializações, o quão social é o parentesco.

Sobremaneira, a antropóloga Cláudia Fonseca (2008) enfatiza, através da apresentação de casos de relações familiares e de filiação entre lésbicas, que essa busca por filhos e pela constituição de família não é apenas derivada de uma insistente tentativa de adequação ao modelo normativo de filiação e conjugalidade. Em suas palavras:

Será que esses exemplos simplesmente refletem e reforçam as “normas hegemônicas”, mostrando como casais lésbicos tentam desesperadamente seguir uma prática conforme o modelo heterossexual, pautando-se o máximo possível na reprodução bio-genética? (FONSECA, 2008, p.775).

Estamos, neste ponto, diante de um paradoxo. As famílias homossexuais desorganizam as categorias básicas de nosso parentesco ao interrogarem as normas de gênero (Fonseca, 2008) ao mesmo tempo em que se encontram, tantas vezes, pautadas por um modelo estabelecido de família e maternidade baseado na irrefutabilidade biológica que prevê a maternidade como função essencial do corpo feminino. Este paradoxo é destacado por Eleni Varikas no prefácio à obra de Virginie Descoutures (2010), intitulada *Les mères lesbiennes*:

Esta pesquisa sobre os casais de mães lésbicas reivindica de imediato o duplo paradoxo que consiste em reunir aquilo que o senso comum e as normas sociais separam: a homossexualidade,

percebida socialmente como uma transgressão da ordem de gênero, e a maternidade, um dos mais importantes pilares desta ordem e da hierarquia entre os sexos.²⁹ (VARIKAS, 2010, p. IX)

A família homoparental não é apenas uma tentativa de assemelhar-se a um modelo vigente. É antes um processo complexo que necessita investigação já que as práticas parentais são mais que simples consequências dos valores do casal, estando sujeitas às pressões da rede familiar mais ampla, de colegas de trabalho e amigos (FONSECA, 2008). Tais desejos por filiação também são exemplares de uma estratégia coerente que visa dar à conjugalidade homossexual legitimidade perante a sociedade que continua materializando este arranjo familiar em um recorte estigmatizado (VARIKAS, 2010).

Neste sentido, ao buscar exemplos de casais homossexuais, especificamente casais lésbicos que procuram a reprodução assistida, adentramos ao que Cláudia Fonseca (2008) chama de ponto G do parentesco. Lugar onde ideias e premissas estão sendo construídas e reconstruídas. Nas palavras de Miguel Vale de Almeida:

A exigência da igualdade no acesso ao casamento constitui um caso original no campo da política sexual: a exigência de acesso a uma instituição tida como conservadora e reprodutiva da norma heterossexual e do patriarcado resulta criadora de dinâmicas de transformação (ALMEIDA, 2007, p.153)

Observo, de acordo com o que a pesquisa de campo me revelou, cenas que colocam o modelo hegemônico de filiação que venho expondo em jogo. Para além da *pami* ou *dai* conheci crianças desvelando uma lógica de nomeação que exclui o lugar paterno ao chamarem por suas mãe e mama ou mãe e mami. Assim o modelo duogenético fica sem chão, a contribuição biológica do doador não está presente nestas concepções ou vivências da parentalidade lésbica. Os lados reconhecidos da parentalidade se fixam na mãe biológica e na adotiva perante a criança, a família extensa e muitas vezes perante a lei, nos casos onde há o reconhecimento legal da dupla maternidade.

²⁹ VARIKAS, Eleni. Prefácio. In DESCCOUTURES, Virginie. *Les mères lesbiennes*. Paris. Le Monde, 2010 [tradução minha]

Sabido é que para o alcance da dupla maternidade no Brasil, processo ainda recente e com poucas ‘agraciadas’ é necessário a comprovação da não existência da figura do pai. Repetidas vezes insiste-se sobre a necessidade de uma declaração das clínicas de reprodução assistida atestando a impossibilidade de reconhecimento do doador. Exclui-se, deste modo, permanentemente a figura do pai do rol de possibilidades parentais, como bem defendeu Laura quando questionada sobre o lugar do pai na família durante a audiência que lhe concederia, mais tarde, o reconhecimento da dupla maternidade:

Nessa família não vai ter um pai né, vai ter um doador.

Ao que tudo indica, a lei que infere a dupla maternidade mantém-se em um formato dual. Mesmo que não esteja se pautando numa diferença de gênero ou no modelo duo genético, ela prescinde a existência de apenas duas pessoas capazes de exercer a autoridade parental. No entanto, *o pulo do gato* está justamente em ser possível legalmente que estas duas pessoas exercendo a autoridade parental sejam duas mulheres, informando um mundo onde as configurações familiares homossexuais começam a existir enquanto unidade familiar perante o direito brasileiro.

As novas técnicas reprodutivas viabilizam novas possibilidades familiares, permitindo uma expansão dos modos tradicionais de reprodução como nos mostra Alejandra Sardá (2006). Tal autora afirma o potencial de transformação das tecnologias reprodutivas conceptivas que surgem como ajuda à natureza reprodutiva de casais heterossexuais, mas que abrem brechas a outras práticas que implodem o modelo dominante e reconfiguram os tradicionais modelos de família e parentesco. É exemplar desta quebra de paradigmas o caso da utilização das tecnologias reprodutivas por casais de lésbicas. Abre-se um precedente para se pensar a necessidade de novas leis e regulamentações que possam abarcar toda a complexidade de situações. Nas palavras de Marlene Tamanini:

O campo da reprodução assistida retoma percepções sobre transcendência, continuidade dos vínculos biológicos, da herança e da propriedade próprias do Ocidente. Os valores do sangue, da relação biológica são muito fortes e, ao mesmo tempo, nesse campo abre-se um novo

espaço a sujeitos capazes de aceitar a diversidade, bem como a complexidade de experiências para uma sociedade moralmente tolerante e pluralista.(2012,p.129)

A antropóloga britânica Marilyn Strather (2009) informa que o advento das tecnologias reprodutivas teve um significativo impacto sobre os debates antropológicos bem como sobre a opinião pública inglesa. Após o nascimento de Louise Brown³⁰ em 1978, as discussões sobre parentesco estavam em pleno fervor na sociedade britânica. Todos discutiam o que constituía a maternidade e a paternidade e, enfim, o que era real, trazendo a tona inquietações sobre o natural e a criação. O que isso sinalizava era a oportunidade de pensar novamente sobre o parentesco euro-americano e as suposições sobre as quais ele se baseava. O que é particularmente importante é que essa discussão permitiu que a antropologia observasse o significado simbólico da biologia ou do pensamento biogenético na formação do parentesco euro-americano.

Em seu famoso texto *Necessidade de mães, necessidade de pais* (1995), Strather se propõe pensar o que significa a maternidade como uma forma de relação social. Para tal, discute o caso da síndrome do nascimento virgem, assunto bastante presente na mídia inglesa no ano de 1991 e que evidencia alguns elementos importantes para pensarmos os modelos de reprodução, parentesco, filiação e consanguinidade como relações sociais.

É, na perspectiva deste texto, a demanda de mulheres virgens por filhos subsidiados pela tecnologia reprodutiva que questiona o modelo euro-americano de reprodução e a desvinculação entre sexo e maternidade aparece como um problema totalmente diferente. Ao mesmo tempo a autora propõe pensar os relatos etnográficos das Ilhas Trobriand, onde a concepção de reprodução não era pensada como dependente das relações sexuais, incitando-nos a vislumbrar outro modo de pensar a reprodução e os modelos de parentesco.

Existem, pois, realidades que nos auxiliam a compreensão de que outros modelos de parentesco, filiação e família são possíveis. Encontrei, dentre as mulheres pesquisadas, dois casais que haviam recorrido a técnicas de reprodução assistida baseada na troca de óvulos

³⁰Primeira criança a nascer fruto de reprodução assistida

entre as mães e um casal que intencionava recorrer a esta prática após o nascimento do primeiro filho resultado de inseminação artificial regular.

Destaco que este arranjo, por suscitar fantasmas frente a manipulações genéticas e por estar relacionado ao uso de útero de aluguel costuma impor a necessidade de aprovação pelos Conselhos Regionais de Medicina (CRM). Entretanto um dos casais pioneiros no uso desta técnica não foi cobrado pela autorização do CRM:

*Uma amiga nossa que trabalha no hospital Santa Joana falou: “olha, lá no hospital eles fazem inseminação artificial, por que você não marca essa consulta?”. Falei Ah, vamo né? Acho que quando você não tem pressa as coisas acontecem, quando você tem pressa parece que dá tudo errado. Aí ela foi numa consulta, eu não pude ir. Ela voltou meio que arrasada, mas com um pontinho de esperança. Ela falou: olha o médico falou que realmente eu sou infértil, não produzo nenhum óvulo, o que eu produzo não é suficiente e não tem qualidade. Porém, ele sugeriu: **Será que a M não doa pra você? Ela Falou: Ah... eu acho que doa.. E aí eu gostei da ideia. Falei: Olha, é uma forma das duas terem uma participação biológica. Biológica no sentido que eu vou doar o ovulo e você vai gestar. Então, legal, vamos fazer? Vamos!** (Grifos meus).*

Assim foi feito e o casal tem um casal de gêmeos com mais de três anos. Já o casal de mulheres entrevistado no Nordeste relatou uma história mais cheia de percalços no que se refere a troca de óvulos.

*Antes de fazer aqui em Natal a gente foi pra São Paulo. A gente visitou várias clínicas em São Paulo, foi a várias consultas e lá todas se recusaram a fazer desta forma. Por quê? Já tinha sido feito antes, tem um caso bem conhecido que é M e A (narrativa acima) que elas fizeram. **Elas fizeram porque a legislação estava meio solta né, não dizia que podia nem que não podia. Logo depois que elas fizeram, uma delas realmente tinha um problema que não podia gerar, logo depois que elas fizeram houve um escândalo lá com um médico famoso e aí o Conselho***

Regional de Medicina começou a apertar a fiscalização então as clínicas não estavam mais dispostas a fazer isso sem a autorização do Conselho para cada caso específico. E quando a gente foi lá em São Paulo a gente teria que dar entrada no Conselho e tal, todos os médicos que a gente foi. O mesmo que fez o delas, que a gente viu na reportagem e procurou ele, Dr ... e aí a gente foi nele e ele falou que ele já tinha uns seis pedidos como o nosso no Conselho e que se eles fossem aprovados ele ia fazer os outros, então a gente não precisaria dar entrada neste momento. Logo depois que a nossa tentativa falhou aqui foi aprovado (em SP) para fazer essa que eles chamam de ovodoação, não sei, esqueci, é...foi aprovado e eles começaram a fazer(Grifos meus).

Mesmo com as dificuldades percebe-se que estas práticas são recorrentes, ver, por exemplo, o alto número de pedido ao CRM relatado pelo médico. A resposta para esta questão talvez seja encontrada na certeza que este método parece dar sobre a dupla participação na concepção da criança. Assim, as preocupações que movem os desejos frente as trocas de óvulos continuam deitando suas bases sobre pressupostos biologizados do parentesco, expresso também em termos de similaridades físicas e semelhança genética, como bem destacam:

A gente ficou sabendo, não sei como, acho que pesquisando e essas coisas que a gente via de outras, na internet. A gente entrou num grupo chamado Pequena Sementeira e a gente viu a questão da troca de óvulos e isso nos deixou muito assim: teve tudo a ver com a gente. A gente pensou: meu deus é isso que a gente quer, né? Ter um filho assim, com as características da outra pessoa é muito, é muito atraente. E então a gente resolveu fazer isso e a gente no início teve dificuldade de encontrar uma maneira de fazer por causa da barreira do, exatamente dessa troca de óvulos então é... de acordo com, por causa das leis, enfim, tudo isso a gente não podia fazer essa troca porque nós não somos consideradas parentes né, de primeiro grau então, primeira

coisa que a gente fez foi encontramos uma médica aqui em Natal e a gente conversou com ela e contou o que a gente queria fazer. Ela nos disse que entrou com um pedido ao CRM daqui do Rio Grande do Norte para que o procedimento fosse aprovado.

Então foram meus óvulos, eu fiz a inseminação e foi feita a coleta dos óvulos e foi transferido para ela e implantado nela. Só que aí deu negativo (Grifos meus).

Contudo, mesmo que com bases biológica (ideais ou não) é a própria biologia que está em jogo, é ela responsável pela parodia da norma, como bem nos informava Butler (1996). A tentativa de assemelhar-se incorre em algo diferente que faz saltar aos olhos a incapacidade da norma de ser geral. Aqui vemos a biologia manipulada, confeccionada. A natureza moldada pela cultura deixa ver mais uma vez, quão fluída é mesma essa construção.

Assim como a questão polêmica do nascimento virgem, as novas técnicas reprodutivas e em com mais ênfases o casos de trocas de doação de óvulos entre as parelhas do casal tratam de evidenciar como a reprodução, as relações de maternidade e também de paternidade são constructos relevantes pelas relações que criam, não devendo ser tomados apenas em termos biológicos. Tais novas práticas revelam, ao fim, a dissolubilidade do modelo cristalizado euro-americano de parentesco que prima pela dicotomia homem e mulher e pelas relações hierárquicas de gênero na elaboração das relações de parentesco.

As técnicas reprodutivas tornam-se emblemáticas nos estudos sobre gênero e reprodução por demonstrarem através de avançadas técnicas de manipulação de gametas e embriões a fluidez da genética, do sanguíneo e do biológico. Elas abrem caminho, neste sentido, para romper com a imutabilidade das antigas concepções (TAMANINI, 2003). Parafrazeando Judith Butler (1990),

Somente a partir de uma posição de desnaturalização consciente podemos ver como a aparência da naturalidade é ela própria constituída. O estranho, o incoerente, aquilo que está fora, nos permite compreender como se constroem certas certezas sobre a categorização sexual, na verdade, como aquilo que bem poderia

ser construído diferentemente.(BUTLER,1990, p.110)

Deste modo, apresento um interessante *post* publicado no blog “Nossa família colorida” que versa justamente sobre esta questão do rearranjo genético que implica na construção de uma matriz da norma de gênero rival, ou subversiva que nos coloca a pensar: que tipo de repetição subversiva das normas de gênero poderia questionar a própria prática reguladora da identidade?

Um bebê gerado a partir de 2 óvulos?



É, gente, a coisa é séria! Parece que a ciência anda avançando muito a favor dos casais de mulheres, afinal! Cientistas na Alemanha anunciaram hoje que conseguiram criar esperma em laboratório. Claro que não disseram nada sobre isso ser usado para gerar um bebê de 2 mulheres, mas, para um bom entendedor...! Se é possível criar um espermatozóide e inserir nele o núcleo de um outro espermatozóide que não funciona, por que não inserir o núcleo de um óvulo, e, assim, fertilizar outro óvulo, dando origem a um bebê (uma menina, óbvio) filha biologicamente de 2 mulheres?!

Não é fantástico?!

Eu, sinceramente, torço ferrenhamente para que as pesquisas avancem e logo isso seja possível. Eu com certeza utilizaria desse método, claro, se for financeiramente viável.

Chamaria, então, essas práticas de dupla maternidade de atos corporais subversivos, por estarem conscientemente propondo um estreitamento de fronteiras excessivamente rígidas e fixas? Sim, gostaria de dar destaque a outras formas de construção do gênero/sexualidade/desejo/reprodução habitantes em um mundo viável, abandonando o espectro da abjeção. A norma de gênero é passível de ser questionada, ganhando relevo neste cenário a construção política de identidades.

A abertura do olhar à percepção daquilo que desloca em meio a correntes tentativas de reencaixar o que parecia deslocar acaba, entretanto, reiterando as normas neste complexo aperta e afrouxa das relações e construções. Deixo de lado, neste aprendizado, uma visão engessada do campo de pesquisa e dos sujeitos envolvidos nele em troca de um refinamento do olhar, atento a estas práticas que circulam e recirculam os próprios constructos pelos quais os gêneros são mobilizados (BUTLER, 2003).

Estas novas práticas também podem visibilizar novas ações e costumes que desvinculem a mulher do mundo biológico marcado pela identidade fixada em seu corpo essencializado. Algumas teóricas feministas já apresentam reflexões preocupadas em elucidar estas dinâmicas fluidas onde as identidades se constroem em cada movimento e etapa. Se já nos demos conta da fluidez da genética, do sanguíneo e do biológico é possível romper com a imutabilidade das antigas concepções (TAMANINI, 2003).

As clínicas, portanto, não são um “ponto de alfinete no mundo”. Elas expandem práticas, mercados e delimitam novos vínculos entre sexualidade e reprodução, que se vão para domínios, que não são heteronormativos, e que sequer se referem à sexualidade (TAMANINI, 2012). Estas práticas que ganham vida nas clínicas de reprodução assistida implodem o modelo corrente de parentesco baseada na dualidade dos sexos, complexificando, de vez, todo o debate sobre o que é afinal natural e cultural. No bojo destas re-significações a desnaturalização do parentesco nos informa que a ordem simbólica é ela também re-significada.

Vê-se então, que se as tecnologias reprodutivas no Brasil não são proibidas a casais homossexuais os empecilhos para a realização e reconhecimento da parentalidade lésbica fundam-se em outros lugares. Antes de repousarem na impossibilidade de acesso às tecnologias reprodutivas, encontram-se em outros entremeios. Destaco de antemão a legislação, por sua falta de regulamentação precisa sobre estes procedimentos e em especial no que toca as barreiras, ainda muito mais

sedimentadas que no campo da reprodução assistida, da adoção por casais homossexuais no país. Emergem, neste cenário apregoados aos impedimentos da realização da parentalidade lésbica e somando às dificuldades de acesso a adoção os altos custos implicados no uso de tais tecnologias.

Grande parte dos depoimentos sobre a busca pelas novas tecnologias reprodutivas são marcados por referências aos altos custos e ao peso desta prerrogativa na vida material e sobre o processo subjetivo da escolha por este procedimento:

*Sabe um ponto que eu acho importante te falar ó: foram muitas tentativas e o processo mudou do passado pra cá. **E essa é uma opção caríssima e que a gente não é rica. E que a gente não tem. A gente se endivida toda para fazer** (Grifos meus).
Escolhemos um que tinha as características da A, **pagamos caro por isso. Caro porque é caro. Um sêmen hoje em torno de 2 mil reais. E... Existia a possibilidade do tratamento não dar certo pela infertilidade da A pelos problemas, né, que ela tinha** (Grifos meus).*

Mesmo os casais que foram atendidos por clínicas públicas, ou que tiveram seus tratamentos subsidiados por programas de assistência a casais com dificuldades de reprodução³¹ tiveram que desembolsar alguma quantia, em especial para a compra do sêmen doado e de alguns remédios que não são inclusos no custeio do tratamento:

Pagamos caro por isso. Caro porque é caro. Um sêmen hoje em torno de 2 mil reais.

A singularidade de acesso às tecnologias reprodutivas ganha um recorte especial no Brasil: o poder aquisitivo. Se as marcas da diferença não são dadas pela orientação sexual das futuras mães, são dadas pela classe social. Fica aqui visível, mais um eixo de subordinação que se conecta nesta multifacetada realidade que se configura na teia de relação entre homossexualidade e família.

³¹<http://www.probem.med.br/acesso/Index.aspx>

No Brasil se está diante, mais de uma impossibilidade de acesso frente ao dinheiro que frente a orientação sexual do casal e esta talvez seja uma grande singularidade da reprodução assistida no Brasil.

Tudo que a gente tem é a base de suor, sofrimento, muito embate, a gente não quer isso.

Anna: é o dobro do esforço?

*É, não é fácil. A gente vai levando. Tanto é que pra gente ter um filho, o custo do tratamento. Hoje a reprodução assistida apesar de já ter caído bastante o valor... Então é tudo assim é muito... **Você vê que os homossexuais parece que precisam dispor de muito dinheiro pra fazer as coisas, é a impressão que eu tenho.** Porque tudo é muito difícil, qualquer coisa que você queira é muito difícil, pra você sair e ter respeito da sua família você tem que se manter sozinho, pra você não depender dos seus pais pra eles não te jogarem na cara, não te jogarem na rua, é tudo assim, você precisa estar se superando o tempo todo não é? (Grifos meus)*

A classe social, ou a disponibilidade de dinheiro para acessar as tecnologias reprodutivas parece ser o grande marcador de quem pode ou não beneficiar-se destas técnicas. Essa imposição pode ser pensada em termos de uma divisão entre aqueles que são cidadãos biomédicos/daqueles que não são (THOMPSON, 2005).

Capítulo 4 - Entre a mídia e a lei: a maternidade como fonte de mudanças.

O reconhecimento da dupla maternidade no Brasil, caminhos para reinvenções

Até aqui vim num contínuo processo de tentar demonstrar o que se prende e o que se solta das tradicionais premissas de parentesco, família e conjugalidade de mulheres lésbicas no Brasil. É neste capítulo que pretendo abordar diretamente os modos como as fronteiras rígidas de alguns pressupostos tradicionalistas e heterocentrados que influem nestas questões mencionadas acima são borradas.

Deixando, por hora, de lado as discussões sobre a hegemonia da biologia trago ao centro do debate a figura da mãe não biológica. É por meio dela e de suas reivindicações pelo reconhecimento de seu lugar enquanto mãe que se entrevê os lugares socialmente construídos da família, filiação e parentesco.

Destaco, como bem já mencionei antes, que as particularidades da maternidade lésbica nesta pesquisa ligam-se a construção deste vínculo através de relações conjugais estáveis e de um projeto comum de família e filiação. Distingue-se, deste modo, de outros arranjos familiares nos quais se envolvem mulheres lésbicas, como é o caso daquelas que tem filhos em relações heterossexuais anteriores à homoconjugalidade. Nos casos aqui expostos a maternidade é construída tendo como premissa a existência de duas mães. A filiação é planejada, como também o é a busca pelas clínicas de reprodução assistida e as decisões sobre quem engravida, quem engravida primeiro ou quem nunca irá engravidar. A biologia é negociada no processo preciso de realização dessa família homoparental. As falas como as abaixo vem explicitar essa noção de que a filiação se constrói da dualidade destas maternidades, pensadas, criadas e vividas a duas:

*Eu acho que esse ser já estava ancorado nessa família [...] Todas as ocasiões que eu tenha pra falar eu digo assim ó: eu poderia ter tido vários filhos com vários parceiros homens, até com outras mulheres, **mas L é meu filho com Franciele** e eu defendo isso até quando eu não poder mais, mesmo separada, seja como for eu vou lutar pelo direito que os dois tem de ter o outro (Grifos meus).*

A biologia não tem participação em qualquer tipo de hierarquização das mães. O projeto da maternidade e o desejo comum sobressaem enquanto elementos de validação da relação, mais que a conexão genética.

No entanto, após o nascimento da criança, ou mesmo frente a realidade da gestação a mãe não biológica vê seu lugar ficar, tantas vezes, a margem. O cotidiano impõe restrições àquela que não gestou, que não consta na certidão de nascimento, ou seja, que não tem vínculo legal com a criança. Sem esse reconhecimento a sua legitimidade enquanto mãe é posta em xeque em situações concretas onde o apelo a mãe biológica é incidente.

*Quando L nasceu eu não tinha, não me deparei nunca em me preocupar com a questão jurídica e direito, minha preocupação era afetiva, mas existe essa, essa, um transtorno que é, o que que **Franciele é de L?** Porque o médico eu que tinha que ir pra assinar (Grifos meus).*

Essa realidade, impõem-se com dureza sobre as representações da co-mãe, que se vê tantas vezes questionada ao não encontrar facilmente legitimidade para seu exercício parental de mãe. Assim, a pergunta sobre a validade de sua maternidade ganha terreno:

*Quando faltava dois meses pras crianças nascerem veio uma insegurança no sentido de que, **perai, quem que vai ser a mãe legítima?** (Grifos meus).*

Com estas interrogações circulando e se impondo sobre as relações sociais/afetivas da maternidade que as mães não biológicas estavam experienciando ou ansiando surge a necessidade de um reconhecimento de seu lugar. As investidas se voltam para o reconhecimento legal deste vínculo através do que se convencionalizou hoje chamar de dupla maternidade - processo jurídico no qual a mãe não biológica adota o filho da parceira sem que com isso a mãe biológica perca o poder familiar.

Parece que o reconhecimento legal acalma as ansiedades da mãe não biológica, abrindo portas para o reconhecimento social, tantas vezes distantes em certas instâncias. A obtenção deste reconhecimento válida ou legítima esta família e a circunscreve de vez no desejado rol das

“famílias como as outras”. A legalização dos direitos parentais da mãe não biológica corre como uma relevante validação pública desta relação e demonstra-nos uma emaranhada teia onde o peso da maternidade se constrói em dois vieses: biológico e social.

Quando a gente entrou na justiça, foi pensando assim: é... Tá essa pessoa a gente trouxe ao mundo juntas.

Ainda que esteja falando de casos de sucesso, no Brasil não há legislação sobre a dupla maternidade. Cada casal entra na justiça, assessorado muitas por advogados, com o pedido deste reconhecimento.

Um dos casais entrevistados parece ter sido pioneiro nesta jornada e relatam que essa não foi uma etapa fácil. Comentam sobre os percalços que passaram quando começaram a conversar com um promotor, na cidade onde moram, sobre a possibilidade deste pedido de registro dos filhos no nome das duas mães.

Estava claro que a gente iria entrar com o pedido de registro dos dois e foi uma conversa longa, respeitosa e tal, mas deprimente. Eu não tinha ideia de que o direito era tão... Ele se diz laico, mas ele não é. Porque na medida em que ele usa o recurso da biologia, homem, mulher, procriação, pai e mãe ele vive de um elemento bíblico. Tanto que esse promotor perguntou assim pra mim, pra nós, como que ele falou? Vocês estão indo contra a lei da gravidade, vocês estão querendo inverter a lógica do casal [...] isso mexe demais com os nossos conceitos e aí ele: me traga textos e tal pra eu ler. Mas nós não acompanhamos até o fim (Grifos meus).

Na segunda procura do casal pelo registro, deram entrada ao processo em outra cidade, a fala a seguir relata mais esta etapa:

A advogada nos orientou que seria um pedido de direito alternativo e do direito que esta afim de levar essa discussão a diante: provas concretas de que esse casal tem um situação pública, de que ele não vive as escondidas enfim, e nós tinha isso a dar com pau, fotos de formaturas que a gente

sempre tava junta, o próprio casamento que era a maior prova pública aí.

*A gente entrou [já na sala do juiz] a advogada pediu que eles entrassem junto. E aí era um momento bem daqueles formais assim. A promotora, a gente se engana, era uma mulher, uma jovem de 30 e poucos anos e ela, todo o relato que a gente fez, sensível, ela não teve reação nenhuma, ela se posicionou contra. **O juiz, tava nas mãos deles né porque era uma jurisprudência, não tem lei nenhuma que legitime isso** (Grifos meus).*

Sem parâmetros para o julgamento destes pedidos, cada caso é julgado de modo diferente. O casal que não teve tão rápido a mesma felicidade do casal acima, passaram algum tempo lutando pela dupla maternidade sem conseguir.

*O juiz falou: não! vai registrar só no nome da Adriana, da Mônica não! E foi um dia muito triste. E a gente lutando por isso. Por que que não? Se tem a participação das duas, por que que não? (juiz) - Não as reconheço como um casal e não as reconheço como uma família. Aí que a gente foi com todas as pedras pra cima, né? Encontramos vários casais na mesma situação, sofrendo as mesmas humilhações que a gente, humilhações por parte do sistema judiciário. Na rua era só admiração. E aí chegava na hora de uma audiência a gente ouvia que a gente não era uma família, que isso a constituição não previa, uma serie de coisas. **Até porque cada juiz, ele interpreta a lei de um jeito e ele que dá o veredito dele.** Com essa sensação de impotência, a minha aumentou tremenda. Como que um juiz que nem me conhece, não conhece os meus filhos, me diz que não somos uma família? (Grifos meus).*

Foi preciso mais de um ano para que o casal finalmente alcançassem o sonho da dupla maternidade. Continua sendo nos interstícios da lei que os direitos são assegurados aos homossexuais.

Ainda assim, as conquistas da dupla maternidade que permitem a mudança das certidões de nascimento da/os filhas/os e a inclusão do sobrenome das duas mães no nome de sua prole são um avanço sem tamanho nas lutas LGBT por direitos civis. A abertura para o registro nas certidões de nascimento de “pais” independentemente do gênero marca, decisivamente, processos de reinvenção dos lugares da parentalidade no Brasil e dá a ver que estas realidades, mais que existentes, estão sendo reconhecidas. Este reconhecimento legal tem um peso significativo mesmo no auto reconhecimento destas relações enquanto família, na construção subjetiva dos significados destas relações, como bem aponta o relato sobre o dia em que recebeu o parecer positivo do juiz frente o pedido a dupla maternidade:

Li, chorei muito, porque o que ele disse foi muito bonito. Ali ele reconhecia sim uma família e frutos de uma família, e que precisavam de reconhecimento.

As famílias homoparentais começam a entrar para o rol de configurações familiares possíveis e protegidas pelo Estado, mesmo que tal acesso cause certo temor de que as relações estejam sendo permeadas em exagero por instâncias estatais (BUTLER,2003).

Embora este caminho não se siga de forma linear, como bem relatam ao inferirem sobre as muitas conquistas ainda por vir no que tange a legislação brasileira e os direitos das populações LGBT:

A: É, a legislação traria muito mais sossego, né? Pra parte porque você tem que procurar o judiciário, isso tem custos. Você tem que contratar um advogado pra você defender os seus direitos, você tem a demora.

C: precisaria pra você ter isso aí de uma forma mais fácil né, porque em termos de inovação de direitos, praticamente todos já existem.

A: mas existem na jurisprudência.

C: na jurisprudência, não teria uma lei que inove algum direito. Ela simplesmente estabeleceria e reconheceria como uma... mas em termos de inovação e direito não da pra dizer que falta alguma coisa porque praticamente tudo está reconhecido hoje.

A: no judiciário. Porque foi o que te falei os entraves estão aí [...], lógico é um facilitador a gente parte do pressuposto que a situação enfática existe ela é real, então a sociedade tem que, a legislativo tem que acompanhar a sociedade,

É lógico que a gente gostaria de fazer a eu quero me casar então eu vou até o cartório apresento a documentação, como qualquer casal heterossexua,. Você tem que por a mão no bolso, eu acho injusto, então a legislação acho que é fundamental, mas o que eu a gente vê não é uma mobilização nesse sentido. Ainda bem que teve o Supremo Tribunal Federal que reconheceu isso, mas é uma jurisprudência não é legal, não é... não existe lei, eu acho que a lei seria fundamental. Ajudaria

Que hoje a gente vê aí decisões né, casais que estão conseguindo casar, dupla maternidade, mas você tem que recorrer ao judiciário, isso que a gente gostaria que mudasse, é mesmo direito que um casal heterossexual tem eu acho que deveria ser estendido para qualquer situação real. Não adianta falar que isso não existe porque existe. O estado tem que dar proteção a pra todos de uma forma igualitária. É, eu acho que já votou muito avanço, mas ainda precisa mais. Não é fácil né, tem muita discriminação, não é nosso caso, mas tem muita discriminação Brasil a fora. E acho isso... uma legislação eu acho que serviria para inclusive mitigar, diminuir essas agressões, esses homicídios, essas discriminações (Grifos meus).

Mesmo com estas paredes ainda contornando o reconhecimento das famílias homoparentais, a simples posição de luta destes casais, a busca pelo reconhecimento de suas relações e o embate com o sistema posto marca um interessante caminho de instrumentalização destas mulheres no que se refere a luta por direitos civis. O engajamento no reconhecimento de suas relações revela o quanto ainda precisamos entender que o privado é também político.

Blogs e redes sociais: a internet como ferramenta de empoderamento.

Os casais lésbicos estão engajando-se em lutas e discussões que tem impacto direto sobre processos democráticos relacionados à busca de pessoas homossexuais por direitos. Tais eventos me levam a indagar como estas mulheres entram neste universo de reivindicações, lutas e estratégias tendo biografias que quase nunca andam ao lado de movimentos sociais ou de movimentos lésbicos e/ou homossexuais. É certo que estes movimentos têm um forte peso na transmissão de conhecimentos e aparatos importantes para o engajamento e luta por direitos. Entretanto, observo que os casais aqui tomados como referência estão munidos de todo esse conhecimento e assim, infiro que todo esse aparato deve circular também de outros modos, para além das salas de formação dos movimentos sociais.

Não foi pra minha surpresa descobrir que todo esse universo de práticas, leis, informações, formações e debates circulam justamente nos mesmos lugares onde as encontrei, atestando, ao menos para mim, a eficácia deste meio de comunicação: a internet.

É este universo virtual, assente nos blog ou em comunidades formadas em redes sociais que fazem conversar escritos e pessoas, via internet ou, tantas vezes, mobilizando encontros pessoais, fazendo circular ideias, sentimentos, amizades e discussões online e off-line. Uma extensa rede de relações se forma nestes espaços. Uma organização voltada à discussão de algumas temáticas como lesbianidade, família, homoparentalidade, direitos homossexuais e lutas por igualdade de acesso ao casamento e à família. Trata-se, a meu ver, de uma rede de “*militância*” lésbica viva no ciberespaço, em prol da família, marcando acentuadamente processos de identidades lésbicas e lutas por direitos. Ainda que não se definam enquanto militantes, tais mulheres com certeza apregoam importância cidadã às informações, conversas e trocas que estabelecem nestes grupos.

É o caso exemplar de um casal entrevistado, que decidiu, após a vitória no processo da dupla maternidade, criar um blog onde relatam detalhadamente os meandros do processo em que se envolveram para a garantia do direito a maternidade:

Aí quando a gente entrou na justiça para na certidão de L ter duas mães, né? Pra gente obter esse reconhecimento aí eu falei: não, agora a gente vai fazer o blog.

[...]

A gente acabou conhecendo algumas pessoas do blog né e quando saiu a certidão, o processo e a gente divulgou isso, nossa a quantidade de pessoas que chegava até a gente, eu não tinha noção do que o blog iria proporcionar porque as pessoas procuram né e a gente não tem tanta informação. Então a gente começou a mandar o processo pra todo mundo. Todo mundo que pedia a gente mandava e a gente não tinha esse arquivo scaneado, quer dizer, a gente tentou escanear, mas ele ficava pesado não ia por e-mail de jeito nenhum. Foi tirada copia aí, quando forem pedindo a gente manda e a gente disponibiliza o processo de uma forma de contribuir, de alguma forma com a sociedade (Grifos meus).

Fica evidente, nestas falas e na constância de suas participações em discussões, fóruns e bate papos a militância destas que não se dizem militantes. Arrogo que pela visibilidade que buscam e que encontram, estes casais praticam sim alguma forma de militância, que pode ser pensada como uma ação que tem como objetivo estabelecer uma igualdade de direitos (DESCOUTURES,2010).

Camila Pinheiro Medeiros (2004) em seu trabalho de conclusão de curso aponta que parece haver uma distinção no que tange o posicionamento político da família homoparental e da exposição da lesbianidade daquelas que são e não são vinculadas aos movimentos sociais. Camila afirma que, de modo geral, as mulheres não ligadas aos movimentos sociais ou as não militantes corroboram a lógica do “não precisa ficar falando a toda hora” (MEDEIROS, 2004 p) e assim reivindicam para si e para sua família um lugar de normalidade e adaptação a um meio social homofóbico.

Se militância configura ter de “estar falando” reivindicado para os blogs e comunidades das redes sociais o lugar de espaço de militância. Esses diários virtuais são escritos no intuito de comunicar e fazer circular a história de vida dessas mulheres, os percursos de uma vida homossexual, a construção de relações conjugais e o desejo pela construção de famílias. Apresenta-se que estes diários virtuais estão recheados de discussões sobre a construção de identidades lésbicas e sobre a necessidade de tornar pública a existência destas mulheres, destes casais e dessas famílias “coloridas”, dando suporte para tantas outras mulheres que vivenciam realidades similares.

Por outro lado, se militância se faz através da participação ativa em um movimento, destaco que a participação nesta pesquisa, ao menos na visão das entrevistadas, configura-se como um ato engajado. Falar de sua homossexualidade pode inclusive ser um ato militante, como informa Descoutures:

“L’homosexuel qui parle de sa vie ‘privée’ rompt la situation ‘normale’ puisque celle-ci définit comme telle par le fait que, ‘normalement’ comme on dit dans le langage de tous les jours, l’homosexualité n’est pas decible ou, ce qui n’est pas très différent, n’est pas souvent dite” (DESCOTURES, 2010, p.135).

Neste sentido, esses espaços virtuais são reveladores no que toca a necessidade de evidenciar a possibilidade real de homossexuais construírem projetos familiares e de filiação. Bem como discutem abertamente sobre os procedimentos possíveis para a consecução da maternidade e da conquista legal do reconhecimento da dupla maternidade. Apontam quais foram as estratégias utilizadas, revelam quais procedimentos de reprodução assistida utilizadas narrando acontecimentos pessoais e experiências com clínicas e médicos específicos, dando dicas de qual clínica procurar, do valor pago, dos problemas enfrentados.

Além deste lugar, estes blogs e comunidades também cumprem o papel do encontro entre as famílias. Possibilitando a aceitação de si e de sua família impelem a discussão aberta sobre reconfigurações familiares, sobre a necessidade de adequações jurídicas para estas realidades e nos dão a ver como estão sendo constantemente construídas, remodeladas, classificadas e pensadas os modelos estabelecido de parentesco, parentalidade e família.

Falar de filhos, família e casamento apresenta-se como estratégia de luta e de combate. Neste sentido, não se pode deixar de falar que estes blogs referenciam práticas familiares e parentais que contribuem para um estreitamento de fronteiras excessivamente rígidas e fixas, demonstrando outras formas de construção do gênero e sexualidade habitantes em um mundo viável, abandonando o espectro da abjeção. A norma de gênero é passível de ser questionada, ganhando relevo neste cenário virtual, não por isso menos real, a construção política das identidades. Constituído-se, desta forma, importantes espaços de organização e porque não, militância. Para finalizar, Virginie Descoutiers alega que estas práticas de visibilização do espaço íntimo

não devem ser compreendidas apenas como ações pessoais, mas antes como locus de um modelo coletivo de ação.

Ainsi, si le mouvement homosexuel a pu compter sur cette première assertion: ‘le personnel est politique’, pour faire entrer dans les débats politiques la vie privée, il peut maintenant faire sienne cette seconde: ‘les politique est aussi personnel (DESCOTURES, 2010, p.135)

A internet emerge, de tal maneira, enquanto elemento capaz de operar uma verdadeira revolução ao possibilitar o aparecimento de redes de conexão entre casais lésbicos, cooperando, portanto, para o fim do silêncio e das clandestinidades.

Lesbianidade e maternidade na pauta do dia

Venho apontando, ao longo desse trabalho, que a visibilidade é um ponto central nos debates que cercam as lesbianidades e, por conseguinte, a maternidade lésbica. Parece que publicizar o privado é uma das estratégias mais fortes destas mulheres para verem suas famílias reconhecidas e suas relações homoafetivas/homoeróticas longe do estigma, preconceito e de ataques lésbofóbicos. Os diários virtuais (blogs), a participação e o fomento de comunidades nas redes sociais cumpre bem esta função de fazer circular uma realidade, que por vezes ainda persiste em existir por detrás das cortinas. Todavia, há, neste rol de estratégias de publicização uma mais poderosa que os blogs e redes sociais: os telejornais, os grandes jornais impressos e suas páginas virtuais, todos com grande entrada na casa de um largo público.

Sabemos que a homossexualidade aparece na grande mídia sempre em que há algum acontecimento motivador. E aqui, os casamentos, o reconhecimento da dupla maternidade e as aprovações dos Conselhos Regionais de Medicina sobre as doações óvulos entre parceiras são os destaques. Aparecendo como “notícias” esses eventos circulam na grande mídia induzindo ao debate que é introduzido nos cotidianos. Lembro a importância que a mídia tem na mediação de algumas discussões que assentam acessos e legitimação de diversificados modos de vida frente uma gama variada de destinatários. É esta qualidade da grande mídia em fazer ver e gerar debates com grande repercussão que seduz os casais. Na tentativa de fazer ver a

diversificada gama de organizações familiares possíveis, eles correm na tarefa de publicizar suas histórias. Uma entrevistada comenta que sua principal motivação para conceder as entrevistas que a tornaram nacionalmente conhecida foi mostrar ao país que as famílias homoparentais existem, que são possíveis:

*Agora porque a gente tornou público? A gente passou duas madrugadas adentro pensando porque faríamos isso, porque quando saiu a resposta positiva (sobre a dupla maternidade) a advogada ligou: então pode ser segredo de estado, mas sabe que isso fura na mídia, mas vocês tem a opção de não dar entrevista nenhuma [...] ela disse: bom, vocês foram adiante e conseguiram, mas e o Zé ninguém, né? Que não tem argumentos e quer esse direito de cidadania? Ele vai chegar aí? Não né? Ele vai fazer escondido, ele vai passar risco de vida, ele vai fazer caseiro. Ou ele vai ficar lá no armário né, vai ficar na casinha dele, ele não vai viver. Isso nos tocou muito enquanto cidadãos assim. Por nós não tinha pra que ser. Nós ganhamos a questão, pra que? Se expor? Neste ponto a B é mais pimentinha ela é mais, sabe, dessas coisas, mas eu achei que também tinha uma função e aí foi que a gente tornou público. E possibilitou muitos diálogos, muita inovação achoque a coisa assim das escolas, especialista infantil que fale sobre isso. **Precisa ter mais relatos de experiências e né, pra não ser exceção, pra não ser casos especiais, não! Uma família diferente, mas ela é uma família, algo assim** (Grifos meus).*

A mídia aparece como um *locus* de produção de saberes e formas de comunicar o que é masculino e feminino ou, até, o que é uma família. Os modos como são expostos os gêneros, orientações sexuais e o valor que lhes são atribuídos recaem em manutenções ou subversões de comportamentos e sentimentos que dão alicerces para moldar vidas de homens e mulheres. Como bem ressalta a fala abaixo sobre entrevistas concedidas que tinham a intenção de informar o grande público de leitores, telespectadores sobre estas famílias, sobre estes arranjos familiares não hegemônicos:

....nesse processo, por própria sugestão da nossa advogada, falou: olha a gente tem que dar um jeito de sensibilizar as pessoas. O povo acha que família é pai, mãe e filho, e não é assim. Bota as caras aí. Entrevista, televisão, tal. Entao, por sugestão da advogada demos as entrevistas. E realmente sensibilizou muita gente, muita gente se viu na mesma situação, ou um parente igual ou um conhecido igual, ou um filho (Grifos meus).

A mídia e a visibilidade alcançada através dela servem para desestabilizar as noções correntes de que as famílias formadas por pessoas do mesmo sexo são minoritárias e devem permanecer em silêncio, a margem da norma, sem impor transformações ao modelo vigente. A aparição nestas esferas públicas vem demonstrar que a homossexualidade não quer pertencer mais ao espaço do não dito, embora esse seja o lugar onde muitos ainda desejam aloca-la, como revela o depoimento sobre o impacto da sua entrevista sobre a sua gravidez para um veículo midiático de circulação nacional:

Embora a aceitação seja de quase toda a família, quando a maternidade foi exposta nos meios midiáticos, ouvi minha irmã dizer que se tratava de uma “vergonha” e não algo a ser exposto, não obstante ouvi muitas pessoas da esfera profissional me parabenizarem pelo ato “heróico” e “corajoso” da exposição, como se eu expusesse algum “defeito” meu.

Mesmo com as barreiras que persistem, as conquistas de direitos por casais de mulheres lésbicas tornando-se notícia e alçando o lugar de fala é revelador da possibilidade e abertura para novas práticas. Observo que os veículos midiáticos tem contribuído para a construção, ou debate das parentalidade, famílias e sexualidades enquanto questões sociais.

É a própria entrevistada que refletindo sobre o impacto de suas conquistas e da grande visibilidade que teve durante todo o processo de reconhecimento da dupla maternidade quem salienta:

E daí, de lá pra cá, muita gente cria um pouco de coragem pra ter sua própria família, pra tentar, pra conseguir. Às vezes é difícil você se assumir pra si mesmo, quem dirá pros outros, quem dirá

pra sociedade. Mas quando alguém já vai mostrando o caminho: olha pode vir por aqui porque tá mais seguro. Você não tem ideia de quantas pessoas vieram falar com a gente, é uma luz no fim do túnel né (Grifos meus).

Defendo, que estas reportagens e entrevistas concedidas a grandes veículos midiáticos tem um poder transformador por informarem que as bases do parentesco e das relações familiares não estão fundadas somente na biologia. Logo, antes de mimese de relações biológicas o parentesco e a filiação são relações sociais e simbólicas, passíveis, portanto de transformações e re-significação. A visibilidade da dupla maternidade, e dos processos de reprodução assistida por lésbicas somam à importante tarefa de desnaturalização de relações sociais instituídas no processo criativo que é a cultura. Se podemos ter duas mães reconhecidas legalmente perante o direito brasileiro significa que as campos da heteronormatividade já estão sendo minados e que os caminhos para a igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais avança, mesmo que lentamente.

Paradoxalmente a maternidade configura-se então como uma das grandes chaves para saída do armário destas e de tantas mulheres lésbicas. Configurando-se enquanto “ato primordial de libertação, simultaneamente auto constitutivo do sujeito e politizador da identidade” (ALMEIDA, 2012, p.22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, pretendo aqui, apresentar algumas pistas de pesquisa que nascem do fim desta investigação sobre maternidades lésbicas no Brasil. O que demonstrei ao longo de todo este trabalho foi a existência efetiva e as vivências daquelas que põem a conversar as experiências identitárias da lesbianidade com a da maternidade. Este entrelace real desloca, em diferentes âmbitos, as representações sociais que só viam antagonismo entre estes dois universos. As pesquisas acadêmicas preocupadas com esta temática têm que partir deste ponto real da conjugação entre homossexualidade e parentalidade, os grupos de militância têm adicionado a temática à pauta de reivindicações e a grande mídia tem feito circular informações sobre estas realidades, informando muitas vezes o senso comum de que estas são fatos concretos, vividos cotidianamente pelas mulheres entrevistadas nesta pesquisa, por exemplo.

Há onze anos atrás Flavio Tarnovski (2002) dizia em sua dissertação de mestrado sobre pais gays que se naquele momento se auto identificar enquanto homossexual representava não somente um desvio frente à norma heterocentrada de gênero, mas também implicava na frustração de seus pais sobre o fim da linhagem familiar pela impossibilidade de terem filhos: “É como se, ao assumir uma identidade homossexual, se estivesse afirmando implicitamente: ‘eu sou o fim da linha’” (TARNOVSKI, 2002, p. 100). Agora, em 2013, em nosso trabalho, observamos que as mulheres lésbicas que participaram desta pesquisa reestabelecem essa linha de continuidade no parentesco, ao tornarem-se mães. Mais que isso, ao procurarem por técnicas de reprodução assistida indicam o começo de uma nova linhagem, que se espraia de modo diverso do tradicional modelo de descendência e parentesco brasileiros por se embasar em duas linhagens familiares maternas e não mais em linhagens materna e paterna. A partir dos dados apresentados aqui fica a pergunta: sobre em que estas duas linhagens femininas mudam ou não o sistema de parentesco brasileiro? Uma vez que há forte preocupação destes casais em garantirem a dualidade e reconhecimento de duas linhagens familiares.

Mesmo que nesta pesquisa os moldes familiares distingam-se do tradicional modelo heterossexual de filiação, a preeminência da ininterrupção da linhagem informa que a filiação continua a imperar como elemento decisivo na definição e classificação de família. A conjugalidade parece não ser suficiente para caracterizar uma família. As mulheres entrevistadas nesta pesquisa apontam para a centralidade da

criança para a caracterização da unidade familiar. Indo na contramão do proposto pela norte-americana Kath Weston (1991) onde os amigos constituem a “família que escolhemos”, entre as mulheres lésbicas brasileiras estudadas é o filho que dá sentido à família e que as insere de modo definitivo no universo familiar, tanto na família nuclear quanto extensa.

As tecnologias reprodutivas vêm permitir de modo mais acentuado e intencional, a dupla participação materna na filiação. Ainda que a biologia seja o pano de fundo que orienta as noções de filiação destes casais de mulheres lésbicas, as construções simbólicas sobre a parentalidade não recaem somente sobre a genética. Pesquisas anteriores sobre maternidades lésbicas no Brasil, realizadas no início dos anos 2000, como de Camila Medeiros (2004) e Erica Souza (2005) detiveram-se em casais de mulheres que tinham tido filhos, em sua grande maioria, em casamentos heterossexuais anteriores, como “produção independente” de uma das mulheres do casal ou por adoção. Em muitos dos casos estudados por elas havia uma tensão no interior dos casais e suas respectivas famílias sobre o lugar da mãe social. Observei em minha pesquisa, realizada durante o ano de 2012, que o uso de novas tecnologias reprodutivas conceptivas como forma de acesso à maternidade para mulheres lésbicas, permitiu de forma mais concreta a realização da maternidade como um projeto conjugal. Da mesma forma, trouxe mais concretude à dupla filiação como parte de um projeto familiar mais amplo, no qual as crianças nascidas por estas tecnologias permitem maior integração no seio das famílias de origem das companheiras das mães lésbicas biológicas.

Analisei, ao longo do terceiro capítulo, alguns exemplos de como a biologia é ela mesma manipulada e orquestrada de modo a admitir a dupla maternidade, seja através da troca de óvulos entre as parceiras, seja através do ato simbólico da fertilização do óvulo com a ajuda da mãe que não irá receber o embrião. É, como visto, o artesanato fino das relações familiares e dos múltiplos arranjos simbólicos que este grupo faz da biologia que permite à mãe não biológica existir de forma importante dentro destas famílias homoparentais. Os laços familiares são garantidos, muitas vezes, por meio destas manobras simbólicas no interior dos laboratórios médicos. As co-mães ganham legitimidade e espaço no circuito familiar extenso por constituírem-se de modo efetivo como mães. Este é sem dúvida um ponto importante para futuras pesquisas sobre maternidade lésbica: o lugar da mãe social. Antecipo como ponto relevante que os casais aqui pesquisados não parecem dar

destaque a não conexão biológica desta mãe com o filho, privilegiando a participação da mãe social em todas as etapas da consecução do projeto de maternidade, bem como da criação meticulosa de vínculos e laços entre a mãe e a/o futura/o filha/o, através de fotos, escolha dos nomes, escolha das características do doador de sêmen. Trata-se, sem dúvida de movimento diverso do encontrado em pesquisas sobre mães não biológicas que adotam, afetiva ou legalmente, os filhos anteriores de suas companheiras.

Destaca-se, igualmente, o papel do Direito brasileiro no reconhecimento destas famílias, através das demandas das mães lésbicas de filhos frutos de reprodução assistida que buscam por seus direitos de maternidade legalmente. Acompanhamos na grande mídia os casos de sucesso do reconhecimento legal de laços familiares biológicos e sociais de duas mulheres, com vários casos de dupla maternidade reconhecidos como tal. As respostas positivas referentes às novas possibilidades familiares perante a justiça brasileira têm lançado luz sobre processos de re-significação de noções de parentesco e filiação no campo do senso comum.

Ainda assim, algumas questões permanecem à margem dos debates e regulamentações, como é o caso das doações de gametas, aqui especialmente a questão da doação de sêmen. Ainda que sem uma regra clara sobre estes processos de doação, observamos por parte das resoluções éticas das clínicas, a quase unânime imposição do anonimato do doador. Também durante os processos de reconhecimento da dupla maternidade observamos o medo e os fantasmas em relação ao tabu do incesto para os casos onde o doador é irmão da companheira da mãe biológica. Também observamos a rejeição à modelos de pluriparentalidade, ou seja, o reconhecimento da existência de um pai biológico nos casos em que o doador é um amigo/conhecido do casal. Fica em aberto a questão do quanto as práticas biomédicas das clínicas privadas de reprodução assistida e dos operadores de Direito reproduzem os modelos e tabus do sistema de parentesco brasileiro.

Ainda que a biologia esteja, a todo o momento, sendo manipulada e re-significada, permitindo a abertura de brechas que comportam a “dupla” participação feminina, (mesmo que simbólica), na fecundação, os moldes sociais nos quais se assentam as noções de família renovam o temor frente às transformações e os arranjos que fujam ao modelo estabelecido de biparentalidade e necessidade de pai e mãe, que se revelam de forma aparente inovadora com a aceitação de duas mães. Observa-se que o genético informa novos modelos familiares, mas que o social, ou o Direito, ainda que reconheça novas possibilidades de

filiação e parentesco às circunscreve em um modelo pautado na necessidade de apenas dois pais/mães, ainda que para isso seja necessário “negar” a existência de um terceiro elemento- o doador, sobretudo em casos onde este possa vir a integrar o núcleo familiar pelo reconhecimento social de sua existência.

Perpassa este campo de estudos as representações sobre o binômio natureza e cultura em relação à reprodução. Observamos uma crescente preocupação sobre o que pode ou não ser manipulado nos laboratórios. Também verificamos que no campo do Direito brasileiro e das jurisprudências, que deram ganho de causa às demandas de dupla maternidade que estas representações também são evocadas, uma vez que são as mulheres que não recorrerem à um doador conhecido as que têm tido suas demandas por dupla maternidade reconhecidas.

O que observamos em nossa pesquisa nos leva a uma outra pista de investigação futura: a de perceber que estas vitórias no campo do direito colocam o país na rota internacional da reprodução assistida permitida e legitimada para casais homossexuais.

Estes pontos elencados valem, é certo, novas pesquisas. Estou certa que a cada final se encontram novos começos e acredito que pesquisas futuras sobre esta temática não deixarão de assinalar este contexto onde lesbianidade passou a ser conjugada com maternidade e onde dupla maternidade lésbica começou a ser garantida pelo Estado brasileiro. Isto, para mim, cria algo novo no que tange os estudos sobre homossexualidades, família e parentesco.

Reconheço que este trabalho foi uma primeira tentativa de me cercar do universo das famílias lésbicas e, como todo trabalho inicial, não pode dar conta de tudo que já foi escrito ou produzido sobre esta temática e no panorama mais geral deste campo de estudos. Sem dúvida darei continuidade à este projeto em meu doutorado onde buscarei aclarar alguns pontos que ficaram em aberto aqui e expandir a compreensão da maternidade lésbica para outros contextos internacionais. Para além das fronteiras brasileiras e dos impasses e acertos locais no que tange a homoparentalidade, as tecnologias reprodutivas, as manipulações genéticas, os modelos sociais de família e parentesco e os processos legais que inserem a maternidade lésbica no rol dos direitos civis das pessoas homossexuais, pretendo continuar investigando este multifacetado universo que conecta pessoas, tecnologias e relações de poder, em busca de processos contínuos de reorganização, transformações e busca por direitos que possam, enfim

igualar as populações heterossexuais e homossexuais no que tange os desejos sexuais/afetivos/amorosos.

Mesmo com as barreiras que persistem, as conquistas de direitos por casais de mulheres lésbicas tornando-se notícia e alçando o lugar de fala são reveladores da possibilidade e abertura para novas práticas. Observo que os veículos midiáticos têm contribuído para a construção ou debate das parentalidade, famílias e sexualidades enquanto questões sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miguel. *O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre “gentes remotas e estranhas” numa “sociedade descecente”*. In: *Conjugalidades, Parentalidades e identidades Lésbicas, Gays e Travestis*. Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello (orgs). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. *A chave do armário: homossexualidade, casamento, família*. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

_____. *O esperma sagrado: algumas ambiguidades da homoparentalidade*. In *Jornades Internacionals: Identitats Ambivalents*, Barcelona, 2008.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: o proceder científico entre imagens e publicidades*. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais. UFPR, 2010.

AQUINO, Luís Octávio Rodrigues. *As derivas do desejo: processos de construção, manutenção e manipulação de identidades lésbicas em um conjunto de mulheres em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. IFCHS Instituto de Filosofia Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

ARÁN, Márcia e JÚNIOR, Carlos Augusto Peixoto. *Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler*. In: *Cadernos PAGU*, vol.28. SP: Campinas, NEG/Unicamp, 2007.

BANDEIRA, Lourdes. *Contribuição da prática feminista à ciência*. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril, 2008.

BOZON, Michel. *Transformações da sexualidade e emergência da subjetividade moderna*. In *A sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BUTLER, Judith. *Sujeitos do sexo/gênero/desejo e Atos Corporais Subversivos*. In: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O parentesco é sempre tido como heterossexual?* Cad. Pagu, Campinas, 21: 219-260, 2003.

_____. *Tráfico sexual: entrevista.* Revista Pagu. n. 21. Campinas: Unicamp, 2003. P. 157-209.

CADORET, Anne. *Figures d'homoparentalité.* In: GROSS, Martine. Homoparentalités. État des lieux. Issy-les-Moulineaux: ESF éditeur, 2000.

_____. *Des parents comme les autres. Homosexualité et parenté.* Paris, Odile Jacob, 2002.

_____. *L'apport des familles homoparentales: dans le débat actuel sur la construction de la parenté,* L'Homme, 2007/3 n° 183, p. 55-76.

_____. *L'homoparenté : un révélateur de l'ordre familial ?*, *Recherches familiales*, 2007/1 n° 4, p. 47-57. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-recherches-familiales-2007-1-page-47.htm>

CARLOS, Paula Pinhal de. *Pesquisando no Orkut.* In Cadernos NIGS metodologias. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades v.1 n.1, 2010. Disponível em: http://www.nigs.ufsc.br/pdf/cadernos_nigs_metodologias.pdf. Acesso em 28/02/2012.

CLIFFORD, James. 2011. “Sobre a autoridade etnográfica”, in José Reginaldo Santos Gonçalves (org.). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____.MARCUS, George. *Afterword: ethnographic writing and anthropological careers.* In: Writing Cultures – The Poetics and Politics of Ethnography. University of California Press, Berkeley/LA/London, pp 262-267.1986.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DESCOUTURES, Vierginie. *Les mères lesbiennes.* Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

FACCHINI, Regina. 2008 Entre umas e outras. Mulheres (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas.

FALQUET, Jules. Breve reseña de algunas teorías lésbicas. Comunicação apresentada no Seminário Internacional do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Florianópolis, 2003.

FONSECA, Cláudia. *De Afinidades a Coalizões: uma reflexão sobre a “transpolinização” entre gênero e parentesco entre décadas recentes da Antropologia*. In: Ilha Revista de Antropologia. Florianópolis: UFSC. v. 5, n. 2, Dez. 2003

_____. *Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco*. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, Dec. 2008.

_____. *Quando um caso não é um caso*. Pesquisa etnográfica e educação. In: Revista Brasileira de Educação. Porto Alegre: URGs. Jan/fev/mar/abr., nº10, p. 58 – 78, 1999.

_____. *Olhares antropológicos sobre a família contemporânea*. In Pesquisando a família: olhares contemporâneos (Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke, orgs.). Florianópolis: Papa-livro editora, 2002

FOUCALT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988

FRY, Peter e MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos)

GAGNON John. (1998). Uma interpretação do desejo. Ensaio sobre o estudo da sexualidade. Ed. Garamond, Rio de Janeiro, 2006.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura*. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. *Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita* (11-39). *Estar aqui: de quem é a vida afinal?* (169-193). In: *Obras e Vidas - Antropólogo como autor*. 3 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009

GIUMBELLI, Emerson. Para além do trabalho de campo: reflexões supostamente malinowskianas. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. n 48, v 17, 2002

GROSSI, Miriam. *Gênero e Parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil*. Cad. Pagu, Campinas, n.21, 2003.

_____. UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. Introdução. *Conjugalidades e parentalidades não hegemônicas: um campo em construção*. In _____.(org). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. *A busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”: repensando o trabalho de campo a partir da subjetividade do(a) antropólogo(a)*. In: I, _____. et al. *Trabalho de Campo & Subjetividade*. Florianópolis: UFSC, Programa de Pos-Graduação em Antropologia Social, 1992. 70 p. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/publicacoes.html>. Acesso em: 28 fev. 2012.

GUIMARAES JUNIOR, Mario. *O ciberespaço como Cenário para as Ciências Sociais*. Rev. Ilha, Florianópolis, n.1, dez. 2000

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cad Pagu (5): Campinas, 1995.

_____. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano / organização e tradução* Tomaz Tadeu – 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

HEILBORN, Maria Luiza. *Ser ou estar homossexual: dilemas de construção da identidade social*. Em *Sexualidades brasileiras*, eds. Richard Parker e Regina Barbosa, 136-145. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996

_____. *Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais*. In *O aprendizado da sexualidade*:

reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Maria Luiz Heilborn, Estela Aquino, Michle Bozon. DanielavKnauth (orgs). Rio de Janeiro: Garamond e Fio Cruz, 2006.

HÉRITIER, Françoise. *A coxa de Júpiter: reflexão sobre os novos modos de procriação*. In: Revista Estudos Feministas, vol. 8, n.1/2000.

JESUS, Fátima Weiss. *Unindo a cruz e o arco-íris: Vivência Religiosa, Homossexualidades e Trânsitos de Gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo*. Tese de doutorado. Programa de PósGraduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa, CFH/UFSC, 2012

KOFES, Suely. *Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites*. In: Cadernos PAGU (3) pp.117-141, 1994

LACOMBE, Andreia. *Ler[se] nas entrelinhas. Sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins*. Tese de doutorado defendida no Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2010.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. RJ: Relume Dumará, 2001. Cpts. 1 e 2.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: 34, 1994.

LESSA, Patricia. *O que a história não diz não existiu: a lesbianidade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres*. Revista Em tempo de Histórias, Brasília, n 7, 2003

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino. A medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004

MELLO, Luiz. *Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil*. Cad. Pagu, Campinas, n. 24, jun.2005.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n 21, 2009. p. 150-182.

ORTNER, Sherry. *Poder e Projetos: reflexões sobre a agência e e Uma atualização da Teoria da Prática*. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007 p. 45-80

_____. *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* IN: ROSALDO, Michelle Z; LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, p. 95-120.

PAIVA, Antônio Crístian Saraiva. *Reserva e Invisibilidade: A construção da Homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica*. In: *Conjugalidades, Parentalidades e identidades Lésbicas, Gays e Travestis*. Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello (orgs). Rio de Janeiro: Garamond, 2007

PELÚCIO, Larissa. *Três Casamentos e Algumas Reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem*. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: CCE/CFH/UFSC, 2006. Vol.14, nº2.

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinidade*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2000. p. 21-41.

RAMIREZ, Martha Célia. *Do Centro à Periferia: os diversos lugares da reprodução nas teorias de gênero*. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Célia; SOUZA, Érica Renata de. (Coord.). *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista, 2002. p. 115-152. (Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais).

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. *Revista Bogoas*. Natal, n5, 2010.

RUBIN, Gayle. *The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex*. In *Toward an Anthropology of Women*. Rayna R. Reiter. Monthly Review Press. New York, pag. 157-20, 1975.

SARAIVA, Eduardo. *Encontros amorosos, desejos resignificados: sobre a experiência de assumir-se gay na vida de homens casados e pais de família*. In: *Conjugalidades, Parentalidades e identidades*

Lésbicas, Gays e Travestis. Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello (orgs). Rio de Janeiro: Garamond, 2007

SCHNEIDER, David. . *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: Univ. of Michigan Press, 1984

SEDGWICK, Eve Kosofsky. “A epistemologia do armário”. Cadernos Pagu 28. Campinas. pag. 19-55, 2007

SEEGER, Anthony. 1980. *Pesquisa de campo: uma criança no mundo. Os índios e Nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio: Campos. 25-40.

SEGATA, Jean. *Antropologia no Ciberespaço*. Coluna, n 42. 2008 Disponível em <http://www.antropologia.com.br/colu/colu42.htm>. Acesso em 02/09/2012

SEGATO, Rita Laura. *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. In: STEVENS, Cristina (org). *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Editora Mulheres, p.141-172, 2007.

SOARES, Gilberta. Santos. . *Experiências Reprodutivas e desejos de maternidades em lésbicas e bissexuais*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010, Florianópolis. Anais Eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades e Deslocamentos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 01-08

_____. Sardenberg, Cecília. *Assumindo a lesbianidade no campo teórico feminista*. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia Mudanças, permanências e desafios sociológicos, 2011, Curitiba. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. p. 01-17.

SILVA, Anelise Fróes. *Mulheres em movimento (s): Estudo etnográfico sobre a inserção feministas e lésbicas em movimentos sociais institucionalizado autônomos na cidade de Porto Alegre/RS*. Dissertação de mestrado, Programade Pós-Graduação em Antropologia

Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC/CFH, 2010.

SOUZA, Érica R. *Necessidade de filhos: Maternidade, família e (homo)sexualidade*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 2005

STRATHERN, Marilyn. *A Antropologia e o advento da Fertilização In Vitro no Reino Unido: uma história curta*. Cad. Pagu, Campinas. n.33, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-332009000200002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332009000200002>. Acesso dia 24/02/2012.

_____. *Necessidade de pais, necessidade de mães*. In: Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 3, n. 2, p. 303-329, 1995.

_____. *Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias da reprodução*. In: Análise Social, vol.xxvi (114), 1991 (5º), 1011-1022.

TAMANINI, Marlene. *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas à luz da bioética e das teorias de gênero: casais e médic@s no Sul do Brasil*. 2003. 363f. Tese (Doutorado) – Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC/CFH, Florianópolis, 2003.

_____. *Do sexo cronometrado ao casal infértil*. In: GROSSI, Miriam; PORTO, Rozeli; TAMANINI, Marlene (Orga.). *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: questões e desafios*. Brasília: Letras Livres, 2003. p. 123-136.

_____. *Gendrificação, ciência e ética em contextos de experiência reprodutiva*. Revista Pistis & Praxis (Impresso), v. 04, p. 107-137, 2012.

_____. AMORIM Anna Carolina Horstmann. *Como se vendem as novas tecnologias reprodutivas conceptivas: uma análise da tecnologia do proceder científico na América Latina*. In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur, 2009, Buenos Aires, Argentina. Gt 53 cuerpo e biociências: ROCA, Alejandra R.; ROHDEN, Fabíola;

SANDRINE, Paula Machado; KNAUTH, Daniela Riva. *Anais...* Buenos Aires: Argentina, RAM, 2009. 1CD ROM.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. “*Pais Assumidos*”: *adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFSC/CFH, Florianópolis, 2002.

_____. *Homoparentalidade à brasileira: paternidade homossexual em contextos relacionais*. Boletim Del Proyecto Sexualidades Salud y Derechos Humanos En America Latina, Chile, v. n. 8, p. 1-8, 2004.

THOMPSON, Charis. *Making parentes:the ontological choreography of reproductive Technologies*. Cambridge: The Mit Press, 2005.

TOLEDO, Livia, G.*Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista*. Dissertação apresentada àFaculdadede CiênciaseLetrasdeAssis–UNESP, 2008.

TUBERT, Silvia. *Mulheres sem sombra: maternidade e Novas tecnologias Reprodutivas*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1996.

UZIEL, Anna Paula. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

_____. FERREIRA,Igor, MEDEIROS, Luciana, ANTONIO, Carlos, TAVARES, Marcelo, Moraes, Mariana, ANDRADE,Rafael, MACHADO, Renata. *Parentalidades e Conjugalidade:aparições no movimento homossexual*. Horizontes Antropológicas, Porto Alegre, ano 12, n . 26, jul/dez. 2006.

VANCE, Carole S. *A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico*. In: PHYSIS Revista de Saúde Coletiva. Vol.5, no.1, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO. Eduardo. *O nativo relativo*. Mana [online]. 2002, vol.8, n.1.

VELHO, Gilberto. *Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas. In Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Complexa.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. *Trajetória individual e campo de possibilidades. In Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas.* . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

ZAMBRANO, Elisabeth. *Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais.* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 26, jul/dez. 2006

WEEKS, Jeffrey. *O corpo e a sexualidade.* In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* (2.ed). Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

WESTON, Kate. *Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship.* Columbia University Press, New York, 1991

WITTING, Monique. *The Straight Mind and others essays.* Boston: Beacon Press, 1992

ANEXOS
Anexo I- Convite de casamento civil

MJ

*Artigo 226, § 3º, da Constituição Federal de 1988:
"A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado".*



*Convidam você para o primeiro casamento homoafetivo de Goiás a realizar-se aos
quatorze dias do mês de dezembro de 2012, às 20h,
no Espaço Mig's, localizado na Avenida Portugal
(esquina com Av. Mutirão), nº 1.445 – Setor Marista
C.E.P. 74.150-030 – Goiânia – GO.*

*"A união estável poderá converter-se em casamento,
mediante pedido dos companheiros ao juiz e assente no Registro Civil." (CC, art. 1.726)*

Anexo II- Roteiro de entrevista

- Idade
- Onde nasceu/cidade
- Quantos irmãos tem, comente sobre sua família de origem
- Qual era a ocupação/profissão dos pais?.
- Qual o grau de instrução escolar deles?
- Onde você mora?
- Qual sua profissão?
- Qual seu grau de instrução escolar?
- Qual sua religião?
- Casada/ Morando junto em situação de conjugalidade?
- Já tem filhos?
- E a maternidade sempre foi um sonho?
- Você acha que o desejo de ser mãe tem alguma relação com estar em uma relação conjugal?
- De onde veio a ideia de fazer reprodução assistida?
- Foi indicação de alguém?
- Conhece alguém que fez?
- Onde se informou sobre o assunto?
- A qual clínica recorreu, quantas vezes?
- Pensou em outros procedimentos antes?
- Já procurou/tentou outros procedimentos?
- Qual técnica de reprodução assistida utilizou?
- Foi com doador anônimo?
- Considera os custos da reprodução assistida?
- Como decidiram quem engravidaria?
- E a situação legal, referente a documentação das crianças? Pensam sobre? Qual seria a posição do casal?
- E a situação da união/ “casamento” como aconteceu?
- Como se conheceram?
- Quando?
- Tem união estável?
- Você se define como lésbica?
- Quando você se “descobriu” lésbica?
- O que era ser lésbica pra você naquela época?

- Quando tornou isso público? Contou para família e amigos?
- Como foi/é a reação da família?
- Qual foi/é a reação da família frente a conjugalidade e frente o desejo pela maternidade?
- A família de ambas é presente e apoia?
- E os amigos?
- Tem um círculo de amigos homossexuais?
- Participa de algum movimento/militância lésbica?
- Como estão presente as reivindicações lésbicas e homossexuais por direitos na sua vida?
- O que é para você ser homossexual e desejar ser mãe?
- Conte um pouco do que é para você esse lugar de homossexual e mãe